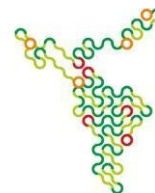


SUMÁRIO

CONFIGURAÇÕES DE MASCULINIDADES EM CONTEXTOS MIGRATÓRIOS: REPRESENTAÇÕES EM FILMES DO BRASIL E DA ARGENTINA DO INÍCIO DESTE SÉCULO	3
Joelma Ferreira dos Santos	
AS QUESTÕES DE GÊNERO, IDENTIDADE E LINGUAGEM PRESENTES NO ACONTECIMENTO MARCHA DAS VADIAS	15
Micaella Schmitz Pinheiro	
O TRÂNSITO DA LOUCURA CRIMINOSA AO SUL DO BRASIL (1980-1990).....	24
Cíntia Paludo	
“AS ALEMOAS DO SUL”: GÊNERO E ETNIA NOS MUSEUS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL	35
Daniel Luciano Gevehr; Dilani Silveira Bassan	
PESSOAS EM MOVIMENTO: MOBILIDADE URBANA NA REGIÃO DO VALE DO PARANHANA (RS – BRASIL).....	46
Dilani Silveira Bassan; Daniel Luciano Gevehr	
FRONTEIRAS SENSÍVEIS: REPRESENTAÇÕES JORNALÍSTICAS SOBRE A IMIGRAÇÃO GANESA NA CIDADE DE CRICIÚMA	58
Andréa Fátima Salvador	
IMIGRAÇÃO CHINESA NO BRASIL: DISCURSOS E DIFICULDADES	68
Maysa Silva Oliveira	
O USO DA VITAMINA D EM DOENÇAS AUTOIMUNES: REVISÃO SOBRE O POTENCIAL TERAPÊUTICO	78
Franciele Cardozo Coan; Rafael Mariano de Bitencourt	
DEFENSA PÚBLICA PENAL, PAUTAS Y RECOMENDACIONES	98
Jorge Arturo Valle Haro	



CONFIGURAÇÕES DE MASCULINIDADES EM CONTEXTOS MIGRATÓRIOS: REPRESENTAÇÕES EM FILMES DO BRASIL E DA ARGENTINA DO INÍCIO DESTES SÉCULO

Joelma Ferreira dos Santos¹

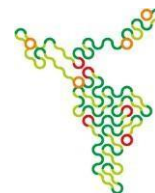
Resumo: Os movimentos migratórios foram temas tratados pelo cinema desde o seu período clássico. E não poderia ser diferente. Os novos arranjos decorrentes desses movimentos, tanto no que se refere às relações pessoais e de trabalho como nos mais variados aspectos culturais das pessoas envolvidas nesses processos, são tão complexos que possibilitam o desenvolvimento de roteiros e montagens cinematográficas capazes de atrair bastante atenção e público. No Brasil, esse foi um filão bastante explorado, sobretudo nos anos oitenta e noventa. Mas não somente aqui, afinal, as migrações são experiências comuns a todos os povos, sobretudo em momentos de crises. Tomando como fontes de pesquisa os filmes *Estômago* (Dir. Marcos Jorge, Brasil, 2007) e *Bolívia* (Dir. Israel Adrián Caetano, Argentina, 2001), analisaremos as representações acerca dos movimentos migratórios abordados nesses filmes desde uma perspectiva de gênero. Entendendo as masculinidades como construções culturais (ALBUQUERQUE JR., 2003; OLIVEIRA, 2004) e considerando o conceito de masculinidade hegemônica (CONNELL, 2013), buscaremos perceber como se (re)configuram as masculinidades dos personagens desses filmes em contextos diversos de seus locais de origem e nas situações de vulnerabilidade a que estão sujeitos.

Palavras-chave: Cinema. Masculinidades. Migrações

MALE CONFIGURATIONS IN MIGRATORY CONTEXTS: REPRESENTATIONS IN FILMS IN BRAZIL AND ARGENTINA AT THE BEGINNING OF THIS CENTURY

Abstract: The migratory movements were subjects treated by the cinema from its classic period. And it could not be different. The new arrangements resulting from these movements, both regarding personal and work relations and in the most varied cultural aspects of the people involved in these processes, are so complex that they allow the development of screenings and cinematographic montages capable of attracting a lot of attention and the public. In Brazil, this was a very exploited lode, especially in the eighties and nineties. But not only here, after all, migrations are experiences common to all peoples, especially in times of crisis. Taking as sources of research the films *Estômago* (Dir. Marcos Jorge, Brazil, 2007) and *Bolívia* (Dir. Israel Adrián Caetano, Argentina, 2001), we will analyze the representations about the migratory movements approached in these films from a gender perspective. Considering masculinities as cultural constructions (ALBUQUERQUE JR., 2003; OLIVEIRA, 2004) and considering the concept of hegemonic masculinity (CONNELL, 2013), we will try to understand how (re) the masculinities of the characters of these films are contextualized in diverse contexts of origin and in the situations of vulnerability to which they are.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina – PPGH/UDESC – Florianópolis, SC.



Keywords: Cinema. Masculinities. Migrations

A modo de introdução

As migrações fazem parte da história da humanidade. A própria história do povoamento da América está associada a processos migratórios em época remota. Contudo, foi a partir do século XIX, em decorrência da intensificação do processo de globalização e do desenvolvimento e aprimoramento dos meios de transporte, que esses movimentos populacionais se fizeram sentir de forma mais intensa, ainda que as migrações não sejam motivadas apenas por fatores econômicos.

Embora uma parcela muito significativa desses fluxos migratórios no continente americano seja no sentido Sul/Norte, com os Estados Unidos na dianteira como destino preferencial de muitos brasileiros e latino-americanos em geral, também é importante lembrar que no sentido Sul/Sul, e mesmo dentro de cada país, entre diferentes regiões, esses deslocamentos são significativos. Nesse sentido, cidades como São Paulo e Buenos Aires são polos de atração tanto de migrantes regionais como oriundos de outros países. No que se refere a processos migratórios internacionais, Argentina¹ e Brasil² aparecem como principais destinos de imigrantes de outros países latino-americanos, com destaque para os de origem paraguaia e boliviana.

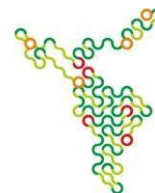
Os movimentos migratórios foram temas tratados pelo cinema desde o seu período clássico³. E não poderia ser diferente. Os novos arranjos decorrentes desses movimentos, tanto no que se refere às relações pessoais e de trabalho como nos mais variados aspectos culturais das pessoas envolvidas nesses processos, são tão complexos que possibilitam o desenvolvimento de roteiros e montagens cinematográficas capazes de atrair bastante atenção e público.

Entre os anos oitenta e noventa, esse foi um filão muito explorado pela cinematografia brasileira, reflexo dos intensos fluxos migratórios ocorridos nas décadas anteriores, principalmente

¹ <https://losandes.com.ar/article/argentina-el-pais-con-mayor-numero-de-inmigrantes-de-latinoamerica>.

² ASSIS & SASAKI (2001) fazem um balanço historiográfico sobre os processos migratórios nos anos 80 e 90 no qual constata importante fluxo migratório de latino-americanos para o Brasil. Diversas notícias em jornais atuais corroboram a informação de que o Brasil continua, no século XXI, como polo de atração de imigrantes de países desta região.

³ Estados Unidos têm inúmeras obras de seu período clássico abordando o tema das migrações. O próprio subgênero Western (faroeste) tem sua razão de ser nos processos migratórios. Na atualidade, os imigrantes, sobretudo de origem latina são abordados, direta ou indiretamente, em uma parte significativa das produções desse país. Vale mencionar aqui *Um dia sem mexicanos* (Dir. Sergio Arau, EUA/México/Espanha, 2004), cujo objetivo é mostrar, em chave de comédia, a importância desses imigrantes no setor de serviços daquele país.



da região nordeste para a cidade de São Paulo, e também dos processos migratórios internacionais⁴. Mas não somente aqui, afinal, as migrações são experiências comuns a todos os povos, especialmente em momentos de crise.

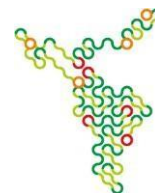
Na Argentina, por exemplo, a depressão econômica que o país experimentou a partir do final de 2001, cujo estopim foi o *Corralito* imposto pelo então Ministro da Economia, Domingo Cavallo, está na raiz de diversas emigrações, especialmente para Estados Unidos e Espanha, algumas das quais abordadas em filmes realizados ao longo dessa década, conforme estudo realizado por Schmidt (2010)⁵. Mas a Argentina também exerce atração sobre populações de países vizinhos como o Paraguai e, sobretudo, de países andinos como Bolívia e Peru, cujas populações tradicionais são as mais excluídas dos mercados de trabalho.

Utilizando como fontes os filmes *Estômago* (Dir. Marcos Jorge, Brasil/Itália, 2007), o qual narra a história de um migrante nordestino em São Paulo, e *Bolívia* (Dir. Israel Adrián Caetano, Argentina, 2001), sobre a trajetória de um imigrante boliviano em Buenos Aires, analisaremos as representações acerca dos movimentos migratórios abordados nessas películas desde uma perspectiva de gênero. Essas obras ficcionais têm em comum o fato de seus personagens serem construídos a partir de estereótipos de migrantes nesses países (nordestinos e indígenas, respectivamente), de trabalharem como cozinheiros em restaurantes populares em suas cidades de destino e de terem suas vidas marcadas por tragédias, embora com consequências diferentes. É digno de nota, ainda, o fato de cada um dos filmes ter somente um personagem feminino entre os mais destacados.

Entendendo o gênero como uma categoria de análise (SCOTT, 1990) e as masculinidades como construções culturais (ALBUQUERQUE JR., 2003; OLIVEIRA, 2004; TEJEDOR, 2003; entre outros) que têm um caráter histórico e estão, portanto, sujeitas a mudanças, buscaremos refletir sobre a forma como esses personagens são representados, tanto na relação com o sexo feminino como com outros homens. Nosso objetivo é perceber como se (re)configuram as masculinidades dos personagens desses filmes em contextos diversos de seus locais de origem e nas situações de vulnerabilidade a que estão sujeitos. Para isso, será considerado o conceito de masculinidades hegemônicas e observados outros marcadores sociais como classe e raça/etnia.

⁴ São exemplos *O homem que virou suco* (João Batista de Andrade, Brasil, 1981), *O Quatrilho* (Fábio Barreto, Brasil, 1995), *A hora da Estrela* (Suzana Amaral, Brasil, 1985), *Terra estrangeira* ([Walter Salles](#), [Daniela Thomas](#), Brasil/Portugal, 1995), *Gaijin, os caminhos da liberdade* (Tizuka Yamasaki, Brasil, 1980), entre tantos outros.

⁵ Os filmes analisados por esta autora centram-se no processo de emigração de argentinos/as para a Espanha.



Elementos de identidade e relações de trabalho dos (i)migrantes ficcionais: alguns apontamentos...

No filme *Bolivia*, ambientado em Buenos Aires – cidade cuja história se construiu, desde o século XIX, em torno de identidades europeias, marcadamente a italiana – a identificação do personagem como imigrante se dá essencialmente pela alteridade percebida a partir do fenótipo. Freddy (Freddy Flores) é indígena e isso leva a que seja automaticamente identificado como estrangeiro, ainda que algumas províncias argentinas sejam compostas por uma população significativa, em torno de 8%, que se autodenominam como descendentes ou pertencentes a algum povo indígena⁶. É, provavelmente, por seu fenótipo que é visto como um “tipo suspeito” e abordado na rua pela polícia ao voltar do trabalho, momento em que nos é reafirmada a sua condição de imigrante ilegal boliviano⁷.

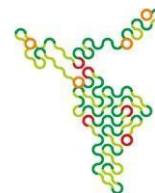
Sobre a origem de Raimundo Nonato (João Miguel), protagonista de *Estômago*, poucos elementos são revelados na trama. Sabe-se que vem de algum lugar do nordeste, mas seu estado de procedência permanece uma incógnita até o final do filme. Não se sabe nada sobre seu trabalho anterior, sua família, se é solteiro ou casado, se tem filhos ou não. A única coisa que nos revela é que sabe cozinhar, mas essa também poderia ser somente uma forma de barganhar um emprego. E, pelo que podemos perceber, trata-se de um homem em torno de trinta anos, socialmente branco, com pouca ou nenhuma escolaridade, possivelmente procedente da zona rural ou talvez de alguma cidade muito pequena, considerada pejorativamente como roça⁸, com a qual não conservou nenhum vínculo afetivo aparente.

Com relação a Freddy, há uma quantidade maior de elementos de identificação pessoal. Sabe-se que tem esposa e filhas em La Paz, que trabalhou na colheita de frutas e da coca, que sua mudança para Buenos Aires guarda relação com a política estadunidense de combate ao tráfico de drogas, situação que leva à expulsão dos trabalhadores. Freddy também é um homem em torno de trinta anos, contudo aparenta ter maior experiência de vida, talvez proporcionada pela cidade grande.

⁶ É o caso das províncias de Chubut (8,7%), Jujuy (7,9%) e Neuquén (8,0%), conforme dados estatísticos para o ano de 2010, disponíveis em https://www.indec.gob.ar/nivel4_default.asp?id_tema_1=2&id_tema_2=21&id_tema_3=99

⁷ Quando perguntado pelo dono do café/restaurante se tinha papéis, durante a contratação, Freddy responde que está tramitando, uma resposta que obviamente não é convincente, mas que pouco importa para o empregador que deseja explorá-lo.

⁸ Essa pista nos é dada quando Zulmiro (Zeca Cenovicz), primeiro patrão de Nonato, ao ser perguntado por ele quanto ganharia para trabalhar na cozinha do restaurante, reage dizendo: “o cara acabou de chegar da roça, já quer salário, benefício, o caralho a quatro...”.



Embora os diretores desses filmes tenham objetivos claramente distintos, é possível encontrar pontos comuns. Nas duas obras, as identidades dos personagens principais estão marcadas por elementos de construção cultural pautados em ideias de classe, raça/etnia e gênero, mas também de inferioridade regional. No filme brasileiro, Nonato ora é identificado como cearense, ora como paraibano. Mesmo afirmando que não é do Ceará, continua sendo assim identificado pelo segundo padrão, da mesma forma que Bujiú (Babu Santana), seu “chefe” na cadeia⁹, alterna entre as duas naturalidades¹⁰.

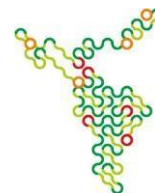
Essa alternância, para além dos elementos discriminatórios explicitados, traz uma mensagem subjacente: a ideia de um nordeste homogêneo que pode ser identificado através de denominações generalizantes como “paraibano”, “cearense” ou, de modo mais usual, como “baiano”, apagando possíveis especificidades regionais, reduzindo-as à mera abstração da pobreza.

Isso também é bastante aparente no filme argentino. A apresentação do personagem Freddy se dá através da confusão inicial de sua origem. Embora seja boliviano, é chamado diversas vezes de peruano (e até de paraguaio), numa atitude que pode ser interpretada como forma de apagar os elementos identitários de um dos principais grupos populacionais que representam a alteridade para os argentinos: os povos andinos em sua diversidade, incluindo-se aí, também, os argentinos do norte do país¹¹. Logo, para caracterizar sua nacionalidade boliviana, cenas de uma partida de futebol em que a equipe argentina massacra em campo a seleção boliviana. A respeito do papel dos esportes na construção das identidades masculinas voltaremos a falar mais adiante.

⁹ *Estômago* está estruturado de maneira que a história de Raimundo Nonato é contada através da alternância de duas narrativas: sua vida de trabalhador, como talentoso cozinheiro, a partir da sua chegada à cidade de São Paulo; e sua vida na prisão, lugar em que vai parar após cometer um crime e onde tem uma espécie de “ascensão”, também em decorrência de seu talento culinário.

¹⁰ Acerca dessa confusão sobre sua origem, o diretor Marcos Jorge esclarece: “Eu queria brincar com o preconceito crítico que se tem no Sul em relação aos nordestinos. No filme, isso ocorre principalmente com os dois personagens que mais exploram Nonato, Bujiú (Babu Santana) e o Giovanni (Carlo Briani), tratam ele indiferentemente de suas origem (*sic*), chamando de “paraíba”, cearense, “Parmalat”... É preconceito puro. Para os sulistas, pouco importa a origem da pessoa, sobretudo que ele venha do Nordeste, pobre e fácil de ser explorado”. Entrevista concedida pelo diretor Marcos Jorge a Angélica Bito do portal *Cineclick*, publicada em 25/05/2009. Disponível em <https://www.cineclick.com.br/entrevistas/marcos-jorge-exclusivo>. Último acesso em 09/06/2018.

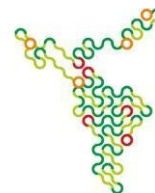
¹¹ Sobre isso, o jornal *La Nación* publicou o seguinte, a partir da entrevista do diretor: “Tal vez la película “Bolivia” podría haberse llamado “Perú” o “Paraguay” y hasta “Jujuy”. Desde sus diálogos juega con esa concepción generalizada -sobre todo entre los porteños- de que el interior es como un agujero negro, y el resto de los países sudamericanos conforma un bloque homogéneo al que la Argentina no pertenece, y en donde es lo mismo un peruano que un boliviano, y hasta un jujeño podría también confundirse”. Entrevista do diretor Adrian Caetano ao jornal *La Nación* em publicação de 10/04/2002. Disponível em <https://www.lanacion.com.ar/387438-bolivia-segun-caetano>. Último acesso em 09/06/2018.



Em cenários de crise, mas não exclusivamente neles, as atividades empregatícias destinadas às pessoas em trânsito migratório são majoritariamente vinculadas ao setor de serviços (ASSIS, 2003), geralmente atividades que não exigem qualificação profissional ou nível de escolaridade e que são, portanto, mal remuneradas. Quando se trata de imigrantes indocumentados, esse é um destino quase certo. São, em geral, atividades desprezadas por aqueles/as que se percebem com melhores possibilidades de conseguir algo distinto. O empregador, sabedor da situação de vulnerabilidade do candidato a empregado, mas, também, ciente dos riscos que corre de ser multado, negocia o emprego em condições absolutamente desfavoráveis para este último: baixa remuneração, carga horária elevada e sem pagamento de horas extras, nenhum vínculo empregatício que possa gerar futuras demandas trabalhistas e, não raro, pagando pelo que já foi consumido ou mesmo prometido (alimento, passagem, hospedagem, dinheiro, etc.). O trabalho do migrante num contexto de grave crise econômica é, portanto, mal visto pela população local, posto que é entendido como uma mão de obra que exerce uma concorrência desleal.

No filme argentino, Freddy é contratado para trabalhar por 15 pesos ao dia e dividir a gorjeta com Rosa (Rosa Sánchez), outra trabalhadora imigrante. O valor irrisório do pagamento é demonstrado através de recursos tais como a exposição do preço do cafezinho ou do *choripan*, um peso cada, ou de uma ligação para La Paz, 15 pesos, através dos quais é possível ter uma ideia do valor real do salário recebido por ele. A extensa jornada de trabalho e a extrema exploração são mostradas através de alguns elementos da narrativa. Durante a contratação do imigrante, o dono do café/restaurante explica a tarefa a ser executada e o horário de funcionamento do mesmo: “durante a semana fecha mais cedo, por volta de uma ou duas da manhã, em dias de luta de boxe ou de futebol, um pouco mais tarde...”. O relógio na parede é um personagem à parte acusando a todo o momento o horário de almoço desrespeitado ou o adentrar do trabalho pela madrugada. Também denunciam a madrugada os “sem teto” que usam o espaço do café/restaurante para dormir, como alternativa à rua. Aliás, essa é a estratégia que o próprio Freddy utilizará no primeiro dia ao sair do trabalho, já que não trouxe consigo nenhuma reserva financeira, não recebe adiantado, portanto não tem como pagar hospedagem.

De acordo com Costa (2008), uma das características da escravidão contemporânea, seja ela de trabalhadores rurais ou urbanos, é a relação de dependência que se estabelece entre patrão e empregado desde o momento da contratação, em virtude da condição de total vulnerabilidade



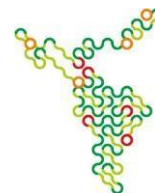
econômica em que se encontra este último. Nonato chega a São Paulo sem dinheiro, o que fica evidente quando ele pede um copo de água, única bebida gratuita, e em seguida come vorazmente duas coxinhas (mostrando que sua fome não poderia ser “enganada” com água), porém precisa lavar a louça e limpar o chão do restaurante para pagar o que comeu e ter o direito de dormir no quartinho dos fundos.

Sua condição miserável é percebida por Zulmiro (Zeca Cenovicz), seu primeiro patrão, que não só se aproveita da situação para subempregá-lo, como também para humilhá-lo durante a contratação. Ao contra argumentar que teria direito a receber salário pelas atividades que passaria a executar, Nonato é obrigado a ouvir de Zulmiro: “Cala a boca! Dá licença?! Quem tá falando? Eu! Eu que tenho onde dormir. E quem está ouvindo? Você, oh Mané! Que não tem onde cair morto! É o seguinte, te dou comida e casa, rango e teto. Quer, quer, não quer, rua!”. Nesse caso, a discriminação em função da condição de classe é evidente, embora a situação de Zulmiro não seja exatamente o que se poderia chamar de privilegiada.

Freddy, por sua vez, embora não seja tão claramente humilhado pelo patrão, é insultado pelos clientes do café/restaurante que o veem como o estrangeiro que lhes roubou a possibilidade de emprego. Os insultos sofridos por ele são sempre de caráter racista e expressam rancor por parte dos agressores, os quais também se encontram em situação de desemprego ou vulnerabilidade. A violência a que Freddy está exposto vai da agressão verbal à física, culminando com seu assassinato.

Questões de gênero: (re)configurações das masculinidades no contexto migratório

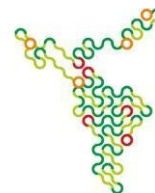
A publicação do artigo *Gênero, uma categoria útil de análise*, de Joan Scott (1990), sem dúvida foi um marco importante para os estudos feministas, mas também para a historiografia de modo geral, na medida em que inseriu na análise das relações sociais, de forma definitiva e com potente embasamento teórico, o gênero como um marcador tão fundamental quanto classe ou raça/etnia. A grande contribuição de Scott residiu no fato de problematizar as formas de utilização do conceito de gênero empregadas até então e propor uma nova que não só considera o aspecto relacional entre os sexos como seu caráter de construção social, consequentemente sua historicidade, além de livrá-lo das amarras do espaço privado e transformá-lo numa categoria analítica para as mais diversas formas de relação social.



Os personagens de *Bolivia* nos oferecem uma representação interessante de como as diferenças de gênero constituem elemento de importância crucial na forma como imigrantes podem ser vistos. Rosa também é imigrante, de origem paraguaia que, como Freddy, tem características fenotípicas que a identificam como de ascendência indígena. Empregada há mais tempo no mesmo local que Freddy passa a trabalhar, sofre o mesmo tipo de exploração que este último. Contudo, Rosa precisa ter jogo de cintura para livrar-se do assédio sexual do qual é vítima, tanto por parte de um dos clientes, como do dono do estabelecimento (ainda que este último aja de forma mais sutil) e, fora do trabalho, até mesmo de Freddy.

Para além da compreensão de gênero como categoria relacional entre o masculino e o feminino, os esforços no sentido de teorizar sobre esse conceito também resultaram num aporte significativo em relação às masculinidades no que se refere a seu caráter histórico. Oliveira (2004, 19), acredita que o desenvolvimento de um modelo de masculinidade, comumente chamado de tradicional, está relacionado às transformações que deram lugar à formação do Estado nacional moderno, com a consequente criação de instituições específicas, como os exércitos, resultando nos processos de disciplinarização e brutalização dos agentes nelas envolvidos. As relações entre os personagens masculinos, tanto no filme brasileiro quanto no argentino, estão permeadas por tensões e por explosões de violência, cujo objetivo final quase sempre é o domínio sobre o oponente.

Sem ir tão longe como fez Oliveira, outros pesquisadores centraram suas atenções nos processos de reprodução de um determinado padrão de masculinidade. Tejedor (2003) destaca a forma como o futebol, um esporte com certa dose de violência, tem sido utilizado no processo de masculinização dos meninos. Dessa forma, esse também passa a ser um marcador de hierarquia de gênero: pelo senso comum, os “machos de verdade” gostam de futebol, assim como do boxe. Dor, violência, disputa, dominação são elementos presentes nesses esportes considerados por alguns como apropriados para transformar meninos em “homens” ou para que estes reafirmem sua hombridade diante de outros. Isso vale para a prática do esporte em si, mas também pela capacidade de apreciá-lo ou rejeitá-lo. Por isso o café/restaurante de Enrique (Enrique Liporace), em *Bolivia*, transforma-se em arena de um público predominantemente masculino em dias de jogo ou de luta, momento em que as demonstrações de masculinidades são exibidas das formas mais entusiásticas possíveis. Já em *Estômago*, o futebol é praticado de forma efusiva pelos presidiários, com gritos e colisões,



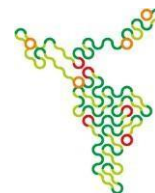
constituindo-se, de alguma forma, uma maneira de identificar “fortes” e “fracos” entre os presos, contribuindo, assim, para completar o processo de hierarquização desses homens.

As diferentes maneiras de exercer a masculinidade foram percebidas e teorizadas por diversas/os autoras/es, com destaque para o conceito de masculinidade hegemônica, formulado por Connel, ainda nos anos 80. Desde então, como ocorre com qualquer conceito importante, foi largamente utilizado para a leitura de distintas realidades e, claro, esteve também sujeito a variadas críticas. Repensando o conceito a partir de tais críticas, mas também das contribuições recebidas ao longo das décadas seguintes, Connell & Messerschmidt (2013) reforçam o caráter dinâmico que o envolve. Para eles, não somente há várias masculinidades como também há forte hierarquização das mesmas, descritas em termos de masculinidade hegemônica e subordinadas.

A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens (p. 245).

Nesse sentido, é possível observar diversas cenas, em ambos os filmes, nas quais os personagens, conscientemente ou não, buscam alcançar esse lugar privilegiado na hierarquia das masculinidades. Na narrativa de *Estômago* que se desenvolve na cadeia para a qual Nonato é levado depois do duplo assassinato cometido, isso é percebido desde seu ingresso na cela¹². Por ser novato, seu lugar de dormir será o chão e será encarregado da limpeza do lugar. No momento em que Bujiú descobre seu potencial de cozinheiro, capaz de transformar a “bóia” em comida saborosa, começa a ascender de posição, deixando a faxina e conseguindo o “primeiro andar” do único beliche da cela. Experimentar essa ascensão faz com que Nonato passe a aspirar condições ainda melhores e a trabalhar no sentido de alcançá-las. Em certo sentido, Bujiú, embora negro e pobre, representa essa masculinidade hegemônica – entendida como ideal – na cela, local onde imperam outros valores distintos do restante da sociedade. Lá ele disfruta do lugar mais elevado no beliche, dá ordens e é obedecido pelos demais, é servido como se fosse um patrão e tem o privilégio da visita feminina, não

¹² Quando começa a gozar de prestígio como cozinheiro num restaurante italiano, Nonato flagra Íria, a prostituta com quem iria se casar, com seu segundo patrão, Giovanni (Carlo Briani), no restaurante em que trabalha. Tomado de ciúmes ao perceber que Íria concede a Giovanni os beijos que lhe nega por “ética profissional”, Nonato espera os dois irem para a cama e os mata a facadas. É significativa a opção que o diretor faz pelo assassinato de mulher que se prostitui ao lado de um homem que representa uma masculinidade hegemônica. Teria, por acaso, a intenção de minimizar o efeito de um feminicídio sobre o personagem central do filme?



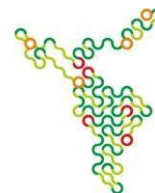
só da mulher dele como de outras, como ressalta Nonato, e por isso ele também busca atingir esse ideal de masculinidade. Os demais companheiros de cela estão à mercê das vontades de Bujiú.

Fora da prisão, esse ideal é representado por Giovanni. Descendente de italianos (apesar de não ser identificado em nenhum momento como imigrante), proprietário de um restaurante de comidas italianas, Giovanni é um homem branco, heterossexual, na casa dos 50 anos, com ares de sofisticação (reafirmada por ele mesmo através da demonstração do domínio de uma gastronomia refinada) e de um gestual de acordo com o esperado para sua classe social, muito embora, no que se refere à linguagem, expresse-se com os mesmos termos que os presidiários¹³. Nonato demonstra grande admiração por esse que representaria, na nossa sociedade, um tipo de masculinidade supostamente desejável por outros homens. Giovanni parece ser o tipo que poderia conquistar qualquer mulher que desejasse, mas, por capricho ou como mais uma forma de se mostrar superior ao empregado, decide passar uma noite justamente com Íria, a prostituta com quem Nonato pretendia se casar.

No filme argentino, Freddy luta na condição de estrangeiro marcado ainda pela desigualdade étnico/racial. Não disfruta, portanto de nenhuma vantagem inicial. Move-se nesse novo espaço como pode, reagindo com altivez às ofensas dos frequentadores do restaurante, procurando ganhar com seu suor o parco salário para trazer sua família, mas também disputando a companhia íntima de sua colega Rosa com outros homens dentro e fora do espaço de trabalho. Em ambos os filmes, portanto, as únicas mulheres existentes nas tramas têm função pouco maior que servir de mais um elemento de disputa na luta dos homens por esse lugar de hegemonia.

Dentro de uma hierarquia das masculinidades, Freddy, que é imigrante, pobre e indígena – e como tal é objeto de todas as formas de ataques, tanto físicos como morais –, tanto quanto Héctor (Héctor Anglada), vendedor e cliente do bar/restaurante, supostamente homossexual e por consequência, objeto de burlas e comentários inclusive de Rosa, está em posição de uma masculinidade subordinada. Embora esteja em luta constante, o esforço de Freddy esbarra na violência de Oso (Oscar Berteá), o taxista que, endividado e inconformado com sua própria situação socioeconômica, após cotidianas ofensas racistas, atinge o ápice da violência matando-o com um tiro

¹³ Segundo o próprio autor, em entrevista citada anteriormente, “este filme também deve bater o recorde panamericano de palavrões no cinema brasileiro desde a pornochanchada!”. A linguagem utilizada ao longo de todo o filme, além de não economizar nos palavrões, correlaciona tudo ao corpo feminino. A título de exemplo, a massa do pastel e a picanha bovina são como a bunda da mulher, a primeira porque deve ser amassada e a segunda porque é a melhor parte da carne.



no peito. Por outro lado, Nonato, sem a barreira étnica e de nacionalidade, consegue transitar de uma masculinidade subordinada a uma posição de hegemonia, ainda que isso somente ocorra na cadeia, quando aprende a lidar com outros códigos.

Considerações finais

De acordo com o perfil desses migrantes ficcionais, é possível destacar que ambos chegam a seus destinos em situação de extrema vulnerabilidade e humilhação. Poderiam ser caracterizados como masculinidades subordinadas, segundo categorização de Connel. Contudo, é importante ponderar que no filme brasileiro, o fato de Nonato não ser identificado por sua condição étnica lhe confere um status distinto do que se percebe em Freddy. O tratamento indigno que recebe inicialmente por parte daquele que viria a ser seu primeiro patrão não é decorrente do fenótipo, mas da condição em que se apresenta perante aquele: um nordestino faminto, miserável.

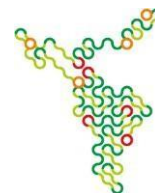
No processo de (re)configuração das masculinidade desses migrantes, a busca pela hegemonia está presente na luta e violência contra outros homens, mas também por e contra mulheres. Freddy, imigrante indígena, percebido sempre como estrangeiro pelos locais, não se integra à comunidade de destino. Não deixa de representar uma masculinidade subordinada com seu desfecho trágico. Por outro lado, Nonato como migrante nordestino não estigmatizado pelo fator étnico, embora, a princípio, represente essa condição subordinada, consegue na prisão, pelo talento e astúcia ascender ao topo na hierarquia das masculinidades, ao eliminar “pelo estômago” o líder Bujiú.

Referências

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **Nordestino: uma invenção do falo**: uma história do gênero masculino (Nordeste 1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.

ASSIS, Gláucia de O. “„De Criciúma para o mundo””: gênero, família e migração. **Campos** 3: 31-49, 2003.

ASSIS, Gláucia de O. & Elisa M. Sasaki. 2001. “Os Novos Migrantes *do e para* o Brasil: um balanço da produção bibliográfica”. **Seminário Internacional Migrações Internacionais**: contribuições para políticas - Brasil, 2000. Brasília: CNPD.



CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J.W. “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito”. In: **Rev. Estud. Fem.** [online], vol.21, n.01, 2013, pp. 241-282.

COSTA, Patrícia T. M. A construção da masculinidade e a banalidade do mal: outros aspectos do trabalho escravo contemporâneo. **Cadernos Pagu** (31), julho-dezembro de 2008:173-198.

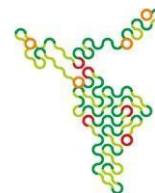
OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A Construção Social da Masculinidade**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), 2004.

SCHMIDT, Susana. “Historia reciente y cine. Relatos migratorios en los albores del siglo XXI argentino”. Rey Tristán, Eduardo; Calvo González, Patricia. **XIV Encuentro de Latinoamericanistas Españoles** : congreso internacional, Sep 2010, Santiago de Compostela, España. Universidade de Santiago de Compostela, Centro Interdisciplinario de Estudios Americanistas Gumersindo Busto ; Consejo Español de Estudios Iberoamericanos, pp.1542-1554, 2010, Cursos e Congresos; 196. <halshs-00531229>

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise. **Educação & Realidade**, 20(2), 71-99, jul/dez, 1995.

TEJEDOR, Alberto Del Campo. “Cuestión de pelotas. Hacerse hombre, hacerse el hombre en el fútbol”, In: DEL RÍO, José María Valcuende y LÓPEZ, Juan Blanco (editores). **Hombres: la construcción cultural de las masculinidades**. Madrid: Talasa Ediciones S.L., 2003.

VALE DE ALMEIDA, “Miguel. Género, masculinidade e poder: revendo um caso do Sul de Portugal”. **Anuário Antropológico**, 95: 161-190.



AS QUESTÕES DE GÊNERO, IDENTIDADE E LINGUAGEM PRESENTES NO ACONTECIMENTO MARCHA DAS VADIAS

Micaella Schmitz Pinheiro**

Resumo: Em primeiro momento, o presente artigo busca abordar as concepções de acontecimento histórico, linguístico e discursivo sobre a Marcha das Vadias. O protesto abordado no artigo foi o que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, em 2012. Também será exposto o caso de Indianara Siqueira, transexual que foi detida durante o protesto. Em seguida, serão apresentadas algumas concepções sobre como o uso da linguagem influenciou nas questões de gênero e identidade, para isso, serão utilizados filósofos como Jacques Derrida e Judith Butler. Por fim, será construído um debate entre a teoria linguística e a teoria feminista.

Palavras-chave: Acontecimento. Marcha das Vadias. Gênero. Identidade. Linguagem.

THE ISSUES OF GENDER, IDENTITY AND LANGUAGE PRESENT IN THE MARCHA DAS VADIAS EVENT

Abstract: In the first moment, the present article tries to approach the conceptions of historical, linguistic and discursive event on the March of the Bates. The protest addressed in the article will be what happened in the city of Rio de Janeiro in 2012. Also will be exposed the case of Indianara Siqueira, a transsexual who was detained during the protest. Next, some conceptions will be presented on how the use of language influenced the issues of gender and identity, for which we will use philosophers such as Jacques Derrida and Judith Butler. Finally, a debate will be built between linguistic theory and feminist theory.

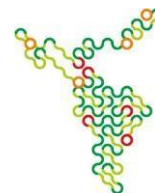
Keywords: Event. Marcha das Vadias. Genre. Identity. Language.

1 Contextualizando o acontecimento Marcha das Vadias

No ano de 2012, ocorreu no Rio de Janeiro, na avenida Atlântica, bairro de Copa Cabana, um protesto contra a violência sexual. Simultaneamente, as manifestações ocorreram em outras capitais, como São Paulo, Brasília, Salvador e Porto Alegre. A manifestação contava em sua maioria com mulheres. Entretanto, homens também participavam e apoiavam.

O movimento surgiu como protesto devido a um fato ocorrido no Canadá, na Universidade de Toronto, onde várias mulheres foram abusadas e um policial fez uma declaração na mídia dizendo

** Mestranda em Ciências da Linguagem-UNISUL. E-mail: mica.schmitz@yahoo.com.br



que “as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias para não serem vítimas”. A fala do policial se espalhou por diversas mídias no Canadá e em seguida, para o mundo. Consequentemente, houveram diferentes interpretações, produzindo efeitos de sentidos, até a ser considerado um acontecimento. Entretanto, é importante ressaltar que existem diferentes definições sobre o conceito de acontecimentos.

O primeiro é o acontecimento linguístico definido por Pêcheux (1990, p. 17) como “(...) um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória”. Podemos entender a ideia de Pêcheux como uma relação entre o que aconteceu de fato e a forma como o mesmo evento foi percebido, analisando como o acontecimento mantém-se atualizado na memória coletiva.

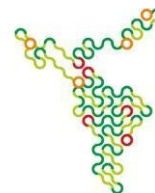
Outra definição é destinada ao acontecimento histórico, que é considerado relativo, pois o historiador que irá contar o fato/acontecimento poderá filtrar, segundo o seu ponto de vista, o que considera importante relatar. Dessa forma, muitas informações podem ficar de fora e ao mesmo tempo, teremos apenas um ponto de vista sobre o acontecimento. Para Dela-Silva (2008) “o acontecimento histórico [...] pode ser discursivizado de diferentes formas e produzir efeitos de sentido diversos”.

Dando sequência às teorias, surge uma terceira maneira de definir o acontecimento, agora nomeado de acontecimento discursivo. Pêcheux (1990) acredita que, para tal acontecimento surgir, é necessário que um indivíduo o produza. Seguindo a linha do acontecimento histórico, o discursivo também é uma espécie de “seleção” dos fatos.

Sendo assim, é possível fazer relação com a palavra “vadia”, usada pela policial para definir as mulheres violentadas em Toronto. Tal palavra foi sendo descaracterizada do seu sentido inicial e passou a ser utilizada como forma de protesto, podendo ser considerada inicialmente como acontecimento histórico, que acabou tornando-se discursivo e linguístico.

Acredita-se que um acontecimento, independentemente de ser discursivo, linguístico ou histórico, é definido a partir do momento em que provoca mudanças em sentidos pré-estabelecidos. Foi o que ocorreu com o conceito de “vadia”, utilizado como forma de crítica e protesto na Marcha das Vadias.

O acontecimento discursivo pressupõe, assim, a relação entre dizeres que, ao se cruzarem, tendem a promover rupturas, ainda que um novo dizer, por princípio, seja formulado a partir das possibilidades que esse dizer encerra. [...] busca-se compreender os acontecimentos discursivos que possibilitam o surgimento de novos espaços de significação para o sujeito (DELA-SILVA, 2008).



Outro acontecimento que pode ser citado é o de Indianara Siqueira, transexual que participava da Marcha das Vadias no Rio de Janeiro. Indianara foi detida por mostrar os peitos durante o evento e alguns meses depois recebeu intimação para responder diante do juiz. Nesse momento cria-se um dilema linguístico e de identidade de gênero. Nas próprias palavras de Indianara:

Depois das "confusões" criadas na Marcha Das Vadias e criar o protesto "Meu Peito,Minha Bandeira,Meu Direito" onde algumas trans me seguiram, policiais ficaram atentos até conseguirem me deter.Após receber voz de prisão por desacato ao me negar a assinar o B.O e liberada após pagamento de fiança feito por companheirxs Vadixs,recebi a intimação do julgamento.

Independente do resultado do julgamento e mais que uma pessoa ou um coletivo,o que estará sendo julgado é o gênero,a imagem do feminino que não tem o mesmo direito que o masculino.

A justiça criará também um dilema.
Se me condenar estará reconhecendo legalmente que socialmente eu sou mulher e o que vale é minha identidade de gênero e não o sexo declarado em meus documentos e isso então criará jurisprudência para todas xs pessoas trans serem respeitadxs pela sua identidade de gênero e não pelo sexo declarado ao nascer.
Se reconhecer que sou homem como consta nos documentos estará me dando o direito de caminhar com os seios desnudos em qualquer lugar público onde homens assim o façam,mas também estará dizendo que homens e mulheres não são iguais em direito.

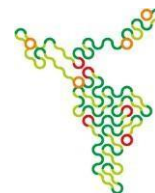
Disponível em: < <https://www.facebook.com/events/163778030470441/>> acesso em: 13 nov. 2017

2 Gênero, Identidade e Linguagem

A partir dos fatos expostos, procura-se estudar as questões relacionadas a gênero, identidade e linguagem. No âmbito do gênero, questiona-se se é masculino ou feminino. Na questão da linguagem, questiona-se se é ele/homem ou ela/mulher. E a identidade está intrínseca a sexualidade, pois ambas estão relacionadas ao discurso e as organizações históricas. Para Foucault (2005, p. 100)

a sexualidade é o nome que pode se dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder

Ainda sob o ponto de vista foucaultiano, nota-se que o discurso foi estabelecido como prática, e que dessa maneira, acaba criando o agente do qual se refere. Foi dessa maneira que, por meio dos discursos do século XIX, a concepção de homossexual foi estabelecida como identidade, transpondo a questão sexual. O autor acredita que



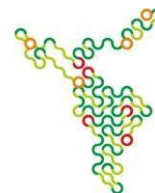
É necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constituiu-se no dia em que foi caracterizada - o famoso artigo de Westphal em 1870, sobre as “sensações sexuais contrárias” pode servir de data natalícia - menos como um tipo de relações sexuais do que como certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de interverter, em si mesmo, o masculino e o feminino. A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie (FOUCAULT, 2005, p. 51).

Sendo assim, percebe-se que a origem sobre a questão de gênero está relacionada com determinados jogos de linguagem que procuram dar uma forma, um significado à vida em sociedade, definindo o que é correto e delimitando os limites do que deve ser censurado. Dentro desse sentido gramatical que procura definir o que é correto, Butler (2003, p. 37) descreve que “as pessoas só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero”. A autora continua: “gêneros inteligíveis são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2003, p. 38). Ainda seguindo o raciocínio de Butler (2003, p. 9)

A crítica genealógica recusa-se a buscar as origens do gênero, a verdade íntima do desejo feminino, uma identidade sexual genuína ou autêntica que a repressão impede de ver; em vez disso, ela investiga as apostas políticas, designando como origem e causa categorias de identidade que, na verdade, são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos

Butler busca explicar a questão da performatividade em seus estudos, e acredita que os processos de gênero e identidade andam juntos. Ainda dentro desses aspectos, encontra-se a questão da linguagem. A linguagem é vista como ação, como performance. No sentido da linguagem, nos voltaremos para os estudos de Derrida (1977), que faz críticas aos sistemas binários que compõem a ciência e a língua, como por exemplo: homem/mulher, branco/preto, heterossexual/homossexual. Para o autor, distribuição em pares beneficia a primeira palavra do par, tornando a segunda subalterna (Derrida, 1977). Entretanto, o autor também acredita que o conjunto de palavras do par possuem uma relação complementar, sendo assim, um depende do outro, o primeiro termo não existiria sem o segundo, e ao mesmo tempo, um determina o limite do outro.

Dessa forma, o autor sugere que os termos binários que fundamentam a linguagem ocidental passem por um procedimento de reavaliação que “não consiste em ir de um conceito ao outro, mas em reverter e deslocar a ordem conceitual assim como a ordem não conceitual com a qual (o binarismo) é articulado” (DERRIDA, 1977, p. 21).



3 Linguistas vs Feministas

Em seguida vamos estabelecer alguns embates entre os linguistas e a teoria feminista. Os primeiros acreditam na linguagem como ato individual e influenciado por atos externos. Foi em 1916, com a publicação do Curso de Linguística Geral, de Ferdinand de Saussure, que tais ideias passaram a ser discutidas. Saussure criou uma interpretação que definiria a existência de uma separação entre *langue* e *parole*. Anos depois, surge uma nova teoria para reforçar a ideia de Saussure. Foi Noam Chomsky, em 1965, que propôs a divisão da língua em duas partes, uma seria a competência e a outra a performance. As feministas também utilizavam a teoria da performance, porém, por outro viés.

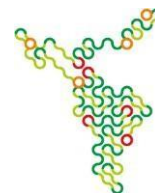
Dentro do contexto feminista, a performance estaria relacionada com as práticas artísticas e com assuntos relacionados a gênero. Na concepção de Chomsky, a performance era desvinculada da relevância científica, pois para o autor, a utilização concreta da linguagem possui uma “uma qualidade relativamente degenerativa” (CHOMSKY, 1965, p.31) múltipla de “desvios da norma” (CHOMSKY, 1965, p. 4) e, sendo assim, não poderia “constituir o assunto da linguística, se ela pretende ser uma disciplina séria” (CHOMSKY, 1965, p. 4). Dessa forma, a performance linguística, contestaria o “conhecimento da língua”, pois dentro dela, a gramática é regularmente contrariada. A performance, dentro dos estudos linguísticos, se relaciona com a linguagem em uso.

Em seguida, outro autor vem para contestar as duas teorias. Halliday, em 1978, inova e procura entender a linguagem relacionada ao meio social do indivíduo. De acordo com Borba (2014, p. 19) o autor

implode a distinção entre competência e performance e defende que na semiótica (da vida) social, o uso da língua é central; o sistema linguístico subjacente (i.e. a competência) não limita a existência social dos indivíduos a priori, mas é por eles/as constantemente (re)negociado, contestado, transformado e moldado nos/pelos contextos de uso da língua e pelas relações entre seus usuáries/os.

Após tais estudos, é possível estabelecer uma nova relação entre a linguagem e a sociedade. Passou-se a entender a linguagem com relação à identidade, que está diretamente relacionada às teorias performativas de Butler. Sendo assim,

Não devemos considerar que falamos/escrevemos A, B ou C porque somos X, Y ou Z. Ao invés disso, devemos focar nossa atenção nas dinâmicas sócio-histórico-discursivas que fazem com que ao falarmos/escrevermos X, Y ou Z sejamos percebidos/as como A, B ou C; ou seja, os recursos linguísticos (e identitários) são produtos de processos históricos,



políticos, filosóficos e culturais específicos e sua utilização nos insere nessas dinâmicas.
(BORBA, 2014, p. 20)

É dessa maneira que Butler constrói a sua teoria. Para ela, ao falarmos que alguém é menina ou menino automaticamente relacionamos com as questões identitárias, pois os mesmos já serão “programados” pela sociedade a ter determinado comportamento referente ao seu sexo biológico. Butler (1993) chama esse processo de “generificação”. Ribeiro (2014, p. 6) explica que “ao integrar ao conceito de mulher, ou de feminino, valores como fragilidade, frivolidade, submissão, cria-se uma visão de mundo segundo a qual as mulheres não são hábeis para desempenhar tarefas que exijam força física, poder de decisão e liderança respectivamente”.

Outro exemplo é quando a criança nasce com o sexo biológico feminino, automaticamente surgirão pré-conceitos que a mesma deverá seguir. Como não falar palavrão, sentar com as pernas cruzadas, brincar com bonecas e/ou de casinha, etc. Já a criança que nasce com o sexo biológico masculino são incorporados outros pré-conceitos como brincar com bonecos, usar roupa azul, jogar bola, não chorar na frente dos outros, etc. Dessa forma, de acordo com Borba (2014, p. 22) são esses

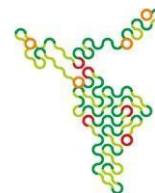
Atos de fala que visam conformar um corpo às normas de coerência entre sexo, gênero e desejo que constituem a matriz de inteligibilidade já discutida aqui. Nesse sentido, as identidades de gênero são constituídas na/pela linguagem, o que significa que não existe identidade de gênero que a preceda, ou, em outras palavras, não há identidade de gênero (ou quaisquer outras) antes de sermos interpelados/as linguisticamente.

A linguagem relacionada à questão de gênero é então utilizada como forma de poder. Nesse caso, é usada como forma de manutenção do poder de uma sociedade educada por um viés patriarcal.

Retomando o que foi dito anteriormente, a identidade e a questão performativa estão intimamente relacionadas. Butler utiliza as ideias de Derrida (1977) sobre a “Teoria dos atos de fala” de John

Langshaw Austin para entender a ideia de identidade como performatividade. Para isso, é necessário voltar a duas teorias de Derrida. A primeira é a avaliação do que Austin chama de “usos parasitários” (1990, p. 36) e a segunda é a exclusão da categoria de performativos considerados “não sérios” e “vazios ou nulos”, por não mudarem de fato o estado das coisas atuais, como por exemplo o que é “dito por um ator no palco, ou (...) introduzido em um poema, ou falado em um solilóquio”

(AUSTIN, 1990, p. 36). Em contrapartida, Derrida se importa com os ditos usos “parasitários” da linguagem, pois eles apresentam precisamente o que faz o performativo funcionar. Dessa forma, Derrida questiona-se:



Não é verdade que aquilo que Austin exclui como anômalo, exceção, „não sério“, citação (no palco, em um poema ou um solilóquio) é a modificação determinada de uma citacionalidade geral – ou melhor, uma iterabilidade geral – sem a qual não existiria nem mesmo um performativo feliz? (DERRIDA, 1977, p. 17)

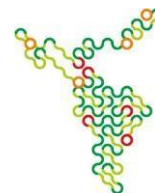
O autor continua: “um contexto nunca é absolutamente determinável” (DERRIDA, 1977, p. 3), pois o que concede aos performativos a eficiência de conseguir fazer surgir uma nova realidade social é a repetição constante de signos e padrões que vão além do contexto imediato

Um performativo poderia ter sucesso se sua formulação não repetisse um enunciado “codificado” ou iterável, ou em outras palavras, se a fórmula que eu pronuncio para iniciar uma reunião, batizar um barco ou realizar um casamento não fosse identificável como em conformidade com um modelo iterável, se não fosse identificável de alguma forma como “citação”? (DERRIDA, 1977, p.18)

Outra questão principal abordada por Derrida é a noção de iterabilidade, implicada na citacionalidade da linguagem. Para o autor a iterabilidade é a possibilidade do signo ser reiterado e modificado, mesmo com a ausência de seu referente, resultando em repetir e mudar ao mesmo tempo. É através da prática das repetições que a iterabilidade desenvolve o que Derrida chama de “force de rupture”, pois em determinadas circunstâncias, quando um signo linguístico é retirado e repetido em outro contexto, leva consigo características das circunstâncias anteriores e expõe ao novo contexto, produzindo dessa maneira uma condição de ruptura e continuidade sincronicamente. A alternativa de modificação encontrasse no “entra e sai” do contexto. Entrar em um contexto e sair do mesmo para entrar em outro contexto, pois a repetição nem sempre é exata, podem haver mudanças subjetivas ao fazê-la.

Dessa maneira, a teoria da performatividade de gênero acredita que a identidade é composta justamente da sua descontinuidade, da diferença, das fissuras. Sendo assim, podemos contestar o sistema humano que determinam os indivíduos de acordo com a sua relação entre corpo-sexo-gênero. Sabemos que a identidade pode ir muito mais além dessa definição imposta pelo sistema social, sustentado diretamente pela linguagem, que acaba categorizando as pessoas. De acordo com Borba (2014, p. 27) “tal sistema de (...) é, em grande parte, produzido e sustentado na/pela linguagem que constitui um dos elementos chave para o reconhecimento social e cultural”

Podemos concluir que é necessário olharmos além do corpo, além dos significados imediatos impostos pela cultura, linguagem e sociedade, pois o ser humano é muito mais complexo. É como uma rede “(...) constituída por sistemas de saber/poder e saber/discurso historicamente específicos



que são, em grande parte, produzidos e sustentados por práticas linguísticas” (BORBA, 2014, p. 27). Considerar a linguística que os seres humanos utilizam, e que consequentemente estão imbuídos, é de extrema importância para destacar o sentido crítico e político da teoria da performatividade de gênero. Atentando a isso, possivelmente no futuro, questões como a de Indiana Siqueira sejam interpretadas além da possibilidade semântica, levando em consideração as relações de gênero e identidade.

Referências

AUSTIN, John. Quando Dizer é Fazer: Palavras e Ação. **Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.**
Tradução Danilo Marcondes.

BORBA, Rodrigo. **A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais.** Campinas: Cadernos Pagu, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n43/0104-8333-cpa-43-0441.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

BUTLER, Judith. **Bodies that Matter: On the Discursive Limits of “Sex”.** Nova York, Routledge, 1993.

Disponível em: <<http://eng5010.pbworks.com/f/ButlerBodiesThatMatterEx.pdf>> acesso em 17 nov. 2017

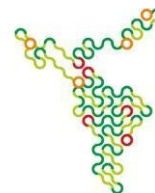
BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. Disponível em: <<http://www.academia.edu/16450466/BUTLER-Judith-Problemas-de-Genero-completo-pdf>> acesso em: 18 nov. 2018

CHOMSKY, Noam. **Aspectos da Teoria da Sintaxe.** Ed. MIT Press, 1965.

DELA-SILVA, Silmara Cristina. **O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia.** Tese (Doutorado). IEL, Unicamp, Campinas, 2008.

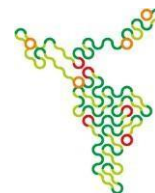
DERRIDA, Jaques. **Signature, Event, Context.** In.: DERRIDA, Jaques. Limited Inc. Evanston, Northwestern U. P, 1977, pp.1-24.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.



PECHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.

RIBEIRO, Djamila. Linguagem, gênero e filosofia: qual o mundo criado para as mulheres? Uma abordagem wittgensteiniana. Belo Horizonte: Sapere Aude, v. 5, n. 9, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/viewFile/7674/6689>>. Acesso em: 18 nov. 2017.



O TRÂNSITO DA LOUCURA CRIMINOSA AO SUL DO BRASIL (1980-1990)

Cíntia Paludo¹

Resumo: Este artigo visa apresentar apontamentos de pesquisa acerca das trajetórias de duas mulheres, as quais tiveram experiências do crime e da loucura, e foram enviadas para manicômios judiciários. Esses lugares podem ser considerados como instituições totais, de acordo com Goffman (1974). O antropólogo Carrara (1998) caracteriza-os como instituições híbridas, que conseguem articular duas das realidades mais deprimentes da sociedade moderna, de um lado o asilo de alienados e a prisão, de outro, o criminoso e o louco. Os manicômios judiciários emergiram nas primeiras décadas do século XX como o lugar destinado aos sujeitos ditos loucos-criminosos, essas pessoas não recebem uma pena, mas uma medida de segurança. No Estado de Santa Catarina, a instituição foi criada em 1971, e desde sua emergência não possui um local específico para a internação das mulheres. Situação essa que desencadeou o deslocamento delas para outros manicômios judiciários, de diferentes estados do sul do Brasil. As fontes documentais analisadas para este estudo foram os processos judiciais.

Palavras-chave: Mulheres, Manicômio Judiciário, Experiência.

THE TRANSFER OF CRIMINAL MADNESS TO THE SOUTH OF BRAZIL (1980-1990)

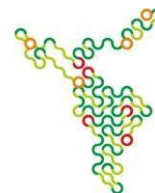
Astract: This article to present research appointments about the trajectories of two women, who had experiences of crime and insanity, and were sent to judicial asylums. These places can be considered as total institutions, according to Goffman (1974). The anthropologist Carrara (1998) characterizes them as hybrid institutions, which articulate two of the most depressing realities of modern society, on the one hand the asylum of the alienated and the prison on the other, the criminal and the madman. Judicial asylums emerged in the first decades of the twentieth century as the place for so-called crazy-criminal subjects, these people do not receive a sentence, but a measure of security. In Santa Catarina State, the institution was created in 1971, and since its emergence does not have a specific place for the hospitalization of women. This situation led to their displacement to other judicial asylums in different states of southern Brazil. The documentary sources analyzed for this study were judicial proceedings.

Keywords: Women, Judicial Asylum, Experience.

Considerações iniciais

O artigo proposto possui caráter descritivo, e visa apresentar apontamentos de pesquisa sobre trajetórias de mulheres, as quais tiveram a experiência do crime e da loucura, e foram enviadas para um manicômio judiciário. O texto enfoca o deslocamento dessas mulheres pelos estados do sul do Brasil, em decorrência da ausência de um espaço específico para internação delas no Manicômio Judiciário do Estado de Santa Catarina, local onde foi desencadeada a incursão delas na justiça.

¹Mestranda em História na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, Brasil.



As fontes analisadas para a construção desta narrativa histórica foram os processos judiciais, localizados no Arquivo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (ATJSC). Fontes essas, interpretadas de acordo com a proposta metodológica da antropóloga Mariza Corrêa. A autora depreende os autos como diferentes versões de um fato, denominando-os de “fábula”, indicando que “os fatos estão suspensos, de que não há a possibilidade de, através do processo, revivê-los, fazer a caminhada inversa e chegar aos fatos reais, às relações concretas existentes por detrás de cada crime” (CORRÊA, 1983, p. 26). Os processos penais são heterogêneos, compostos de múltiplas “vozes”, todas filtradas pelo Estado, constituídos de documentos produzidos pelas instâncias policial, judicial, e psiquiátrica. Os autos são o resultado de diferentes versões provenientes de um mesmo ato, ou seja, diferentes discursos, compreendidos nesta narrativa como formadores da experiência das mulheres.

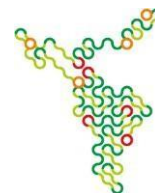
O conceito de “experiência” foi apreendido de acordo com a proposta da historiadora Joan Scott. A autora problematiza a operacionalização da “experiência” na historiografia argumentando que, quando a experiência é tomada como a origem do conhecimento, o historiador que a reconta, produz uma explicação da evidência. No entanto, para Scott (1998), tornar visível a experiência, expõe a existência de mecanismos repressivos, mas não revela sua lógica de funcionamento interno, o que não permite conhecer como a diferença é constituída. Conforme a autora infere:

Não são os indivíduos que tem experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência. Experiência nesta definição torna-se, então, não a origem da nossa explanação, não a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado (SCOTT, 1998, p. 304).

Na esteira da proposta de Scott, não se trata de negar a agência dos sujeitos, mas compreender como esses sujeitos foram constituídos pela experiência que nos é apresentada. No caso desta análise, como as mulheres foram constituídas pela experiência do crime e da loucura, presente nos processos judiciais, através dos diferentes discursos, psiquiátrico, jurídico, das pessoas da família e delas mesmas.

Um hospital-prisão: o manicômio judiciário

Os manicômios judiciários emergem das modernas percepções do crime e da loucura, a partir das discussões do saber médico e do saber jurídico, na tentativa de compreender os crimes que não eram precedidos de sintomas tradicionais, reconhecidos, visíveis de loucura, “sem razão”



(FOUCAULT, 2006). Crimes graves, geralmente assassinatos, marcados por estranhas crueldades. A intervenção da medicina mental na instituição penal, a partir do século XIX, é resultado da necessidade da medicina como higiene pública, e da transformação individual para o funcionamento da punição legal. As concepções da psiquiatria e criminologia, especificamente seus entrecruzamentos, pautaram a criação de uma instituição específica para isolar os ditos loucos criminosos¹. Instituições com dupla finalidade, para tratamento e custódia daqueles e daquelas, considerados pela justiça, e a psiquiatria, como inimputáveis, ou seja, não possuem responsabilidade penal pelos atos cometidos.

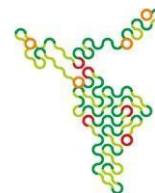
Os manicômios judiciários podem ser definidos de acordo com a proposição do sociólogo Erving Goffman, como uma “instituição total”. Para o autor, essas instituições, são mais fechadas, definidas pela barreira com o mundo externo e pelas proibições da saída, incluídas no esquema físico. Podem ser as prisões, manicômios, conventos, casas para órfãos, escolas internas, quartéis, etc. A instituição total compreende, para o autor, “um lugar onde um grande número de indivíduos, com situações semelhantes separados da sociedade mais ampla, por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 2001, p. 11).

O antropólogo Sérgio Carrara (1998) define os manicômios judiciários como “instituições híbridas”, pois, compreendem ao mesmo tempo um espaço prisional e asilar, penitenciário e hospitalar. Instituições que comportam uma tipologia de indivíduos denominados por Carrara (1998, p. 153) como “muito inocentes para ficarem nas prisões, mas muito perversos para ficarem no hospício, para esses seres ambíguos, seria necessária uma nova instituição”.

A obrigatoriedade da construção dos manicômios judiciários, ocorre com o decreto de 1903, o qual dispõe sobre a lei da assistência médico legal dos alienados²: “em cada estado brasileiro, ou, na impossibilidade imediata, da criação de pavilhões destinados aos loucos criminosos nos hospícios públicos existentes” (BRASIL, 1903). Essa lei estabeleceu que cada estado seria responsável pela construção dessas instituições, com recursos próprios ou com a construção de anexos em asilos públicos de alienados. Por isso, somente em 1921, foi inaugurada a primeira instituição do país, no

¹As discussões da psiquiatria e das escolas penais na *belle époque* encontram-se em Darmon (1991), Foucault (2010). Sobre o discurso da medicina legal e da criminologia positivistas, no período de 1920-1945, em São Paulo, ver Ferla (2009).

²BRASIL. Senado Federal. Decreto nº 1132, de 22 de dezembro de 1903. **Assistência aos alienados**. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=47507&norma=63278>> Acesso em: 05 de maio de 2017.



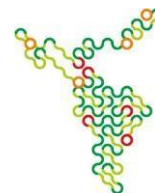
Rio de Janeiro³. Anteriormente, os loucos-criminosos ficavam em pavilhões nos hospícios, separados dos demais loucos.

A criação do manicômio judiciário de Santa Catarina ocorreu em janeiro de 1971, cinco décadas após a emergência da primeira instituição do gênero no Brasil. Localizado no complexo penitenciário de Florianópolis e subordinado à Secretaria de Justiça, é um órgão de defesa social e clínica psiquiátrica. O processo de constituição dessa instituição no Estado de Santa Catarina remonta às primeiras décadas do século XX, cujo período foi marcado pela criação de uma série de estabelecimentos de controle social associados à modernização e urbanização da cidade, particularmente voltados para as classes populares. A Penitenciária da Pedra Grande (1930) foi o embrião do manicômio judiciário, pois foi o primeiro local destinado aos loucos que cometiam crimes. As condições que viviam as pessoas consideradas loucas criminosas eram no mínimo insalubres, e o local considerado como a “sala da morte”. Conforme afirma a historiadora Viviani Poyer (2000, p. 52), “junto à instituição correcional funcionava o manicômio que o diretor e jurista Edelvito Campelo D’Araújo intitulava “Casa dos Enterrados Vivos”. Ali não havia preocupação com a higiene, ou com o tratamento, muito menos, o conforto. O louco tinha ali a sala da morte”.

Com a construção do Hospital Colônia Sant’Ana (HCS), em 1941, primeiro hospital psiquiátrico público do Estado, os loucos criminosos foram transferidos da Penitenciária para essa instituição em uma ala denominada “Manicômio Judiciário”. No entanto, essa medida não foi suficiente para a resolução da situação institucional e para o atendimento dessas pessoas, pois as relações eram marcadas por conflitos entre funcionários e internos. Desde a construção do HCS houve a tentativa de construir provisoriamente o manicômio judiciário nas dependências do hospital (MELO, 2004), no entanto, tal projeto não foi efetivado.

De acordo com o historiador Marcos Costa Melo (2004), a demanda por um lugar para o louco criminoso apresentou-se como uma constante, pelos funcionários do HCS e pelos representantes do poder público. Somente em janeiro de 1971 o Manicômio Judiciário do Estado abriu suas portas. Os primeiros internos, do sexo masculino, eram procedentes do HCS. A instituição não possuía e não possui atualmente, um espaço para internação das mulheres. Logo, essa constatação indica como a dinâmica das relações de gênero, foi compreendida, nos seus pressupostos e sua organização.

³O processo histórico de emergência do primeiro manicômio judiciário do Brasil foi analisado por Carrara (1998). No censo nacional publicado em 2011 consta o perfil das pessoas que vivem nessas instituições em todo o Brasil, ver Diniz (2013).



Configurou-se como uma instituição construída por homens e para homens. Compreendendo que as relações de gênero são construídas culturalmente e historicamente (SCOTT, 1990), a ausência de um espaço para internação das mulheres no manicômio, denota a não expectativa de que elas cometessem delitos e ainda reforça a invisibilidade de seus crimes, os quais revelam aspectos do social onde essas mulheres estavam inseridas. Conforme a pesquisa no Serviço de Arquivo Médico e Estatística do Manicômio Judiciário de Santa Catarina, as mulheres somente faziam o exame de sanidade mental, e caso precisassem de internação, eram encaminhadas para uma ala específica do HCS. A seguir, as trajetórias de Teresa e de Lourdes⁴, demonstram nuances de um processo histórico que revelou-se descontínuo, referente ao atendimento às mulheres consideradas irresponsáveis penalmente, ou inimputáveis, devido à incidência de diagnóstico de doença mental, e determinação judicial de uma medida de segurança⁵.

Teresa e Lourdes: trajetórias da loucura criminosa ao sul do Brasil

Teresa tinha 27 anos quando foi internada no HCS em 1979, solteira, cor branca, sem ocupação, tendo como responsável pelo internamento, o irmão, Pedro Almeida, católica, analfabeta⁶. Teresa era procedente de uma pequena cidade do estado catarinense, onde residia com sua família, na zona rural do município, na qual trabalhavam em uma pequena propriedade de terras. O viver atrás dos muros do hospital psiquiátrico não era algo novo para Teresa, pois antes de ser internada pelos familiares no HCS, viveu aproximadamente por dez anos no Hospital Psiquiátrico São Pedro, de Porto Alegre.

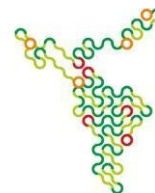
⁴Os nomes referentes às trajetórias das duas mulheres são pseudônimos. As cidades de origem delas também não serão reveladas.

⁵**Art. 26 do Código Penal.** É isento de pena o agente que por doença mental, ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento (BRASIL, 1984). Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102343>> Acesso em: 05 de maio de 2017.

Art. 97 do Código Penal. Dispõe sobre as **medidas de segurança**: Se o agente for inimputável, o juiz determinará sua internação (Art.26). Se todavia, o fato previsto como crime for punível com detenção, poderá o juiz submetê-lo a tratamento ambulatorial. §1º. A internação, ou tratamento ambulatorial, será por tempo indeterminado, perdurando enquanto não for averiguada, mediante perícia médica a cessação da periculosidade. O prazo mínimo deverá ser de um ano a três anos (BRASIL, 1984). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7209.htm> Acesso em: 05 de maio de 2017.

⁶Processo Penal nº 141/88. (ATJSC)



No dia 08 de dezembro de 1987, em mais uma manhã que Teresa passava no HCS, instituição que estava há nove longos anos. Nesse dia, de acordo com os autos agrediu Ester, uma assistente de enfermagem, tal ação levou-a a ingressar na trama policial e, posteriormente, judiciária.

Após a agressão, a diretora do hospital providenciou uma série de relatórios atestando um histórico de outras agressões de Teresa em pacientes e funcionários do hospital. Os relatórios enviados ao Coordenador das Organizações Penais foram acompanhados do ofício, em que consta a seguinte solicitação:

Senhor Coordenador:

Vimos através deste, **solicitar a transferência da paciente TERESA ALMEIDA para o Manicômio Judiciário, tendo em vista a alta periculosidade apresentada pela mesma.** Trata-se de uma paciente psicótica grave, com a qual foram tentados todos os tratamentos disponíveis, sem qualquer resultado. Nosso hospital, além dos inúmeros problemas que enfrenta, não conta com recursos ambientais compatíveis para conter a agressividade da paciente.

A Direção do hospital, ciente da periculosidade oferecida pela paciente, e preocupada pela integridade física dos funcionários do hospital, solicita com URGÊNCIA, a transferência da referida doente mental para um estabelecimento mais adequado ao seu caso⁷. (grifo meu)

O psiquiatra do hospital atestou que Teresa tinha o diagnóstico de “esquizofrenia hebefrênica”, uma psicótica crônica, e que houve a tentativa de todos os tratamentos disponíveis, desde o uso de neurolépticos, eletrochoque, ficar presa em “sala fechada”, até a cogitação de lobotomia, que só não foi realizada, por uma questão financeira⁸.

Para atestar a urgência em enviar Teresa ao manicômio judiciário, devido o perigo que representava, foi acrescentado um histórico de outras agressões dela no relatório hospitalar:

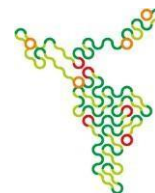
[...] 22/06/82 agrediu com um chinelo o rosto da paciente Helena;
29/06/82 agrediu fisicamente a paciente Ana pegando pelo pescoço;
18/11/82 agressão física a outra paciente com ferimentos generalizados inclusive com suspeitas de lesões internas;
09/11/82 agredindo outras pacientes e funcionárias jogando café quente⁹ [...]

Porém, para que Teresa fosse enviada a um manicômio judiciário, não bastava um pedido de transferência, Teresa precisava estar implicada em um crime. Assim sendo foi necessário iniciar o trâmite policial, com o boletim de ocorrência, registrado pela vítima, Ester, e a posterior averiguação policial. Por conseguinte, Teresa foi indiciada por lesão corporal (Art. 129 do Código Penal).

⁷Ofício 1.182/87. Hospital Colônia Sant’Ana, 30 de dezembro de 1987. Processo Penal nº 141/88. (ATJSC)

⁸Relatório Médico. Hospital Colônia Sant’Ana, 30 de dezembro de 1987. (ATJSC)

⁹Ofício 1.182/87. Hospital Colônia Sant’Ana, 30 de dezembro de 1987. Processo Penal nº 141/88. (ATJSC)



No período da investigação policial, Teresa esteve na delegacia prestando seu depoimento, acompanhada por funcionários do HCS. Consta o único registro que permite apreender a voz de Teresa:

A paciente TERESA ALMEIDA compareceu neste I Distrito Policial, na data de hoje, a fim de prestar depoimento em Inquérito Policial, onde figura como indiciada, sendo que a mesma não possui condições de prestar depoimento em relação aos fatos, não conseguindo nem ao menos falar nem seu nome certo, dizendo apenas que **“não gosta do hospital”** – **“está no mesmo desde criança”**, isso aos tropeços e retificado pelas testemunhas que a acompanham¹⁰. (grifo meu)

Foram as duas únicas frases proferidas por Teresa, possíveis de apreender em seu processo judicial: “não gosta do hospital” e “está no mesmo desde criança”. Teresa passou inaudível pela instância policial e pela instância psiquiátrica.

Teresa esteve no Manicômio Judiciário de Santa Catarina para a realização de perícia psiquiátrica, após instauração dos autos de insanidade mental pelo delegado. Os peritos do manicômio concluíram que: “a paciente psicótica, esquizofrenia hebefrênica, com comprometimento global, é totalmente irresponsável pelos atos praticados, dado o caráter de alienação que a mesma se encontra”¹¹. Os psiquiatras indicaram que Teresa precisava de internação em manicômio judiciário. Portanto, o HCS não era mais adequado para ela.

O delegado finalizou a investigação proferindo: “face a periculosidade da paciente e como o HCS não tem condições de manter pacientes com aquele grau de periculosidade, a direção do hospital gestionou e conseguiu uma vaga no Manicômio Judiciário de Piraquara-PR”¹². A solicitação de vaga para o manicômio do Paraná ocorreu porque, “em Santa Catarina, não há estabelecimento do gênero destinado às mulheres”¹³.

Em concordância com as indicações dos psiquiatras e do delegado, o juiz sentenciou: “há nos autos prova incontestada de que a ré, num de seus freqüentes acessos de fúria, descontrolada, pois não goza de perfeita higidez mental, atacou a vítima Ester, com violência...de outro lado, tendo em vista a doença mental da ré e sua periculosidade comprovada, com base no Art. 96 do Código Penal, determino que seja internada em manicômio judiciário, enquanto perdurar o quadro”¹⁴.

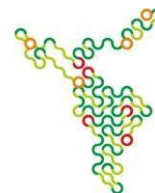
¹⁰ Inquérito Policial, 24 de março de 1988. Processo Penal nº 141/88. Caixa 84.211. (ATJSC)

¹¹ Laudo de Exame de Sanidade Mental, 09 de junho de 1988. Processo penal nº 141/88. (ATJSC)

¹² Relatório do Delegado, 30 de março de 1988. Processo penal nº 141/88. (ATJSC)

¹³ Ofício do Juiz 861/88, de 12 de maio de 1988. Processo penal nº 141/88. (ATJSC)

¹⁴ Poder Judiciário de Santa Catarina, 21 de novembro de 1988. Processo penal nº 141/88. (ATJSC)



Teresa adentrou o manicômio judiciário do Paraná em 1989, e permaneceu até o ano de 2002. Não constam informações nos autos sobre esse período, deixando uma lacuna, cujo silêncio reverbera o esquecimento/ omissão da família e do Estado. Uma mulher pobre, marcada por uma trajetória institucionalizada por mais de trinta anos de sua vida, entre hospitais psiquiátricos e manicômio judiciário.

Lourdes, a outra personagem dessa narrativa histórica, morava em uma pequena cidade catarinense, em 1990 era casada, tinha 43 anos, duas filhas, do lar, instrução primária, branca, católica¹⁵. Lourdes foi denunciada por tentativa de homicídio (Art. 121 do Código Penal), a vítima, seu esposo Antônio. Conforme a denúncia do processo judicial:

No dia 29 de outubro de 1990, por volta das 13:15 horas, no interior da casa, **sem qualquer motivo**, a denunciada acercou-se do seu marido e vítima Antônio Miotto, quando este estava na cama do casal, provavelmente dormindo, **utilizando um machado**, desferiu-lhe **um golpe na cabeça**, ocasionando-lhe as **lesões corporais de natureza grave**, incapacitando-o para as ocupações habituais por mais de trinta dias, expondo-o a perigo de vida e causando-lhe **debilidade no sistema neurológico, de caráter permanente**, devido à perda de massa encefálica. Atingida a cabeça, parte vital do ofendido, Lourdes não continuou com as investidas. Julgando o marido morto, tratou de sair gritando por socorro, pela rua, aos passantes e vizinhos, imputando a autoria do fato a um pretense “negro”, que teria entrado na casa para assaltá-los¹⁶. (grifo meu)

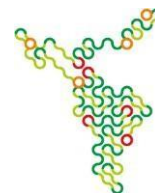
Antônio não veio a óbito imediato, no entanto, possivelmente ocorreu algum tempo depois do crime, pois nos documentos finais dos autos consta que Lourdes era “viúva”. Durante a investigação policial e as inquirições no tribunal, Lourdes sempre negou a autoria do crime. Conforme consta o depoimento registrado nos autos:

Que por volta das 13:00 horas a depoente estava na cozinha de sua residência lavando a louça, quando apareceu alguém por trás da mesma dizendo-lhe “não se mexe, não se mexe”, quando a declarante olhou para trás e notou um negro alto, bem mais alto que a declarante, sendo magro, cabelo baixo, e sem barba, sendo que notou que o mesmo estava de camisa branca, e vestido de calça. Que a declarante alega que também viu ao lado do “negro”, ou mais precisamente, de sua perna, um machado. Que o dito “negro” ainda a agarrou pelos braços e assim que conseguiu desvencilhar-se, correu para a rua em busca de socorro, retornando ao interior da casa, percebeu que jorrava sangue de Antônio e o mesmo não se mexia. O “negro” havia desaparecido¹⁷.

¹⁵ Processo Penal nº 405/91. (ATJSC)

¹⁶ Denúncia em 14 de março de 1991. Processo penal nº 405/91. (ATJSC)

¹⁷ Inquérito Policial nº 60/90. 29 de outubro de 1990. Processo penal nº 405/91. (ATJSC)



Como percebe-se no fragmento acima, Lourdes tinha a sua versão, e relatou às autoridades jurídicas quantas vezes foi preciso, de forma semelhante. Ela teve sua voz registrada no processo, diferente de Teresa.

Durante a investigação policial foi levantada a hipótese de Lourdes ter “problemas mentais”, devido às declarações proferidas por algumas testemunhas, referindo que Lourdes “era meio louca”. Lourdes tinha duas filhas, de 18 e 22 anos, ambas cursavam ensino superior. De forma distinta à Teresa, a família de Lourdes tinha condições financeiras para constituir advogada, a qual teve atuação fundamental durante todo o procedimento judicial.

Tendo em vista, os indícios coletados na investigação policial, o delegado solicitou exame de sanidade mental a ser realizado no manicômio judiciário do Estado. Lourdes adentrou essa instituição acompanhada por uma filha, não estava sozinha. Os peritos então concluíram: “A periciada desenvolveu um quadro esquizofrênico paranoide desde longa data, culminando com vivência delirante afetando seu juízo crítico na época dos fatos”¹⁸. Nessas condições, Lourdes foi considerada inimputável pelos atos praticados, e recomendou-se internação em hospital psiquiátrico, uma vez que “a periciada é considerada perigosa, de acordo com as motivações e circunstâncias do crime autorizam a suspeição que torne a delinquir”¹⁹. O atestado de perigo de Lourdes proferido pelos psiquiatras embasou a sentença do juiz: “o diagnóstico de esquizofrenia indica gravíssimo déficit da capacidade de julgamento e controle dos impulsos nervosos, por isso, a medida de segurança se justifica, com internação da ré em manicômio judiciário ou estabelecimento adequado”²⁰. O magistrado determinou que Lourdes fosse internada no HCS, pois “quando trata-se de ré do sexo feminino as medidas impostas tem sido cumpridas no HCS”²¹. Conforme a trajetória de Teresa revelou, esse encaminhamento não foi unívoco.

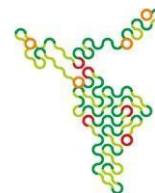
Como uma filha de Lourdes estudava na cidade de Porto Alegre, a advogada solicitou que Lourdes fosse enviada para o Manicômio Judiciário do Rio Grande do Sul, para que a filha pudesse visitar a mãe e lhe prestar a assistência necessária. O pedido foi-lhe concedido, e Lourdes adentrou nessa instituição em 1994, acompanhada pela filha. Transcorrido um ano, a filha foi transferida para uma universidade de Curitiba. Diante disso, novamente a intervenção da defensora foi fundamental,

¹⁸ Incidente de Sanidade Mental. Processo penal nº 405/91. (ATJSC)

¹⁹ Idem.

²⁰ Recurso Criminal, 26 de março de 1993. Processo penal nº 405/91. (ATJSC)

²¹ Ofício nº 453/93, 16 de julho de 1993. Processo penal nº 405/91. (ATJSC)



e Lourdes foi transferida para o Manicômio Judiciário do Paraná, a pedido da família, para que os laços afetivos fossem preservados, o que poderia contribuir na melhora de Lourdes.

A medida de segurança de Lourdes tinha duração de um ano. As filhas, amparadas pela defesa, estavam atentas aos prazos e direitos possíveis à Lourdes. Sendo assim, a advogada solicitou a averiguação da cessação de periculosidade e a possibilidade de desinternação de Lourdes. Em 1997, Lourdes saiu do manicômio do Paraná para residir com a filha em Curitiba.

As trajetórias das duas mulheres, Teresa e Lourdes, permitem perceber os aspectos semelhantes de seus percursos entre o crime a loucura, e os deslocamentos implicados. Teresa acusada de lesão corporal, e Lourdes acusada de homicídio. As duas mulheres receberam como sentença a imposição de uma medida de segurança. Ambas tiveram o diagnóstico de esquizofrenia no exame psiquiátrico, realizado no Manicômio Judiciário de Santa Catarina. O perigo social de ambas, cientificado pela psiquiatria, embasou o judiciário na imposição da medida de segurança. Apesar de aspectos semelhantes, os movimentos que levaram essas mulheres ao enclausuramento em manicômio judiciário foram distintos.

O período de permanência na clausura também as distancia. Teresa, uma camponesa pobre, ficou internada em diferentes hospitais psiquiátricos por aproximadamente trinta anos. De louca, tornou-se uma louca-criminosa. Lourdes, uma mulher de classe média, ficou internada por aproximadamente três anos, e teve o amparo constante da família. A possibilidade de subsidiar a defesa no decorrer do processo judicial permitiu que Lourdes não permanecesse esquecida por anos em um manicômio judiciário.

Referências

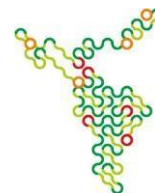
CARRARA, Sérgio. **Crime e Loucura**: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século. Rio de Janeiro: EdUERJ, São Paulo: EDUSP, 1998.

CORRÊA, Mariza. **Morte em família**: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. 315 p.

DARMON, Pierre. **Médicos e assassinos na “Belle Époque”**: a medicalização do crime. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DINIZ, Débora. **A custódia e o tratamento psiquiátrico no Brasil: censo 2011**. Brasília: LetrasLivres: Editora Universidade de Brasília, 2013.

FERLA, Luis. **Feios, sujos e malvados sob medida**: A utopia médica do biodeterminismo São Paulo



(1920-1945). São Paulo: Alameda, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A evolução da noção de “indivíduo perigoso” na psiquiatria legal do século XIX.** In: MOTTA, Manoel de Barros (Org). *Ditos e escritos*. V.5. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.1-25, 2006.

_____. **Os anormais:** curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, p. 2010.

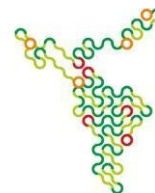
GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos.** São Paulo: Perspectiva, 2001.

MELO, Marcos Costa. **Ser ou não ser, “louco” é a questão.** Relações crime – loucura. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

POYER, Viviani. **Penitenciária Estadual da Pedra Grande:** um estudo sobre a política de combate a criminalidade em Florianópolis entre 1935-1945. (Mestrado em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, n.16, p.297-325, fev. 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 5-22, jul/dez, 1990.



“AS ALEMOAS DO SUL”: GÊNERO E ETNIA NOS MUSEUS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL

Daniel Luciano Gevehr¹
Dilani Silveira Bassan²

Resumo: A pesquisa investiga os museus de história da imigração alemã no Vale dos Sinos (RS) a partir das narrativas produzidas e difundidas nesses espaços. Privilegiamos a leitura crítica dos museus, buscando compreender os mecanismos utilizados na criação das ambiências, bem como a criação de imagens e representações que procuram retratar uma determinada história sobre os imigrantes alemães. Ressaltamos que a pesquisa aqui apresentada tem como recorte espacial três museus localizados nos municípios de Nova Hartz, Picada Café e Sapiranga. A seleção desses espaços se justifica, uma vez que ambos representam parte do acervo que busca representar a presença da imigração alemã na região guardam elementos simbólicos que carregam e perpetuam uma determinada memória do grupo étnico.

Palavras-chave: Museu. Imigração Alemã. Gênero e etnia.

"AS ALEMOAS DO SUL": GENDER AND ETHNIC IN THE MUSEUMS OF GERMAN IMMIGRATION IN RIO GRANDE DO SUL

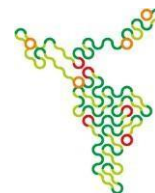
Astract: The research investigates the German immigration history museums in the Vale dos Sinos (RS) from the narratives produced and disseminated in these spaces. We favor the critical reading of museums, trying to understand the mechanisms used in the creation of ambiances, as well as the creation of images and representations that seek to portray a certain story about German immigrants. We emphasize that the research presented here has the spatial area three museums located in the municipalities of Nova Hartz, Picada Café e Sapiranga. The selection of these spaces is justified, since both represent part of the collection that seeks to represent the presence of German immigration in the region hold symbolic elements that carry and perpetuate a certain memory of the ethnic group.

Keywords: Museum. German immigration. Gender and athnic.

A pesquisa investiga os museus de história da imigração alemã no Vale dos Sinos (RS) a partir das narrativas produzidas – através de sua expografia – e difundidas nesses espaços públicos de visitação. Nesse caso, atentamos especialmente para o processo que envolve a produção das *narrativas visuais* (BURKE, 2004) – compreendendo que cada imagem busca contar uma história a partir de seu contexto de produção – presentes nesses *espaços museológicos* que por sua vez,

¹Doutor em História e professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), FACCAT, Taquara (RS), Brasil.

²Doutora em Desenvolvimento Regional e professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), FACCAT, Taquara (RS), Brasil.



difundem representações sobre a história da imigração alemã na região, a partir de recortes e seleções, presentes em seus acervos.

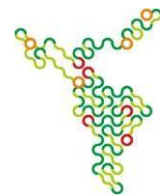
Privilegiamos a leitura crítica dos *museus* (POULOT, 2013), buscando compreender os mecanismos utilizados na criação das ambiências (MENESES, 2013), bem como a criação de imagens e representações que procuram retratar uma determinada história sobre os imigrantes alemães, que chegaram à região a partir de 1824. Nesse sentido, a análise crítica que propomos, se baseia na discussão sobre os elementos simbólicos presentes nesses lugares de memória da imigração, relacionando-os com os conceitos de *representação*, *de patrimônio cultural e de identidade étnica*.

A relação existente entre esses elementos é o que norteia a pesquisa sobre os museus. Ressaltamos que a pesquisa aqui apresentada tem como recorte espacial três museus localizados nos municípios de *Nova Hartz*, *Picada Café e Sapiranga*, ambos de origem germânica na região do Vale dos Sinos (RS). A seleção desses três espaços se justifica, uma vez que ambos representam parte do acervo que busca representar a presença da imigração alemã na região e que dessa forma, guardam elementos simbólicos que carregam e perpetuam uma determinada memória do grupo étnico.

A preocupação com a exaltação e a afirmação dos elementos culturais associados à identidade étnica germânica é discutida na pesquisa, na medida em que esses traços identitários se tornam evidentes nas representações construídas e difundidas nos museus, seja através da (re)criação de cenários ou até mesmo através de coleções de diferentes tipos presentes nas exposições permanentes. A pesquisa pretende ainda discutir, em que medida, esses museus da imigração alemã contribuem para a (re) produção da *memória* (LE GOFF, 2003) da imigração na região, uma vez que esses museus são compreendidos como lugares de perpetuação e ressignificação da memória e, também, de afirmação de identidades das comunidades locais (municipais) diretamente ligadas à esses espaços museológicos.

Através da investigação realizada nesses lugares de memória – que nesse caso se constituem em nosso recorte espacial – pretendemos discutir os elementos simbólicos presentes nesses espaços, que buscam materializar, através de sua expografia, uma determinada história da imigração alemã na região. Essa, por sua vez, nos revela *escolhas e enquadramentos da memória* (POLLACK, 1989), ao mesmo tempo em que define aquilo que deve ser mostrado e guardado para a exposição pública.

Os museus e as imagens da imigração alemã



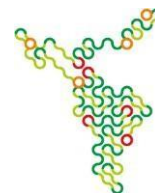
Partimos nossa investigação sobre os museus de imigração alemã da noção de que *as produções simbólicas* – que em nosso caso estão presentes nos espaços museológicos – devem suas propriedades mais específicas às condições sociais em que são produzidas (BOURDIEU, 2001). Os museus são compreendidos na pesquisa como manifestações simbólicas, que falam de forma direta sobre o lugar e sobre os grupos sociais responsáveis pela sua produção, num processo de *lutas simbólicas* (CHARTIER, 2002), no qual a imposição de determinadas *representações sobre o passado* (BOURDIEU, 2001) sofrem – necessariamente – *a seleção* daquilo que deve ser preservado nos espaços sociais, e que passam a representar parte do passado.

Compreendemos ainda os museus de imigração como lugares de memória, na acepção de Nora (1993, p. 21), para quem “são lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos.” Para Nora, a “*memória pendura-se em lugares como a história em acontecimentos*” (Ibidem, p. 25), logo os lugares de memória – como são os museus de imigração alemã – além de serem socialmente construídos, consistem-se em mecanismos de *perpetuação da memória* (HALBWACHS, 2004).

Halbwachs (2004) mostra-nos como os lugares desempenham um papel fundamental na construção da *memória coletiva*. Para ele, os lugares que percorremos nos fazem lembrar dos fatos ocorridos no passado e, assim, contribuem para a construção da memória, evocando o passado. Quando uma comunidade elege seus *lugares de memória*, como a construção de um museu e a seleção das peças que o compõe, com forte presença de elementos étnicos – que passam a representá-la – pode-se perceber os condicionantes que estão envolvidos.

Percebemos que o patrimônio – e em nosso caso mais particular, o museu – funciona como um “aparelho ideológico da memória” (CANDAU, 2012, p. 158). Isso se explica em virtude do patrimônio da comunidade ser compreendido como um verdadeiro *transmissor da memória* do grupo, agregando valores, ideologias e formas de pensar, além é claro, de representar o passado dessa comunidade, que agora se encontra patrimonializado através das exposições produzidas nos museus.

Buscando melhor fundamentar nossa análise, buscamos discutir os sistemas classificatórios que envolvem a produção dessas identidades, que em nosso caso apontam para necessidade de reafirmação da *germanidade* – compreendida como uma categoria que remete a identidade étnica compartilhada pela comunidade, que os remete a “lembrar e perpetuar” o passado imigrante. Sobre



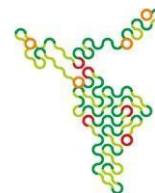
essa questão Seyferth (2011) se refere ao *Deutschtum*, que para ela expressa a *germanidade*, que seria uma espécie de laço identitário, que une os imigrantes e seus descendentes através da *etnicidade*.

O *museu* – compreendido como expressão do patrimônio – engloba, ainda, *saberes, lugares e modos de fazer*, que comunicam algo sobre a identidade de quem as produz, e que por sua vez, são transmitidos através das gerações. Decorre daí que os hábitos e as tradições de uma comunidade nos dizem e revelam parte da sua cultura. Ainda, para Veloso (2006), o conceito de referência cultural ressalta o processo de produção e reprodução de um determinado grupo social e aponta para a existência de um *universo simbólico* compartilhado.

Consideramos fundamental em nossa análise sobre os espaços museológicos, que “a questão da memória, da busca identitária e da apreensão do passado como patrimônio memorialístico apresenta-se como uma rica fronteira entre a História e o Turismo” (MENESES, 2004, p.15). Assim “a construção/invenção do passado como atrativo para quem viaja, parte de interpretações que são instrumentalmente inseridas no método da História, mas, também, por construções de caráter popular, lendário e mitológico” (Ibidem, p.15).

De acordo com Meneses (2004, p.75) o museu é um lugar que toma como base três valores indissociáveis: O valor identitário, que considera o patrimônio como gerador constante de construção de imagens, significados e identidades; o valor econômico, que toma o patrimônio como gerador de oportunidades econômicas; e o valor social, que defende que os projetos interpretativos devem gerar a melhoria da qualidade de vida da comunidade que administra esse patrimônio.

Percebemos que os museus de imigração alemã, encontrados nessa região, se articulam diretamente como espaços de potencialidade turística. Esse elemento faz com que os *museus* – compreendidos como parte de seu Patrimônio Cultural – sejam percebidos pelas próprias comunidades como *espaços de desenvolvimento local e regional* (VARINE, 2013), na medida em que podem atrair visitantes de diversos lugares, contribuindo com isso para a promoção do desenvolvimento econômico dos municípios. Esses elementos podem ser percebidos na medida em que encontramos uma forte preocupação em manter viva a fala da língua alemã, através do *Hunsrik*, que é praticado cotidianamente e da preservação de diferentes *usos e costumes* (THOMPSON, 2013), como as comidas, as músicas, a religiosidade e as festas, deixados pelos alemães que fundaram as comunidades no século XIX.



Mulheres imigrantes e suas representações nos museus

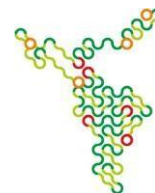
Selecionamos para análise três museus que fazem parte de nossa investigação. Decidimos por tal recorte, uma vez que se tornaria impossível percorrer, considerando as especificidades de cada espaço, todos os museus elencados na proposta de nossa pesquisa, que amplia essa discussão para outros lugares de memória na região. Partimos da definição proposta por Gonçalves (2009), para quem o *museu-narrativa* se constitui em um espaço de exposição, inserido em um espaço urbano, mas no qual a relação com o público ainda guarda marcas bastante pessoais.

Esse é precisamente o caso dos museus de imigração que estamos analisando e nos quais observamos, de forma bastante evidente, uma relação muito próxima entre esses lugares de memória e a comunidade que o produz e o mantém vivo. Nessa relação interpessoal, “por meio da qual se dá o fluxo de trocas entre doadores e diretores de museus” (GONÇALVES, 2009, p. 178) é que ocorre a definição daquilo que será exposto e que, constituirá parte do material de expografia presente no museu.

É nesse contexto que iremos acompanhar o processo que o autor denomina como “invenção do patrimônio” (Ibidem, p. 179). De acordo com ele essa “invenção” – que consiste na seleção e organização – das exposições do museu, “vem acompanhada de valores, como autonomia e liberdade, assumidos por sujeitos individuais ou coletivos” (Ibidem, p. 179). A partir disso é que analisamos os três museus mencionados, que conforme veremos, apresentam características muito semelhantes quanto aos seus objetivos e forma de organização e seleção de sua expografia.

O primeiro é o Museu Municipal de Nova Hartz, criado pela Prefeitura Municipal em 1999, e que está localizado na área central do município e ocupa uma antiga residência, localizada na atual praça central da área urbana. Organizado a partir de diferentes ambientes, que respeitam a divisão original da casa, o museu apresenta um rico acervo, constituído de móveis, objetos e fotografias, que procuram evidenciar a presença dos imigrantes alemães na localidade. Dessa forma, o museu se apresenta como um espaço de memória da imigração e tem como tema principal do seu acervo a imigração e a colonização alemã em Nova Hartz.

Na parte central do museu encontramos diversos objetos que evidenciam o estilo de vida dos primeiros moradores, através dos móveis e utensílios domésticos que eram utilizados desde o século XIX até meados do século XX, quando o desenvolvimento da indústria calçadista no município



transformou radicalmente o estilo de vida de seus moradores. Com isso, a mistura de elementos de diferentes épocas na expografia do museu, que contam a trajetória de transformação da comunidade, através dos objetos.

Notamos na constituição desse ambiente a preocupação em mostrar o ambiente da casa, que é constituído basicamente da cozinha – lugar de preparação dos alimentos, mas também o principal espaço social da casa – no qual as pessoas se reuniam para realizar as mais diferentes atividades e celebrar seus usos e costumes cotidianos, que não se revela apenas através dos móveis e objetos, mas também da produção de bordados, feitos à mão e que contém dizeres, que revelam valores familiares compartilhados.

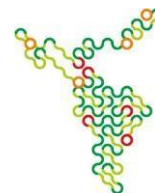
A associação de diversos elementos culturais aparece de forma que utensílios domésticos aparecem em associação com uma cuia de chimarrão – um elemento típico da cultura gaúcha que foi assimilado pelos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul – e outros objetos do uso cotidiano da comunidade nos tempos que antecederam a chegada da energia elétrica e a modernização imposta pelo espaço urbano que se organizava a partir da década de 1950 em Nova Hartz.

Nesse mesmo contexto, o pano de parede bordado à mão, aparece como um artefato que demonstra o trabalho doméstico desempenhado pelas mulheres, que além das atividades cotidianas, encontravam tempo para bordar e cuidar da ornamentação da casa. Aliás, o cuidado com a limpeza e a organização da casa é um dos aspectos bastante evidenciado através do museu, que procura imprimir a ideia de organização e cuidado com a casa como atividades diretamente ligadas ao gênero feminino.

Outro elemento de destaque no museu é a exposição de fotografias e documentos ligados às atividades educacionais, festivas e religiosas da comunidade. Observamos parte da história da comunidade, que se revela aos visitantes através de poses em atos cívicos, em atividades nas escolas e até mesmo na exposição do certificado de Ensino Confirmatório de um membro da Igreja Evangélica de Confissão Luterana (IECLB).

Este aspecto, de caráter religioso, associado ao luteranismo – que naturalmente coexistia com o catolicismo romano – é um elemento de forte vinculação à etnicidade que constitui a comunidade, visto que a prática religiosa ligada à igreja luterana alemã é um traço identitário que distingue essa comunidade, nas quais a germanidade não se fazia presente.

Vale ressaltar que o museu, a partir de sua organização, procura demonstrar a preocupação dos imigrantes alemães e seus descendentes quanto à preservação dos valores identitários, que têm a



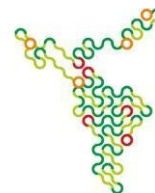
família, o trabalho e a religiosidade como fundamentos que orientam as condutas e as ações coletivas da comunidade.

O *trabalho*, representado através dos instrumentos, cuidadosamente organizados na exposição, busca valorizar as atividades desempenhadas na comunidade e que dessa forma dão destaque para a evolução do trabalho ao longo do tempo. Exemplo disso são as ferramentas utilizadas nas atividades agropastoris, que associam o passado desses imigrantes ao espaço rural. No mesmo ambiente, são apresentadas as novas tecnologias que surgiram ao longo do século XX, como as máquinas de calçado, as balanças e o primeiro computador que chegou ao município, na década de 1980.

A mistura de objetos que representam as atividades econômicas desenvolvidas, em diferentes épocas e contextos, pode ser compreendida como uma tentativa de mostrar aos visitantes o progresso alcançado pelos seus moradores. As diferenças evidenciadas entre a chegada dos primeiros imigrantes e o tempo mais recente se apresentam como um forte elemento de valorização da coletividade, que através do trabalho e da preservação da cultura trazida pelos imigrantes alcançaram o desenvolvimento do município.

Já no caso de Picada Café, temos o Parque Histórico Municipal Jorge Kuhn, situado à margem da BR116. Nele encontramos um conjunto arquitetônico constituído por um antigo moinho, o açougue e a venda e residência da Família Kuhn. No complexo do parque – *constituído de três edificações e que conjuntamente são compreendidas como um único lugar de memória da comunidade* – se torna evidente a tentativa de se criar um lugar de memória que guarda – materialmente – uma memória da imigração alemã no município.

O prédio principal, que deu origem ao complexo que hoje constitui o Parque, foi construído na década de 1880, por Christian Kuhn, imigrante alemão que comprou as terras que atualmente compõe o parque. Inicialmente, o prédio em estilo enxaimel, abrigava uma pequena *casa de oração* da comunidade evangélico-luterana (IECLB) e logo em seguida passou por ampliação e abrigou uma *casa comercial e de moradia* – visto que a propriedade localizava-se às margens da antiga estrada de pedra, que margeia a atual BR116 e que era caminho de passagem dos antigos tropeiros que circulavam pela região, que ali paravam para se alimentar – daí a origem da denominação Picada Café. No prédio, que atualmente abriga o museu do parque, podemos visitar a venda colonial e a casa do imigrante, que deu origem ao lugar. Um detalhe que chama a atenção é o fato de que o casal Kuhn,



responsável pela construção, está enterrado de baixo da casa, onde encontramos inclusive a lápide com seus nomes e data de nascimento e falecimento.

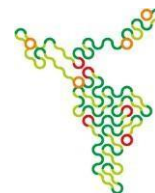
Ao lado do museu, temos acesso ao *antigo moinho*, também de propriedade da Família Huhn. O moinho foi construído pelo imigrante alemão Christian Huhn em 1928 e produzia farinha de milho e centeio, além de óleo de amendoim e descasque de arroz. O moinho conta com uma roda d'água de 5 metros de diâmetro que é movimentada a partir da canalização da água proveniente do Arroio das Pedras, que fica cerca de um quilômetro acima do moinho. Em 2007 a propriedade foi adquirida pela prefeitura municipal e com a ajuda de recursos vindos da Alemanha foi recuperado e *musealizado*. Desde então o lugar foi aberto para a visitação do público.

Na parte superior do parque e protegido por um muro de pedra construído manualmente no final do século XIX, encontramos o antigo Açougue Progresso, que atualmente é conhecido como *museu do açougue*, cujas atividades iniciaram em uma edificação de madeira na década de 1890. A atual edificação foi construída em 1941, pelo filho do imigrante, Jorge Kuhn. O açougue encerrou suas atividades em 1970 e atualmente encontramos nesse espaço a preservação do mobiliário e das ferramentas de trabalho que eram utilizadas cotidianamente.

O parque abriga *a casa comercial, o moinho e o açougue*, além de espaços de lazer e um palco coberto de apresentações e desempenha papel importante como lugar de memória da comunidade, uma vez que seu processo de criação envolveu um significativo trabalho de educação patrimonial, promovido pela municipalidade em parceria com a comunidade.

O terceiro lugar de memória que investigamos é o Museu Municipal Adolfo Evaldo Lindenmeyer – que presta homenagem ao ex-vereador da cidade e também descendente de alemães – que está localizado na área central de Sapiranga, no prédio da antiga estação férrea, conhecida como “Estação Sapyranga”, desativada em 1964. O museu foi criado pela Prefeitura Municipal em 1996 e tem como tema principal de seu acervo a imigração e a colonização alemã no município.

Os ambientes do museu são constituídos por diferentes temáticas, que se dividem entre a casa do imigrante, a venda colonial e a evolução da economia no município. O museu conta com uma pequena exposição de obras que retratam o episódio dos Mucker – único movimento messiânico ocorrido no Brasil em ambiente protestante e que foi liderado por uma mulher, conhecida como Jacobina Mentz Maurer.



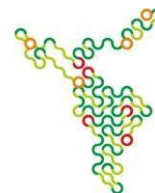
Logo na entrada do museu, nos deparamos com a venda colonial que existiu na localidade, desde o século XIX e funcionava em uma edificação em estilo enxaimel. A venda conta com diferentes objetos, que procuram contar parte da história da comunidade, em especial a economia de trocas de produtos, amplamente conhecida em toda região colonial alemã do Rio Grande do Sul. Já a casa do imigrante é representada pela cozinha e pelo quarto do casal, que mostram parte do mobiliário e dos objetos de uso cotidiano desses imigrantes – retratando a evolução dos objetos ao longo do tempo – constituindo um conjunto de artefatos de diferentes épocas e contextos da história de Sapiranga.

A mesa da cozinha e o banco onde todos se sentavam para fazer as refeições coletivamente, os utensílios domésticos, os panos de parede com dizeres em alemão – e de grande apelo religioso – e o mobiliário que constituía o quarto do casal são exemplos do patrimônio cultural da comunidade. Esses, por sua vez, remetem os visitantes, a lembrarem do tempo dos imigrantes alemães e de suas dificuldades frente ao novo ambiente da América.

Além disso, objetos como formas para confecção de bolachas, doces em compotas, moedor de café e outros vários utensílios do cotidiano são colocados em relevo na exposição da casa, que demonstra também a preocupação com a organização das tarefas e a limpeza com o espaço da casa, que cabia principalmente à mulher. Nesse sentido, se percebe a vinculação do espaço doméstico da casa a presença da mulher, que além de cuidar da família, de ajudar seu marido nas atividades do campo, cuidava muito bem da casa – como uma forma de representação dos *usos e costumes* dessa germanidade.

Assim como dos demais casos analisados, em Sapiranga aparece mais uma vez a preocupação com a representação do trabalho, que é apresentado ao visitante através da exposição que mostra a evolução do trabalho, desde os tempos da Colônia até o apogeu do calçado – elemento de destaque na evolução econômica do município e que se constitui a principal atividade econômica desenvolvida atualmente.

Na área externa do museu, encontramos uma réplica da estrada de ferro, inaugurada em 1903 e que ligava Sapiranga a Porto Alegre. A presença da estrada de ferro é uma compreendida pela comunidade como uma forma de representar o desenvolvimento econômico da localidade no final do século XIX, logo após o desfecho do conflito do Mucker, que encerrou em 1868, com a vitória das



forças imperiais sobre o grupo liderado por Jacobina nas imediações do morro Ferrabraz. Os trilhos do trem simbolizam, nesse contexto, o progresso alcançado pelos alemães e seus descendentes.

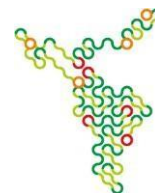
Considerações finais

Percorrer os caminhos que compõe a produção das narrativas visuais em museus da imigração alemã nos faz pensar sobre a complexidade que envolve a manipulação da memória e sobre os diferentes elementos que estão envolvidos nesse jogo de poder, que procura estabelecer uma representação sobre o passado. A análise desses três lugares de memória da imigração no Vale dos Sinos nos permitiu melhor compreender sobre os processos que operam nessa tentativa de registro do passado.

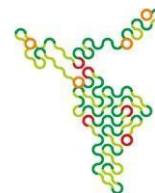
Torna-se clara a intenção, por parte daqueles que produziram esses lugares de memória, de imprimir, através do tempo, uma memória, que faz lembrar *a rusticidade desse passado imigrante* em suas comunidades. A lembrança dos tempos difíceis – que marcaram os primórdios da imigração alemã – e a valorização de elementos simbólicos, materializados através dos objetos dos museus, ligados à família, ao trabalho, à religiosidade e a busca do ideal de prosperidade, se mostraram evidentes nas narrativas analisadas.

Referências

- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand. 2001.
- BURKE, P. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.
- CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHARTIER, R. **À beira da falésia**. A história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- GONÇALVES, J. Os museus e a cidade. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (org). **Memória e Patrimônio**. Ensaio Contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 171-186.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- Le GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.



- MENESES, U. T. B. de. A Exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, D. G. **Museus**. Dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p.15-88.
- MENESES, J. N. C. **História e Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto história**. São Paulo, n. 10, dez. 1993. [Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História PUCSP].
- POLLACK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- POULOT, D. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- POUTIGNAT, P; STREITFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Frederik Barth**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- SEYFERTH, G. A dimensão cultural da imigração. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 26, n. 77. p. 47-62, 2011.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre cultura popular e tradicional. São Paulo: Cia. Das Letras, 2013.
- VARINE, H. de. **As raízes do futuro**. O patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz, 2013.
- VELOSO, M. O Fetiche do Patrimônio. **Habitus**. Goiânia, v.4, n.1, jan./jun. p.437-454, 2006.



PESSOAS EM MOVIMENTO: MOBILIDADE URBANA NA REGIÃO DO VALE DO PARANHANA (RS – BRASIL)

Dilani Silveira Bassan¹
Daniel Luciano Gevehr²

Resumo: Analisa-se a mobilidade espacial de um grupo de migrantes na região do Vale do Paranhana, localizada na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMP), estado do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 1990 a 2014. A proposta central deste estudo é responder qual o perfil dos migrantes residentes na região do Vale do Paranhana no tempo presente. Pretende-se ainda, analisar a situação socioeconômica dos migrantes, residentes nos municípios da região do Vale do Paranhana e investigar a trajetória migratória dos migrantes para a região. Também busca-se identificar o perfil dessas migrações recentes na região, que se caracterizam como do tipo intrarregional, com raras exceções, contando com migrantes oriundos de outros estados ou, até mesmo, países.

Palavras-chave: Mobilidade espacial; Migração; Desenvolvimento Urbano; Vale do Paranhana.

URBAN MOBILITY IN THE REGION OF PARANHANA (RS - BRAZIL)

Astract: The profile of a group of migrants in the region of the Paranhana Valley, located in the Metropolitan Region of Porto Alegre (RMP), state of Rio Grande do Sul, between 1990 and 2014 is analyzed. The main purpose of this study is to respond the profile of the migrants living in the region of the Paranhana Valley at the present time. It is also intended to analyze the socioeconomic situation of the migrants living in the municipalities of the Paranhana Valley region and to investigate the migratory trajectory of the migrants to the region. It also seeks to identify the profile of these recent migrations in the region, which are characterized as intraregional, with rare exceptions, with migrants from other states or even countries.

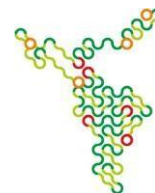
Keywords: Spatial Mobility; Migration; Urban Development; Valley of the Paranhana.

As questões relacionadas às migrações já são bastante antigas, mas têm sido um debate, cada vez mais, frequente e atual, dado o movimento que vem ocorrendo, principalmente [em escala mundial], nos países em que as guerras têm sido motivo de expulsão de populações. Esse processo, que envolve a saída do local de origem e a procura por melhores condições de vida em um novo local de moradia, é abordado pelas diferentes Ciências (Demografia, Economia, Sociologia, História, Geografia, entre outras), as quais buscam, a partir de distintas perspectivas teóricas, conhecer mais detalhadamente, a complexidade dos processos migratórios da população mundial contemporânea.

Tendo em vista a diversidade de fluxos migratórios, que acompanharam a ocupação do

¹Doutora em Desenvolvimento Regional e professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), FACCAT, Taquara (RS), Brasil.

²Doutor em História e professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), FACCAT, Taquara (RS), Brasil.



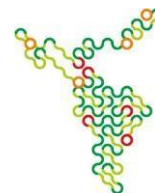
território brasileiro e as mudanças populacionais, surgiu a necessidade de investigar, de modo particular, a mobilidade espacial na região do Vale do Paranhana (RS) – Brasil, enfocando as trajetórias migratórias recentes nessa região. O período de análise compreende os anos de 1990 a 2014, definido por representar uma fase importante do processo de transformação deste território, ao revelar mudanças demográficas, sociais e econômicas significativas para a compreensão das dinâmicas territoriais da região.

As migrações, neste trabalho, serão analisadas na região do Vale do Paranhana, que tem como setor econômico, de maior representatividade, a indústria calçadista, predominantemente exportadora. O setor vem sendo afetado gradualmente, por crises econômicas, que tornaram as médias e grandes indústrias da região menos competitivas, devido à concorrência de indústrias mundiais. Este território, no entanto, ainda é reconhecido pela produção de calçados. Esta pesquisa, portanto, propõe identificar o perfil dos migrantes residentes na região do Vale do Paranhana, bem como, analisar a situação socioeconômica e investigar a trajetória migratória no período mais recente, compreendido entre 1990 e 2014.

A região do Vale do Paranhana, conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pertence à mesorregião metropolitana de Porto Alegre, sendo essa composta por 98 municípios. O critério de escolha da região atendeu a um recorte da mesorregião metropolitana de Porto Alegre considerando neste estudo a regionalização do COREDE¹ Vale do Paranhana. Nesse contexto, a região do Vale do Paranhana é composta por seis municípios e registrava, em 2014, uma população de 196.158 habitantes. De acordo com os critérios utilizados pelo Conselho Regional de Desenvolvimento - COREDE Vale do Paranhana, os municípios que compõem esta região, conforme a Figura 1 são: Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas, totalizando uma área de aproximadamente 1.424,7 km² (FEE, 2015).

Desta forma, a pesquisa é qualitativa, pois tem por objetivo compreender melhor o movimento de pessoas na região. O levantamento dos dados contou com um instrumento de coleta, composto por

¹ Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento foram criados pela Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994 e regulamentados pelo Decreto nº 35.764, de dezembro de 1994. Fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações, que visem ao desenvolvimento regional. Têm por objetivo: a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a integração dos recursos e das ações do governo na região; a melhoria da qualidade de vida da população; a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo à permanência do homem em sua região; a preservação e recuperação do meio ambiente.



um conjunto de questões sobre idade, gênero, grau de instrução, local e tempo de moradia, renda, a fim de obter informações sobre o perfil socioeconômico do grupo selecionado.

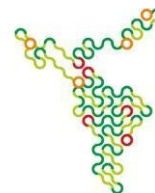
Por fim, buscou-se analisar a trajetória do migrante da região, a partir de seu fluxo migratório. Procurou-se, então focar nas migrações definitivas, aquelas em que o indivíduo decide migrar, não retornando mais a origem, sendo a trajetória migratória analisada no contexto das migrações internas, delineando, assim, contornos mais específicos sobre a configuração socioespacial da região a partir das migrações recentes.

Percorrendo o campo das migrações

A teoria clássica afirmava que as causas econômicas eram as principais responsáveis pela migração. As teorias mais atuais, que envolvem a sociologia, apresentam diferentes aspectos (sociais, familiares, políticos, culturais) como responsáveis pelo processo migratório. A migração é um fenômeno complexo de definir, uma vez que os dados são precários e impedem [muitas vezes] a comparação entre a situação de um país em relação a outro e, até dentro de um mesmo país, em um determinado período de tempo. A migração é um fenômeno que se repete inúmeras vezes, durante a vida, é multidisciplinar, envolvendo teorias da Economia, Sociologia, Geografia, Psicologia e Ciências Políticas (BILSBORROW, 2011).

Cabe observar que toda migração é também mobilidade, mas, no entanto, nem toda mobilidade é migração, uma vez que a mobilidade pode ser do capital, das mercadorias, da força de trabalho, diferentemente das migrações que correspondem aos movimentos populacionais. A migração implica mobilidade espacial de pessoas, de um lugar para outro, enquanto a mobilidade de capital, por exemplo, pode representar a instalação de uma fábrica em algum ponto do território, podendo ou não influenciar nos movimentos migratórios, tendo como implicação a formação ou redefinição das territorialidades (GOETTERT, 2010).

No entanto, não é possível descartar a noção de migração, no seu sentido mais original, priorizado pela demografia, sendo essa a base dos estudos que tendem a levar em conta modificações de tamanho, da estrutura e da distribuição espacial da população. Ao pensar a migração, como um fenômeno demográfico e um processo social, essa deverá ser entendida como componente do crescimento demográfico, não apresentando qualquer problema relativo à sua definição, sendo dessa



forma, considerada, como um movimento que modifica o tamanho e a estrutura da população (CUNHA, 2012).

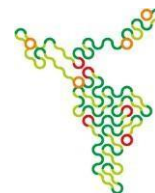
Rocha-Trindade (1995), afirma que o processo migratório tem diferentes causas e suas origens podem ser de ordem: econômica, política, étnico-cultural, entre outras. A causa mais comum e, que já vem sendo discutida, é a econômica, que afeta os países mais pobres, menos desenvolvidos, as regiões deprimidas e os grupos sociais desfavorecidos. Dessa forma, a decisão de migrar é de responsabilidade do ator social, que a partir das informações das regiões de destino e de seus objetivos individuais e do grupo, passa, então, a decidir pela permanência na região de origem ou pela migração. Nesse processo, não é possível deixar de considerar que, variáveis importantes, afetam a decisão de ir e vir, como, por exemplo, as características econômicas da região de destino e os benefícios sociais adjacentes.

Uma leitura de escala: o perfil dos migrantes no Vale do Paranhana

A pesquisa procura identificar o perfil dos indivíduos, representados neste estudo, por 40 migrantes. Desse total, 60% eram do sexo feminino e 40% do sexo masculino. Nesse primeiro aspecto, em que se observa o gênero do migrante, os pressupostos clássicos afirmavam que as mulheres migravam mais do que os homens, por diferentes motivos (RAVENSTEIN, 1980; LEE, 1980). Este dado, já revela o predomínio do sexo feminino, no grupo de pesquisado.

Cabe mencionar que, no caso das mulheres, estas optam pela migração, se estiverem amparadas por parentes no destino, e neste caso, a migração feminina ocorre dentro de um núcleo de relações pessoais (DURHAN, 1978). A migração feminina também era comum para acompanhar o marido. No meio rural, a mulher geralmente migrava, a partir do casamento e via, nessa perspectiva, uma forma de buscar sua independência financeira em relação ao núcleo familiar. Nesse sentido, ela tinha um papel secundário no processo migratório.

Porém, com a entrada de mulheres no mercado de trabalho, estas passam a contribuir na renda familiar e, em muitos casos, são “chefes” de famílias, transformações essas que representam uma mudança no poder de decisão das famílias. A migração contemporânea de mulheres, tem novas configurações nas últimas décadas, sendo que, atualmente, as mulheres tendem a migrarem sozinhas



ou como pioneiras em suas famílias. Atualmente a migração de mulheres é mais frequente do que a de homens.

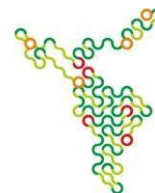
A partir do grupo pesquisado, foi possível observar que, de forma aleatória, o número de migrantes mulheres selecionadas, superou o de homens (24 mulheres e 16 homens). E, segundo afirma Assis (2007), essas mulheres têm um perfil bastante diferente das migrantes tradicionais, mulheres que acompanhavam seus maridos e filhos e que não eram consideradas sujeitos do processo migratório. As migrantes atuais e, particularmente o grupo pesquisado, tinham qualificação profissional ou estavam buscando; tinham nível educacional ou estavam estudando. Até mesmo as que migraram para acompanhar seus maridos já eram qualificadas ou, chegando à região de destino, buscaram por qualificação. A mulher [atualmente] é considerada protagonista do processo migratório.

Quando se trata do local de residência, se a condição de domicílio é rural ou urbana, a pesquisa demonstrou que 92,5% dos entrevistados são residentes de áreas urbanas e 7,5%, da área rural. No Vale do Paranhana, dados evidenciaram uma taxa de urbanização na região, no ano de 2010, de 83,5% (FEE, 2014).

Ao considerar a migração rural-urbana entre os entrevistados, frequentemente, esta ocorre de uma região menos desenvolvida para uma região mais desenvolvida, para uma cidade próxima ou para uma cidade mais distante, considerando como base as relações sociais, mais do que a proximidade física ou as atividades econômicas. O indivíduo decide migrar, seguindo a orientação dada por parentes ou por informações [mídia em geral]. O migrante não rompe com as relações primárias originais; ele constitui novas relações no destino. A migração, nesse sentido compreendida, é mais do que um simples deslocamento geográfico, ela representa um movimento no espaço social (DURHAN, 1978).

Como a migração leva em conta os aspectos sociais, o estado civil é uma variável que representa o estágio de relacionamento dos indivíduos. Foi possível constatar que, dos indivíduos que fizeram parte da pesquisa, a maioria estava, no período em que foram realizadas as entrevistas, na condição de casado, representando 77% do total; 12% eram solteiros; 8%, divorciados; 3% tinham outra situação civil e nenhum dos entrevistados se declarou viúvo.

Ao considerar, num primeiro momento, o custo-benefício na decisão de migrar, percebe-se que a migração familiar é uma estratégia possível para que haja um maior número de componentes de uma mesma família no mercado de trabalho. Dessa forma, a migração poderá se reverter em uma



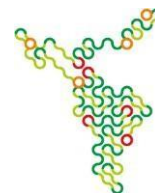
renda maior para a família, em contraposição à migração individual, em que os custos podem tornar-se maiores que os benefícios, dependendo da condição social e econômica do migrante. A migração em grupos familiares é bastante relevante no fluxo migratório, uma vez que há aspectos afetivos ligados à família, conforme observam os estudos de Mincer (1977), Fawcett (1989) e Rocha-Trindade (1995).

Em relação ao gênero, o grupo pesquisado é composto por 24 mulheres e 16 homens. Suas idades variam conforme o gráfico abaixo. Observa-se que no grupo feminino predominou a idade entre 26 e 33 anos de idade. Já no grupo masculino, houve um predomínio nas idades que variam de 42 a 49 anos (15%) e 50 anos ou mais (15%). Assim, pode-se afirmar que, entre os pesquisados, há um predomínio de mulheres e jovens, representando o aspecto mais recente das migrações.

Em relação a idade, a tendência de distribuição etária, apontou para uma média entre 26 e 50 anos. Observa-se que o grupo, mais jovem, teve o menor percentual de migrantes, representado por 5% do total de entrevistados. No que tange à migração de indivíduos jovens e solteiros, esta tem uma relação com a decisão individual e racional, bem como com o custo-benefício, na expectativa de um retorno monetário positivo (SANTOS et al, 2010). Isso significa que, os jovens migram [em sua maioria] porque seus custos tendem a ser menores e as expectativas em relação ao mercado de trabalho são mais promissoras.

Outro aspecto, relacionado ao deslocamento de indivíduos jovens, é a relação que existe entre a migração e a estrutura social em que se encontram esses indivíduos. Essa migração pode sofrer a influência de fatores como a descentralização industrial, mudanças relacionadas ao emprego e ao mercado de trabalho e a abertura das fronteiras econômicas. Porém, ainda é bastante difícil identificar [e mensurar] os motivos dos fluxos migratórios de jovens. Podem, também, estar ligados a projetos pessoais, experiências individuais, motivações e expectativas, desejo de alcançar seus objetivos e o desejo de aventura (BRANDT e CÔTÉ, 2013).

Durhan (1978) afirma que os jovens, quando decidem migrar, não fazem essa opção apenas para melhorar de vida, mas para libertar-se da influência da família. Para muitos jovens, a migração representa um processo de libertação pessoal e até mesmo uma aventura. Casais jovens e sem filhos também tendem a migrar com mais frequência, representando uma fase de libertação econômica que proporciona o desligamento da família de origem, não tendo nesse momento obrigações a cumprir com o grupo de origem.



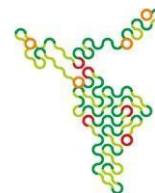
A idade também pode representar um fator decisivo quando o indivíduo decide migrar. Os jovens tendem a migrar sozinhos e seus contatos no destino, geralmente, são de jovens que já estão instalados e oferecem alojamento, com o objetivo de reduzir custos.

Em relação ao nível educacional, os estudos de Becker (1962), Sjaastad (1962) e Elizaga (1980), nos permitem pensar na ideia do investimento em capital humano e na inclusão da qualificação profissional e do nível de formação do indivíduo, que revelam que os indivíduos que possuem níveis mais altos de educação, tendem a migrar com maior frequência, na busca de melhores oportunidades, cargos melhores, com melhores salários. Ao observar os dados dos entrevistados, foi possível verificar que a maioria tem nível superior (37,5%) e pós-graduação (42,5%), o que corrobora com a tese da migração de pessoas com níveis educacionais mais elevados. Os demais entrevistados possuem nível fundamental e médio, somando 20% do total.

Outro dado observado na pesquisa, em relação aos migrantes selecionados, diz respeito ao rendimento mensal. Todos os entrevistados (100%) afirmam ter uma atividade remunerada. Verificou-se que o maior percentual está no grupo que recebe de 1 a 3 salários mínimos (37,5%). Em segundo lugar, tem-se os migrantes que recebem de 6 a 10 salários mínimos (25%).

Como já mencionado, a região do Vale do Paranhana é formada por um complexo de indústrias, ligadas aos diferentes segmentos de produção de calçados. Conforme dados do governo do Estado do Rio Grande do Sul, o salário mínimo regional definido para os trabalhadores desse segmento está entre R\$ 1.100,00 e R\$ 1.400,00. Ao analisar o gráfico da renda mensal, observa-se uma maior concentração de pessoas que recebem até 6 salários mínimos, o que ultrapassa o rendimento mínimo definido pelo Estado. Dos quarenta entrevistados, apenas dois declararam que trabalham em indústrias calçadistas; os demais respondentes, que recebem valores inferiores ou iguais ao salário mínimo regional, estão locados nos chamados subempregos [domésticos, serviços gerais, porteiros, seguranças, mecânicos, telefonistas, entre outros].

Os fluxos migratórios podem ser melhor compreendidos, ao se considerar as características do mercado de trabalho, permitindo identificar a posição social assumida pelos migrantes nesse contexto. No entanto, não se deve reduzir os fluxos migratórios apenas aos aspectos relacionados ao trabalho, pois as pessoas migram por outros motivos [família, estudo, asilo, transferências, entre outros fatores] que também ajudam a explicar os movimentos migratórios. Já a posição social do



migrante, no lugar de destino, é determinada pelo tipo de ocupação no mercado de trabalho (CAVALCANTI, 2015).

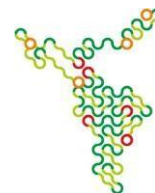
Poucos estudos preocupam-se com o tempo de duração da migração. Ghizzo e Rocha (2008) afirmam que a maioria dos autores não dão destaque à análise do tempo de duração das migrações, por considerar o marco temporal um tanto rígido e reducionista quando da interpretação do fenômeno populacional. No entanto, sabemos que foram criadas categorias de análise das populações de migrantes para melhor compreender esse processo. Neste caso, as migrações podem ser classificadas em definitivas, temporárias, sazonais, internas, internacionais, forçadas, espontâneas, inter-regionais e intrarregionais. Como a migração dá origem a um movimento, de um local para outro, durante um determinado período de tempo e resulta em uma mudança de residência, faz-se importante – também – a análise do tempo de residência do grupo de entrevistados.

Na análise do tempo de permanência no local de destino, nota-se que o maior número de entrevistados tem de 1 a 10 anos de residência no município de destino. Ou seja, 50%, e apenas 3 dos respondentes têm mais de 30 anos de residência. Esse aspecto, se comparado ao histórico da migração na região, representa um fluxo migratório bastante recente.

Verificou-se, ainda, que os migrantes representados pelo grupo entrevistado, chegaram à região por volta de 1985. Os mais antigos, e o grupo mais atual, já no período mais recente, entre 2005-2015. A data de chegada ao Vale do Paranhana do grupo pesquisado está em conformidade ao período de análise proposto por esta pesquisa (1990-2014). Procurou-se, então, focar nas migrações definitivas, aquelas em que o indivíduo decide migrar, não retornando mais à origem, permanecendo definitivamente no lugar de destino.

A trajetória migratória analisada, refere-se ao contexto das migrações internas, que é “[...] uma manifestação da mobilidade populacional no interior de um território bem delimitado [...]” (ROCHA-TRINDADE, 1995, p.33) e também das migrações intrarregionais [que se realizam dentro da mesma região] e inter-regional [que ocorre de uma região para outra] (ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL, 2008).

No levantamento da trajetória migratória, que se valeu da técnica *snowball*, na qual os entrevistados indicaram outros, não houve a possibilidade de controle da amostra, selecionando apenas migrantes intrarregionais e inter-regionais. Então, no grupo pesquisado, três dos entrevistados têm suas origens em outros países. Isso mostra que a região possui uma diversidade étnica, já no



início de sua colonização com a chegada dos alemães e, atualmente, com indivíduos que vieram de outras localidades do globo.

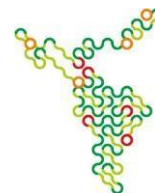
Os movimentos realizados pelos entrevistados ocorrem entre os estados da região Sul [Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul], tendo como destino a região do Vale do Paranhana. Predomina o deslocamento entre os municípios do Rio Grande do Sul, tendo apenas um representante de outro estado do país [Rio de Janeiro].

O poder de atração da região resultou no deslocamento de migrantes de países como a Argentina e a Itália. Também participaram da entrevista, migrantes vindos dos estados do Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina. Mas a maioria dos entrevistados que fizeram parte da pesquisa vieram de localidades do interior do Rio Grande do Sul [Arroio Grande, Palmeira das Missões, Seberi, Serafina Correa, São José das Missões, Ronda Alta, Planalto, Minas do Leão, São Leopoldo, entre outros, e também da região metropolitana de Porto Alegre]. Temos, ainda, indivíduos que saíram de municípios muito pequenos e, deslocaram-se para a região do Vale do Paranhana, em busca de melhores condições de vida, e isso inclui emprego, estudo, ascensão pessoal e profissional, qualidade de vida, saúde, bem-estar.

Compreendendo a mobilidade enquanto um elemento essencialmente humano, o processo migratório na contemporaneidade pode ser visto como algo próprio das diferentes culturas. Percebe-se que o indivíduo está sempre em movimento, procurando oportunidades [de diferentes ordens] e, acima de tudo, qualidade de vida e bem-estar individual, da família ou do grupo do qual faz parte ou compartilha traços comuns.

Conclusão

Ao concluir a presente pesquisa, identificaram-se algumas questões importantes para a discussão das teorias sobre migrações, partindo [especialmente] do entendimento das contradições, que cercam o conceito de migração e dos fatores motivacionais, que levam o indivíduo [e os grupos] a migrar. Na compreensão dos autores clássicos, o fenômeno migratório era considerado como a simples troca de local de residência. No entanto, estudos recentes, têm evidenciado que este é um fenômeno mais complexo. Neste contexto de renovação teórico-metodológica, passou-se a estudar a



migração por meio de um contexto interdisciplinar, levando em conta aspectos econômicos, mas também sociais [além de outros elementos considerados, até então, simplesmente subjetivos].

Pesquisas recentes continuam buscando explicações mais específicas para o fenômeno da migração, tentando identificar as causas que levam os indivíduos a migrar, em seus aspectos mais intrínsecos, pois nem todos os fatores são perceptíveis e passíveis de serem mensurados por meio de dados quantitativos e estatísticos, dada a complexidade do fenômeno migratório.

No processo migratório, encontrado na região do Vale do Paranhana, as motivações não foram, na maioria, individuais, indo ao encontro das teorias sociológicas e das redes sociais. Muitos dos migrantes decidiram por essa trajetória motivados pela família. Alguns vieram com a família, outros vieram e depois trouxeram a família, outros vieram para poder ficar próximo da família. Enfim, a família é um fator motivador e determinante, no fluxo migratório do grupo analisado e, evidencia que esse fator não pode ser menosprezado em análises futuras sobre o tema.

No contexto da configuração recente do Vale do Paranhana, os dados primários mostraram que houve predomínio das trajetórias intrarregionais e inter-regionais, podendo-se constatar, também, a presença de alguns migrantes internacionais. No caso dos entrevistados, tivemos dois migrantes que vieram da Argentina. Na configuração atual do Vale do Paranhana, as migrações internacionais têm pouca representatividade.

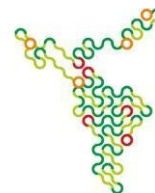
Referências

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2007.

ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Secretaria da Coordenação e Planejamento, 2008. Disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2016.

BECKER, G. **Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis**. JOURNAL OF POLITICAL ECONOMY, v. 70, n. 5, Part 2, p. 9-49, 1962.

BILSBORROW, Richard. Temas metodológicos claves en el estudio de la migración en países en desarrollo: teoría, recolección de datos y políticas. In: CUNHA, José Marcos Pinto da (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Núcleo de estudos de população-Nepo/Unicamp, 2011. p. 17-31.



BRANDT Grazielle Betina; CÔTÉ, Serge. Analyse exploratoire de l'intégration des jeunes migrants qualifiés dans les métropoles de Montréal (Québec) et Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Brésil). **Cahiers de géographie du Québec**. Vol. 57, numéro 161, septembre 2013, p. 193-208.

CAVALCANTI, Leonardo. Imigração e mercado de trabalho no Brasil: Características e tendências. Cadernos OBMigra – **Revista Migrações Internacionais**. v.1 nº 2, 2015, p. 1-13.

COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento. Disponível em: www.coredesul.org.br. Acesso em 24 de março de 2017.

CUNHA, José Marcos P. da. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. **Revista Inter**. Mobilidade Humana. Brasília, Ano XX, nº 39, p. 29-50, jul./dez. 2012.

DURHAN, Eunice R. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

ELIZAGA, Juan C. Migrações internas: evolução recente e situação atual dos estudos. In: MOURA, Hélio A. de. **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do nordeste do Brasil A (BNB). Escritório técnico de estudos econômicos do nordeste (ETENE), 1980, p. 539-576.

FAWCETT, James T. Networks, Linkages, and Migration Systems. **International Migration Review**. Vol. 23, No. 3. Special Silver Anniversary Issue: International Migration an Assessment for the 90's, 1989, p. 671-680.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. Resumo Estatístico Municipal. Disponível em: <www.fee.tc.br>. Acesso em: 10 jun. 2014.

GHIZZO, Márcio Roberto; ROCHA, Márcio Mendes. Contextualização dos estudos de mobilidade da população nas Ciências Humanas. **Espaço Plural**. Ano IX, nº 18, 1º Semestre, 2008, p. 101-110.

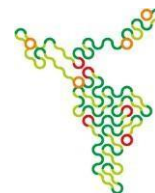
GLOSARIO SOBRE MIGRACIÓN. Derecho Internacional sobre Migración, n. 7. Ginebra: OIM, 2006.

GOETTERT, Jones Dari. Paradoxos do lugar mundo: brasileiros e identidades. In: Sposito, Eliseu, Savério; Bomtempo, Denise Cristina; Sousa, Adriano Amaro (org.). **Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidade**. 1 ed. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 set. 2016.

LEE, Everett S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio A. de. **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do nordeste do Brasil S.A (BNB). Escritório técnico de estudos econômicos do nordeste (ETENE), 1980, p.89-114.

MINCER, Jacob. **Family migration decisions**. Center of Economic Analysis of human behavior and social institutions. National Bureau of Economic Research. New York, 1977.



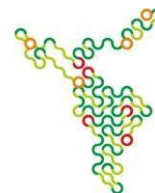
RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, Hélio A. de. **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do nordeste do Brasil S.A (BNB). Escritório técnico de estudos econômicos do nordeste (ETENE), 1980, p. 19-88.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. **Sociologia das migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

SANTOS, Mauro Augusto dos. et al. **Migração: Uma revisão sobre algumas das principais teorias**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

SJAASTAD, Larry A. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, Hélio A. de. **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do nordeste do Brasil S.A (BNB). Escritório técnico de estudos econômicos do nordeste (ETENE), 1980, p.115-144.

SOARES, Weber. **Para além da concepção metafórica de redes sociais: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional**. Trabalho apresentado no XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Ouro Preto, 2002.



FRONTEIRAS SENSÍVEIS: REPRESENTAÇÕES JORNALÍSTICAS SOBRE A IMIGRAÇÃO GANESA NA CIDADE DE CRICIÚMA

Andréa Fátima Salvador¹

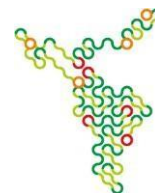
Resumo: O presente estudo pretende analisar as representações midiáticas de fluxos migratórios contemporâneos de migrantes internacionais afro-islâmicos para o Brasil, em especial a dos muçulmanos ganeses, entre os anos de 2012 e 2018. O presente recorte, fruto de dissertação em andamento, tem por objetivo contemplar a migração envolvendo pessoas de origem africana que se deslocam para o Brasil em busca de melhores condições de vida e trabalho, e que aqui se encontram em mobilidade. Em análises preliminares, verificou-se que a presença de migrantes, enquanto personagens de reportagens jornalísticas divulgadas neste período em sites de notícias, é abordada de forma a expressar os preconceitos existentes em relação a raça, colocando em pauta discussões sobre questões étnicas e racismo. Nesse sentido, a proposta é verificar de que modo as relações de raça e religião desses grupos migrantes são retratadas nos discursos midiáticos, tornando visíveis os aparatos construídos sobre discursos da história migratória na cidade de Criciúma pautada sobre a migração europeia e sua relação com os novos migrantes de origem africana, bem como perceber as fronteiras estabelecidas entre estes sujeitos. O referencial teórico é composto por estudos que contemplam a temática de mídia e migrações, pânico moral, Análise Crítica do Discurso e História do Tempo Presente.

Palavras-chave: Migrações, Africanos, Criciúma

SENSITIVE BORDERS: JOURNALISM REPRESENTATIONS ON THE GANESE IMIGRATION IN THE CITY OF CRICIÚMA

Astract: The present study intends to analyze the media representations of contemporary migratory flows of international Afro-Islamic migrants to Brazil, especially that of Ghanaian Muslims, between the years of 2012 and 2018. The present study, the result of an ongoing dissertation, to contemplate the migration involving people of African origin who move to Brazil in search of better living and working conditions, and who are here in mobility. In preliminary analyzes, it was found that the presence of migrants, as characters of newspaper reports published in this period in news sites, is approached in order to express the existing prejudices regarding race, putting in discussion questions

¹ Mestranda do PPGH UDESC (bolsista PROMOP), vinculada ao LIS (Laboratório de Imagem e Som) e LABGEF (Laboratório de Gênero e Estudos de Família), Bacharel em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina, Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Email: andreaf.salvador@gmail.com.



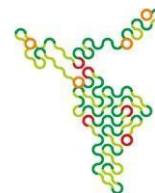
about ethnic issues and racism. In this sense, the proposal is to verify how the relations of race and religion of these migrant groups are portrayed in the media discourses, making visible the apparatuses built on discourses of migratory history in the city of Criciúma based on European migration and its relationship with the new migrants of African origin, as well as perceive the boundaries established between these subjects. The theoretical reference is composed of studies that include the media and migrations, moral panic, Critical Discourse Analysis and Present Time History.

Keywords: Migrations, Africans, Criciúma

Perceber a imigração diante de um determinado suporte escrito através do que podemos denominar de “operação midiográfica”, descrita por Michel de Certeau (**Silva, 2011**); este foi o objetivo deste texto uma vez que o fenômeno migratório não é um simples deslocamento de grupos humanos no espaço físico, mas assume diversas dimensões e sentidos de forma simbólica, direcionando a interações de ordem social, econômica, política, cultural, familiar, entre outras mais possíveis (**Sayad, 1998:15**). A contextualização globalizante desse processo se faz necessária pois possibilita perceber as múltiplas histórias existentes. Não mais nos servem os estudos parciais fechados em si mesmo, uma vez que devemos problematizar a identificação dos sujeitos que se estabelecem como protagonistas de uma discussão (**Gómez, 2017:16**). Logo, seguindo a linha de trabalho de Armando Petrucci decidi levar em conta enfoques mais dinâmicos da história das práticas da escrita e da leitura de forma a “reinterpretar as escritas usuais em função do contexto social” (**Gómez, 2017:17**).

Através das produções jornalísticas, aqui entendidas como operação midiográfica e como fontes históricas, foi possível realizar uma análise dos acontecimentos recentes na História do Tempo Presente diante da apropriação de representações da raça e dos aspectos étnicos culturais dos imigrantes ganeses e, assim, perceber formas de representações históricas capazes de interferir diretamente na elaboração da memória diante de um jogo social e simbólico marcado por diferentes regimes de historicidade diante dos acontecimentos em tempo presente, bem como os usos do passado no presente e suas novas formas de representação histórica na sociedade contemporânea (**Silva, 2011:13**).

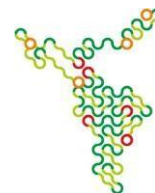
Tais acontecimentos evidenciam questões complexas que manifestam temas capitais na compreensão da História do Tempo Presente: o acelerado e desigual processo de globalização; as disputas étnicas e territoriais; os conflitos entre Ocidente e Oriente; a construção e desconstrução de



identidades e a formação e comunidades diaspóricas em várias partes do mundo (Silva, 2011)

A condição pós-moderna nos tem tornado mais sensíveis a contemporaneidade devido ao sentimento de viver um presente desprovido de sentido e privado da ideia estruturante de progresso, fazendo com que a realidade possa ser medida a partir de linguagem, narrativas e discursos dela provenientes (Rousso, 2016:225), trazendo a revalorização da memória, das representações e o fim do “paradigma nacional” colaborando com uma “crise do futuro” diante de fronteiras móveis e deslizantes (Rousso, 2016: 255). A História do Tempo Presente nos coloca face a acontecimentos próximos e se torna um “meio de revisitação do passado e de suas possíveis certezas, como também as possíveis incertezas (Dosse, 2012:11), nos direcionando a percepção dos diferentes extratos do tempo (Koselleck, 2014). Os movimentos migratórios recentes apresentam transversalidades que reflexionam não apenas tempos, mas, no caso em questão, processos culturais e sociais que devem ser problematizados (Rousso, 2012).

A imagem positiva do Brasil no cenário internacional devido propostas de ampliação das relações internacionais postuladas pelo governo Lula, aliada a crise na Europa e o fechamento de fronteiras, colaborou para a vinda de novos imigrantes (Assis & Beneduzi, 2014), o que fez com que os fluxos migratórios contemporâneos no Brasil fossem abordados pela mídia jornalística onde, a vinda dos ganeses para o país durante a Copa do Mundo de Futebol teve grande repercussão e produziu efeitos singulares (Frazão & Assis, 2016). As representações midiáticas, nesse caso em especial a jornalística, contribuíram para a promoção de situação de pânico moral (Thompson, 2014:23) uma vez que esses novos imigrantes africanos vão na contramão de um discurso construído sobre a imigração na cidade. Criciúma é conhecida como a terra dos bons imigrantes. Aqueles que contribuíram a partir de suas distintas experiências de tempos vivenciados ao longo do século XX, para um futuro carvoeiro e a valorização de um passado colonizador, o que fez com que a ideia de progresso instituísse um horizonte de expectativa centrado na capacidade produtiva do imigrante, numa utópica experiência futurista do tempo (Koselleck, 2014), sobrevalorizando o passado no presente dessa comunidade que se assume como multiétnica (Monteiro, 2017:12-14). Nesse sentido, se faz necessária a análise de uma produção e perceber de que maneira ela se legitima como conhecimento histórico socialmente válido, as vezes, com mais facilidade que a própria produção historiográfica (Silva, 2011:24).



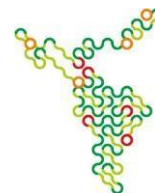
Toda comunidade é constituída por suas metáforas (**Bhabha, 2013:228**) e, assim, como numa colcha de retalhos, culturas se costuram e criam a ideia de um todo único, homogêneo. Somente quem observa com minúcia consegue perceber a intrincada trama de pontos que une esses retalhos culturais (**Bhabha, 2013:232**). A fronteira, como representação do espaço de significação, carrega seus símbolos culturais e, através desses símbolos, podemos perceber onde estão estabelecidas as margens de uma comunidade moderna. A fronteira, como discurso narrativo duplo entre o “sobre” e o “como” possui um lugar de escrita, uma liminaridade narrativa pautada num discurso contencioso entre uma visão holística homogênea e a realidade das práticas culturais (**Bhabha, 2013:233-240**). Esse movimento narrativo é percebido nos periódicos locais que, constantemente, abordam a comunidade mais como um sujeito de discurso do que como objeto de identificação. Foi o que aconteceu no aniversário de 136 anos da cidade. Numa coluna comemorativa de um importante periódico do estado de Santa Catarina, uma elogiosa matéria foi publicada enfatizando-se os processos imigratórios que fizeram de Criciúma um dos principais polos econômicos da região. Nela lia-se em letras garrafas o seguinte título: “Terra de imigrantes italianos, Criciúma comemora 136 anos nessa quarta-feira”.

Foi a força do trabalho dos imigrantes e seus descendentes que fez com a região se desenvolvesse. Ambicioso por trabalho e por serem recompensados pelo seu esforço, italianos, alemães, poloneses encontraram na região possibilidade de crescimento e melhora da qualidade de vida.¹

Não que a mídia jornalística local queira negar as contradições sociais existentes, mas sim, constrói uma narrativa que reforça o caráter secundário (para não dizer irrelevante) da presença de outras etnias que são simplesmente negligenciadas, quando não representadas a partir de narrativas que reforçam a invisibilidade. Caminhando nesse sentido o texto conclui: “Até a década de 1870, havia uma vasta área entre Tubarão e Araranguá onde nenhum homem branco habitava”². Pois bem, existe um forte direcionamento da mídia jornalística em cultivar uma determinada origem quando representa e populariza um determinado tempo passado. O uso do termo “homem branco” deixa explícito a intencionalidade: foram eles que escreveram a história da cidade e são eles que constroem as narrativas através da escrita. Segundo Roger Chartier, precisamos sempre ter em vista:

¹ <http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2016/01/terra-de-imigrantes-italianos-criciuma-comemora-136-anos-nesta-quarta-feira-4944966.html>

² <http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2016/01/terra-de-imigrantes-italianos-criciuma-comemora-136-anos-nesta-quarta-feira-4944966.html>

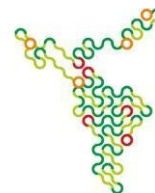


As forças das relações de dominação e das desigualdades do mundo social, abordando a cultura popular diante de suas dependências e sua falta no que diz respeito a cultura dos dominantes. (Chartier, 2007:45)

O fato é que a representação do passado dos povos não europeus “foram subsumidas sob a própria escrita da história” (Bhabha, 2013) de uma comunidade que não se preocupou quanto a representação do tempo, da memória e das tradições de culturas que julgavam periféricas. Desta forma, para perceber como esses imigrantes foram representados pelos jornais locais, devemos passar, substancialmente, para uma análise dessas fontes e perceber a maneira com que o acontecimento reverbera. Em se tratando de fontes jornalísticas, podemos utilizar o referenciado por Pierre Nora: “Ora, o acontecimento midiático não é mais a garantia do real, pois é a midiática que o constitui” (Nora, 2006). Para Nora, o acontecimento se “desrealiza” por não apresentar mais as suas características iniciais no invólucro de sua midiática. Isto ocorre no âmbito da interação entre o que é veiculado e o espectador (nesse caso, leitor). Para o autor, a imprensa permitiu que os fatos se escondessem e exigissem a crítica da informação através da inserção de opiniões (Tuchman in Nora, 2006). Além do mais, todo acontecimento é carregado de sentido simbólico e ele abre interrogações sobre a própria memória (Nora, 1993:25).

O fato é que em julho de 2014 o país encontrava-se extremamente sensibilizado. Mais uma Copa do Mundo se iniciava. O Brasil sediaria o evento sendo responsável pela recepção de milhares de turistas de todo o mundo, havendo intensa cobertura midiática do acontecimento. Porém o evento trouxe consigo suas singularidades, dentre elas a presença maciça de africanos, em especial de Gana, Sudão e Senegal e, para desgosto dos espectadores, a derrota de 7x1 do Brasil pela Alemanha; dois fatores fundamentais para o desenvolvimento dessa análise. A presença de africanos poderia ter sido percebida meramente como uma maior interação aos eventos esportivos não fosse o advento de centenas de pedidos de refúgio que desencadearam na necessidade de criação de um grupo especial para atendimento dessa população³. Muitas dessas pessoas se deslocaram para a região sul do país em busca de melhores condições de vida e possibilidade de emprego. Cerca de oito mil africanos de Gana obtiveram visto de turista. Muitos deles desembarcam em cidades de Santa Catarina já com carteira de trabalho na mão, após uma longa espera em São Paulo. A maioria se estabeleceu em Chapecó (frigoríficos), Criciúma (construção civil e indústria do vestuário) e meia dúzia de pequenas cidades do

³ <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/brasil-cria-grupo-para-expedir-vistos-de-refugiados-ganeses>



sul catarinense. Dos 1.132 que estão em Criciúma, 500 já pediram refúgio e os outros estão na fila para dar entrada ao pedido de asilo⁴. Segundo informação da maioria dos ganeses aqui estabelecidos, a motivação principal para a imigração em massa para o Brasil foi a difícil situação econômica pela qual Gana tem passado, segundo o ganês Enoch Appiah, um pai de família de 30 anos que era dono de uma oficina mecânica em Acra:

Gana hoje tem inflação muito alta e economia em crise, eu precisava sair de lá. A nossa única chance de conseguir um visto apareceu com a Copa do Brasil. Estava fácil, então eu vim”⁵

A crise causado pela chegada da leva de ganeses em Santa Catarina fez com que em nota, o Itamaraty justificasse que todos os vistos foram expedidos conforme a determinação da Lei Geral da Copa e que não houve irregularidade. Mesmo com o governo brasileiro afirmando de forma clara que “abriu os braços” para acolher os ganeses que ingressaram no país durante a Copa e, agora, fazem pedidos de refúgio, estes continuam espremidos em abrigos provisórios ou quartinhos alugados em Criciúma através do desenvolvimento de redes de sociabilidades formadas a partir do vínculo religioso, uma vez que grande parte desses imigrantes são praticantes do Islam e foram acolhidos pela comunidade muçulmana local, formada pelos diversos processos migratórios do Oriente Médio (Síria, Líbano e Palestina)⁶. Porém a insatisfação de grande parte da população catarinense foi intensa, acusando a prática de “ilegal” e questionando a presença dos “africanos” em suas terras. Para aquietar os ânimos da população foi expedida a seguinte nota:

Auxiliar alguém com informações e com apoio material para fins de imigração não é crime. Nesse caso, os ganeses ingressaram no Brasil de forma legal. Haveria crime apenas nos casos de tráfico humano, aliciamento para trabalho escravo ou com fins de exploração sexual”⁷

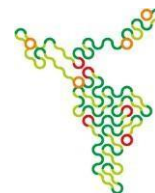
Assim, com eficiente rapidez a mídia e os jornais começaram a processar a insatisfação da população local em relação a crise gerada pela chegada dos ganeses e uma série de preconceitos “adormecidos” no âmago de uma população que construiu sua identidade sobre símbolos eurocentrados começou a aflorar. Em nota, um jornal local lançou o seguinte:

⁴ <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/copa-foi-usada-para-fuga-de-ganeses-para-o-brasil-eb62m619m38vnt7ufu4e5758u>

⁵ Id Ibid.

⁶ http://www.oestemania.net/site.php?pg=desc_noticia&id=11351&nome=Ganeses-desembarcam-em-Santa-Catarina-em-busca-de-refugio

⁷ Id Ibid.



São 3,2 mil pessoas que dependem do Bolsa Família e outras 6 mil que recebem algum tipo de assistência. E a Casa de Passagem é para outros migrantes também, **além dos africanos**".⁸

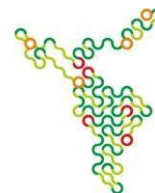
A mídia, então, reproduzia a insatisfação da população de Criciúma em três palavras: "*além dos africanos*". A explicação para a crise pode ser teorizada: os mitos e invenções são essenciais para a política de identidade pela qual grupos de pessoas hoje, definindo-se por etnia, religião ou do passado ou atuais fronteiras dos Estados, tente encontrar certeza em um mundo incerto e instável, dizendo "nós somos diferentes e melhores do que os outros" (Hobsbawn, 1998). Logo, chamar a atenção para os riscos impostos às culturas e às identidades pela lógica midiática da visibilidade se faz extremamente necessário em tempo presente, porém, como articular as diferenças culturais encampadas ainda no plano das diferenças sociais? Quais são os efeitos culturais e políticos dessa liminaridade nas margens da comunidade moderna? No caso das imigrações, a reflexão de Stuart Hall ganha relevância quando se exige a compreensão dos encontros entre as lógicas da visibilidade das mídias com a experiências de suposta "clandestinidade" que marcam a dinâmica das imigrações contemporâneas. Essa "clandestinidade" é emplacada pela mídia jornalística que, incansavelmente reforça alguns dos estereótipos calcados contra a população de origem africana conforme segue:⁹

Esse é o endereço que dezenas de ganeses **rabiscam** nos questionários da Polícia Federal sobre em que local pretendem ficar no Brasil. Dos mais de 300 habitantes de Gana (**pequeno país** da África Ocidental) que desembarcaram no último mês na cidade do sul catarinense, pelo menos cem indicaram a Rua José de Olinda, mais especificamente a "Casa Azul da Beth". Isso escrito num português quase incompreensível, porque só falam inglês ou algum dos 50 dialetos **tribais** ganeses. (grifo próprio)

A reação, como se percebe nas matérias veiculadas é uma invocação maior da lei para a solução do conflito (Bauman, 2001:134). O texto veiculado pela mídia jornalística local nos direciona aos questionamento de Hall diante dos apontamentos de Frantz Fanon para destacar que "compreendemos muito pouco da dupla natureza e das profundas ambivalências" da representação racista, em que os negros são simultaneamente representados como "leais, dependentes, infantis, tanto quanto não confiáveis, imprevisíveis, capazes de tramarem a traição logo que você vira as costas". A questão que permeia as culturas pautadas sobre a oralidade também se manifesta no texto, apesar de

⁸ http://www.oestemania.net/site.php?pg=desc_noticia&id=11351&nome=Ganeses-desembarcam-em-Santa-Catarina-em-busca-de-refugio

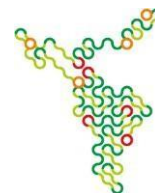
⁹ http://www.oestemania.net/site.php?pg=desc_noticia&id=11351&nome=Ganeses-desembarcam-em-Santa-Catarina-em-busca-de-refugio



grande parte dos imigrantes ganeses possuem escolaridade superior a população brasileira, dominarem mais de um idioma (muitas vezes o inglês, o francês e algum dialeto local) esses são representados como iletrados. Essa construção está pautada sobre o baixo letramento das populações negras no Brasil, uma vez que as desigualdades apresentadas em relação aos níveis de alfabetismo no Brasil estão diretamente relacionadas as diferentes experiências escolar em um sistema bastante heterogêneo promovendo diferença e segregação diante de condições socioeconômicas e raciais **(Batista e Ribeiro, 2004:110)**. Dessa forma, “essa dupla sintaxe do racismo” **(Hall, 2003:54)**, associada a velhas imagens da mídia, continua a ser produzida no cinema e nas telas da televisão (e nesse caso, jornais) e, assim como na cidade de Criciúma, são representadas por um tempo performático que direciona ao questionamento sobre o tempo horizontal, homogêneo e vazio da narrativa da cidade, nos auxiliando a (re)pensar o racismo brasileiro, cuja ambiguidade e dissimulação continua a ser uma das formas de se manter e se expressar e, refletir sobre como os afro-brasileiros têm sido representados na cultura ao longo da história através da percepção sensível das fronteiras que se estabelecem entre uma comunidade diante da hostilidade empregada no tratamento dos imigrantes ganeses. Nesse sentido, devemos, então, considerar que a interferência dos meios de comunicação atua não só na elaboração, mas na significação de acontecimentos na contemporaneidade, recolocando problemas que pareciam superados **(Silva, 2011:276)**. A alteração dessa ordem social proposta neste trabalho (e reproduzida através do processo da operação midiográfica) exige dos órgãos públicos intervenções mais eficientes de integração e requer uma maior reflexão a respeito de nossa própria identidade nacional, uma vez que segundo Ali Yahaya, imigrante ganês residente em Tubarão:

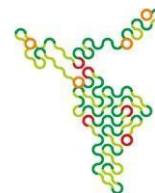
“É fato que o Brasil está mais avançado e desenvolvido do que a África, mas quando viajo para o norte do Brasil as condições de vida de algumas pessoas me deixam diante do fosso entre o norte e o sul. É muito semelhante com a África. As pessoas do norte se parecem comigo e com alguns dos meus povos, mas se sentem estranhos quando me ouvem falar”¹⁰

¹⁰ <http://hoje.unisul.br/africa-pelo-olhar-de-um-africano-refugiado-no-brasil/>



Referências

- APPIAH, Kwame. **Na casa do meu pai: África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro. Contraponto, 1997.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira; BENEDUZI, Luis Fernando (orgs.). **Os pequenos pontos de partida: novos e(i)migrantes rumo à Itália no século XXI**. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2014.
- BATISTA, Antonio A. Gomes. RIBEIRO, Vera Masagão. **Modos e Condições de Inserção**, „IN“ Leer y Escribir em La Era de Internet. Educação e Realidade, 2004
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed, 2001.
- _____. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, Ed. 2017.
- BHABHA. Home K. **O local da cultura**. Editora UFMG, 2013.
- CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. Editora UNESP, 2011.
- _____. **A História ou a leitura do tempo**. Ed. Edisa S.A., 2007
- DOSSE, François. **História do Tempo Presente e Historiografia**. Revista Tempo e Argumento. Florianópolis/SC, v. 4, n. 1, jan./jun. 2012, p. 5-22.
- FRAZÃO, Samira Moratti; ASSIS, Gláucia de Oliveira. **O “pânico moral” na narrativa (tele)jornalística: uma análise da representação de refugiados ganeses em telejornais brasileiros (2014)**. In: SILVA, Karine de Souza; PEREIRA, Maria Rausch; SANTOS, Rafael de Miranda (orgs.). **Refúgios e Migrações: práticas e narrativas**. Florianópolis: NEFIPO/UFSC, 2016, p. 75-99.
- GÓMEZ, Antonio Castillo. **Grafias do cotidiano: escrita e sociedade na História (século XVI a XX)**. 2015/2018.
- _____. **Ler e escrever na era de internet: problemas y desafios de la cultura escrita**. Revista Educação&Realidade, jun-dez 2004.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.
- HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Editora Paz Terra, 1998.
- KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014.
- MONTEIRO, Renato de Araújo **“Com quantos pobres se faz 1 rico?”: modernidade (e crise) na Criciúma do século XX** / Renato de Araújo Monteiro. - 2017.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.



SILVA, Sônia Maria de Meneses. **A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos através dos meios de comunicação – a Folha de São Paulo e o Golpe de 1964.** UFF, 2011.

THOMPSON, Kenneth. **Panicos Morales.** 1. ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2014.

Fontes Digitais

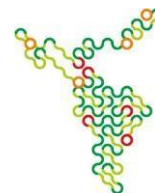
DCCLICRBS. **Terra de imigrantes italianos, Criciúma comemora 136 anos nesta quarta-feira.** 2016. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2016/01/terra-de-imigrantes-italianos-criciuma-comemora-136-anos-nesta-quarta-feira-4944966.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

EXAME, Revista. **Brasil cria grupo para expedir vistos de refugiados ganeses:** Cerca de 300 ganeses aproveitaram a Copa do Mundo para entrar no país e solicitar refúgio; agora, buscam emprego, alimentação e alojamento. 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/brasil-cria-grupo-para-expedir-vistos-de-refugiados-ganeses>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

POVO, Gazeta do. **Copa foi usada para fuga de ganeses para o Brasil:** Oito mil africanos de Gana obtiveram visto de turista. Dos 1.132 que estão aqui, 500 já pediram refúgio e os outros estão na fila para dar entrada ao pedido de asilo Saiba quem dos seus amigos leu. 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/copa-foi-usada-para-fuga-de-ganeses-para-o-brasil-eb62m619m38vnt7ufu4e5758u>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

MANIA, Oeste. **Ganeses desembarcam em Santa Catarina em busca de refúgio:** Centenas de habitantes de Gana chegaram nas últimas semanas no Brasil, sob o argumento de ver os jogos. Disponível em: <http://www.oestemania.net/site.php?pg=desc_noticia&id=11351&nome=Ganeses-desembarcam-em-Santa-Catarina-em-busca-de-refugio>. Acesso em: 15 jan. 2018.

HOJE, Unisul. **A África pelo olhar de um africano refugiado no Brasil.** Disponível em: <<http://hoje.unisul.br/africa-pelo-olhar-de-um-africano-refugiado-no-brasil/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.



IMIGRAÇÃO CHINESA NO BRASIL: DISCURSOS E DIFICULDADES

Maysa Silva Oliveira¹

Resumo: Durante o século XIX, o Brasil, ainda escravista, se encontrava em desvantagem com relação a obtenção de trabalhadores após a extinção do tráfico negreiro, medida imposta pela Inglaterra. Durante a transição para o trabalho livre, teorias raciais também faziam parte do século XIX e não deixavam que o mito do homem branco fosse deixado a segundo plano e, então, as imigrações foram dadas como alternativa, mesmo que essas fossem assalariadas. Entretanto, o imigrante europeu, o ideal, já não se achava em disposição para o trabalho em solo brasileiro, bem como seu pagamento seria um pouco mais caro para o contratante. Nesse momento, o imigrante chinês, era visto como solução, pois o contexto histórico da China, permitia uma emigração para a América. Trabalhadores bem aceitos no Peru, Califórnia e Cuba, entrariam no debate nacional para que sua mão de obra fosse aqui implantada. Analisaremos esse processo e como ocorreu essa efetivação no Brasil.

Palavras-chave: Imigração. Chineses. Brasil

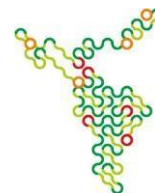
CHINESE IMMIGRATION IN BRAZIL: SPEECHES AND DIFFICULTIES

During the nineteenth century, Brazil, still a slave country, was at a disadvantage in relation to obtaining workers after the extinction of the slave trade, a measure imposed by England. During the transition to free labor, racial theories were also part of the nineteenth century and did not let the myth of the white man be left in the background, and then immigration was given as an alternative, even if they were employed. However, the European immigrant, the ideal, was no longer in disposition to work on Brazilian soil, and his payment would be a little more expensive for the contractor. At that time, the Chinese immigrant was seen as a solution, because the historical context of China allowed an emigration to America. Workers well accepted in Peru, California and Cuba, would enter the national debate so that its work force was implanted here. We will analyze this process and how it happened in Brazil.

Keywords: Immigration. Chineses. Brazil.

É sabido que a partir do século XVIII, as transformações ocorridas na Inglaterra, como o desenvolvimento do capitalismo e o seu impacto na economia, a maior potência do mundo não deixou de exercer um domínio amplo em questões ligadas a crise do sistema colonial. Segundo Leslie Bethell, o pioneirismo da Grã-Bretanha nessas transformações, culminou com o fim do comércio de humanos no ano de 1808, não demorando para suspender o trabalho dos escravos no ano de 1833 dentro de seus domínios.

¹Mestranda em História pela UNESP/ Assis-SP.



Dado esse passo, ainda na década de 1820, grande progresso foi alcançado em suas tentativas de finalizar o processo de importação e escravidão frente a América e Europa (Bethell, 1976, p.37).

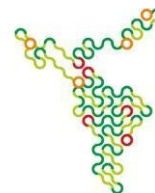
Já no ano de 1810, através do Tratado de Aliança e Amizade, o príncipe regente firmou com a Grã-Bretanha que se empenharia na luta contra o tráfico, de modo gradual, porém aos súditos portugueses, estava ainda aberta a possibilidade de traficar escravos negros dentro dos territórios de Portugal, o que não significou muita coisa em termos práticos (Idem, p.22). Em 1815, os portugueses assinaram um novo tratado, onde acabariam com o tráfico na região ao norte do Equador, mesmo assim, em 1817, um complemento ao tratado de 1815, D. João VI permitiu que a Inglaterra fizesse buscas em navios portugueses que estivessem fora da região acordada entre as duas coroas (Rodrigues, 2000, p.98).

No entanto, levaria ainda um bom tempo para que o fim do tráfico realmente acontecesse, pois mesmo após o Bill Aberdeen, muitos escravos entraram no Brasil, totalizando mais ou menos 50 mil entre os anos de 1845 e 1850 (Costa, 1998, p.134). O mais importante a se analisar neste período de transição é o fato de que mesmo que a escravidão fosse iminente, a mão de obra assalariada ainda era um entrave a ser discutido.

As relações entre senhores de escravos e seus cativos ainda eram muito presentes ao se tratar das novas relações entre fazendeiros e donos de engenho em geral, o que levou à busca de trabalhadores que se adequassem ao estilo de trabalho muito semelhante ao escravista. Nessa busca, encontraremos os chineses, mas não como trabalhadores livres, mas ainda como transitórios, mas primeiro temos de entender as razões que impulsionaram tantos chineses a deixarem a China.

A China do século XIX, já nos primeiros anos, passou de uma região praticamente fechada a uma região que foi obrigada a se abrir aos países estrangeiros. Governada pela Dinastia Qing (1644 – 1912), mantinha-se afastada de relações com os estrangeiros, vivendo de culturas de subsistência e mantendo uma ordem social que existia há anos. Segundo Davis, Francis Nichols, jornalista americano que foi à China, após a revolta dos Boxers, relatou que não havia garantias de enriquecimento à população, mas também garantia o mínimo para a sobrevivência da população. (Davis, 2002, p.353.)

Entretanto, o quadro chinês não foi capaz de garantir sustento a milhares de chineses, principalmente após a entrada de ingleses em seu território. O crescimento populacional também foi uma das razões para que muitos habitantes do Império acabassem em situação alarmante. Para entendermos o contexto chinês que abriu suas portas para a emigração em massa, devemos fazer um breve levantamento de informações.



A China, desde o século XVIII, mantinha comércio com o mundo exterior através da região sul, onde se localizava alguns de seus portos, como o porto de Guangzhou, por exemplo. Mesmo tendo contato com o estrangeiro, o Império controlava essas negociações, abrindo suas portas apenas durante alguns meses, que iam de outubro a março. Essas trocas comerciais eram realizadas por trabalhadores do Império, a fim de salvaguardar seus domínios. (Spence, 1995, p.133)

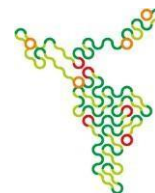
A Inglaterra possuía relações comerciais com a China, porém levava desvantagem, pois fazia compras de porcelanas, tecidos e chás, porém não os vendia o que era produzido em seu reino. Calcula-se que até 1800, 23 milhões de libras foram gastas na compra exclusiva de chá, excetuando-se os demais produtos importados.² Essas transações acabaram levando grande parte da prata inglesa aos domínios do Império chinês, estimando-se que a quantidade recebida pela China foi de 453,6 toneladas.

Diante disso, a Inglaterra, queria oferecer seus produtos aos chineses, principalmente os que se originaram após a Revolução Industrial, porém o imperador Qianlong não concordou, pois não queria romper com a ordem imperial. Entretanto, o rei George III, não visava somente regularizar sua balança comercial, mas também buscava a abertura de mais portos ao comércio entre as duas regiões e para isso, destinou o lorde Macartney para representá-lo em suas tentativas. A negativa por parte do Imperador a receber produtos ingleses e a permitir a abertura de uma embaixada inglesa na China, acabaram frustrando o rei George, até que a Inglaterra decidiu comercializar ópio na China, o que iniciou o conflito conhecido como a Guerra do Ópio, que acabou com a vitória inglesa.

Após o incidente do primeiro conflito entre chineses e ingleses, a China foi aberta forçosamente a outras nações no contexto do Imperialismo e não obstante, envolveu-se em outro conflito que foi caracterizado como a Segunda Guerra do Ópio, onde a novamente vitoriosa Inglaterra acabou liberando o comércio da droga entre os chineses em 1860. Calcula-se que 10% da população consumia e 3,5% eram viciados (Ebrey, 2010, p. 240). Ao fim do século, tornou-se legal a abertura de empresas em território chinês, o que tornou a produção chinesa mais cara e prejudicou ainda mais a já devastada economia, bem como a abertura para professar outras religiões, tais como o catolicismo e o protestantismo.

No século XVIII, o crescimento da população chinesa cresceu vertiginosamente e passou de 300 milhões para o ano de 1850, com uma população de 400 milhões de habitantes. Tal crescimento populacional refletiu em uma maior demanda na produção agrária. Segundo Jonathan Spence, especialista

²A obra de Patricia Ebrey faz um apanhado geral sobre a História da China, passando pelo período Neolítico e pelas dinastias, imperialismo, a formação da República Popular da China e suas atividades atuais. Para consultas: EBREY, Patricia Buckley. **The Cambridge illustrated history of China**. Cambridge University Press, 2010.



em estudos asiáticos, a produção não conseguia ser sofisticada o suficiente e o trabalhador chinês era exposto ao trabalho exaustivo, sem conseguir produzir o necessário. (Spence, 1995, p. 108).

Somado a isso, as necessidades do povo passaram a não serem atendidas, como por exemplo, a incapacidade de estocar cereais, controlar inundações, impedir a violência das tropas e controlar a corrupção administrativa (Idem, p.126). Tais dificuldades acabaram agitando a população que via nas revoltas a possibilidade de mudança da situação. Entre 1830 e 1864, a Rebelião Taiping foi uma das principais causas de problemas dentro da dinastia Qing.³

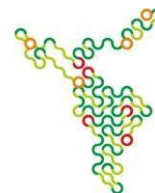
Para tentar suprimir toda essa rebelião que visava destituir o imperador, o Império aproveitou a onda de migrações dentro da China. Considerando que não era apenas o aumento populacional, mas também revoltas e os conflitos étnicos, como a disputa entre a etnia Hakka e os Cantoneses, foram responsáveis por todo esse panorama onde migrações internas na busca por segurança e sobrevivência. Frente a isso e com a tentativa de se livrar de muitos rebeldes, o império Manchu-Qing resolveu enviá-los como *coolies*⁴ para o ultramar, mesmo que sua política isolacionista pregasse o contrário. Muitos fugitivos também optaram por deixar a China rumo ao Havaí, Peru e Cuba, além dos emigrantes envolvidos em disputas por etnias.

De acordo com Kathleen López, uma rede para emigração foi construída sem legalidade dentro do Império. Chineses de várias localidades além de Guangdong e Fujian deixaram suas regiões para negociar com ingleses (que já tinham experiência com o trabalho dos indianos em suas colônias), além de portugueses de Macau e também a Espanha. Não podemos nos esquecer que além dos pontos já citados como contribuintes para a saída de tantos chineses, também estavam em grande parte, ligada ao domínio inglês e francês na produção manufatureira, que acabou por invadir regiões coloniais e priorizar os produtos da metrópole em detrimento das colônias, culminando no fechamento e não desenvolvimento de indústrias para empregar essa mão de obra (López, 2013, p. 38).

Desta forma, sem ter de onde tirar sustento, acabavam procurando oportunidades no Novo Mundo. Sendo assim, teremos uma diáspora chinesa. Apesar de não receber uma quantia relevante desses

³Hong Xiuquan liderou a revolta que atingiu 16 províncias chinesas e chegou a ter 30 milhões de compartilhadores de sua visão religiosa. Hong Xiuquan afirmava ser irmão de Jesus Cristo e contagiou levantes com sua proposta de cristianismo igualitário, onde afirmava ter tido visões com um homem de barba dourada, lhe dizendo sobre sua irmandade com Cristo. Surgiu no sul da China, já devastado com a Guerra do Ópio, e influenciou milhares de pessoas.

⁴Os trabalhadores asiáticos que vinham a trabalho sob contrato ou indentured labour, eram conhecidos como *coolies*, sendo uma categoria que englobava tanto indianos como chineses.



imigrantes, já em 1854, a questão chinesa teve sua importância, pois passou a ser cogitada dentro do Império como válida devido ao sucesso das mesmas em países como Cuba e Peru. Mas, no ano de 1869, um estudo conduzido por Xavier Pinheiro sobre as importações dos “chins”⁵ foi discutido em âmbito parlamentar, arrancando pareceres positivos e negativos. Também se notou certo receio com relação à entrada dos chineses devido a uma experiência fracassada em 1810, onde alguns “chins” foram trazidos para plantações de chá (Lesser, 2001, p. 41). Neste momento, o Brasil também inicia suas negociações, começando com missões diplomáticas, como pontua Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno:

Pretendia-se, entretanto, imprimir maior prestígio e extensão para a ação externa- e nesse sentido, eram programadas importantes viagens do Imperador pelo mundo, o Brasil, marcava presença em congressos, feiras e foros de arbitramento internacionais, buscava o contato com o Oriente e aceitava, enfim, juntamente com os Estados Unidos, envolver-se no pan-americanismo. (CERVO; BUENO, 2016, p.10)

Porém, mesmo que o Brasil buscasse uma substituição para a mão de obra escrava, evitar o chinês tornou-se uma prática muito comum, como veremos mais adiante. Entretanto no ano de 1870, a discussão sobre a mão de obra asiática tornou-se o centro das atenções e no mesmo ano, um decreto de número 4.546 foi aprovado, dando aval para tratar-se do tema, no entanto, veremos que o próprio Imperador se colocará à disposição para estas relações, sem sucesso algum.

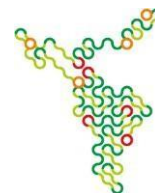
[...] após intensas negociações, o governo brasileiro não obteve pelo tratado a autorização explícita desejada, mas apenas um dispositivo facultando aos súditos de ambos os impérios a liberdade de comerciar e transitar pelo outro país. É relevante, porém, o fato de o governo brasileiro buscar a China com as predisposições de obter um tratado desigual, nos moldes daqueles arrancados com métodos imperialistas pelas potências ocidentais. Já em seus preparativos, a missão se concertara na Europa com governos ocidentais em busca de apoio e levava instruções específicas para não discordar nas cláusulas a convencionar de nhum direito já outorgado anteriormente pela China, tendo em vista manter a simpatia e o consenso das nações “amigas”.

Dom Pedro II negou-se a ratificar uma primeira versão do tratado, precisamente porque não se conformava com a série de tratados desiguais em algumas cláusulas. A diplomacia brasileira movia-se, pois, tanto por interesses nacionais concretos quanto pelos das potências dominantes, cuja ação era ordinariamente secundada pelo concerto diplomático. (CERVO; BUENO, 2011, p.136-137).

No Brasil, em 1870, a negociação de asiáticos ficou por conta de Manoel da Costa Lima Vianna e João Antonio de Miranda e Silva, que obtiveram exclusividade nas importações⁶. Os números de imigrantes

⁵O termo *chins* é uma forma pejorativa de chamar os chineses.

⁶Decreto n.4547 de 09 de julho de 1870. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4547-9-julho-1870-552988-publicacaooriginal-70618-pe.html>. Acesso em 19/05/2018.



“chins” são abordados por Robert Conrad, que traz algumas estimativas: em 1810, chegaram 500 chineses aproximadamente; em 1856, 360 chineses; em 1859 e 1866, 612 chineses; em 1874, mil chineses; em 1893, 475 chineses – total de 2.947 (Conrad, 1975); número bem baixo se comparado ao número aproximado de chineses em outras regiões da América.

A empreitada, entretanto, não floresceu, e novamente teorias raciais visavam macular a imagem dos orientais por meio de argumentos depreciativos que ficaram claros no Congresso Agrícola de 1878. De acordo com Maria José Elias, a questão dos chineses acabou por influenciar a opinião pública e também gerou a hipótese de que o trabalhador “chin” seria o único que aceitaria trabalhar por tão baixo salário, coisa que o europeu não faria. (Elias, 1970, pp.55-100)

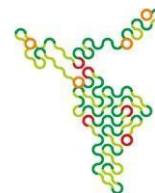
Neste congresso organizado pelo então ministro da Agricultura, Cansação de Sinimbú, seria decidido o futuro do Brasil e a questão “chin”, que se tornou um dos principais focos de atenção, sem, no entanto, descartar vários insultos contra a ideia do imigrante amarelo, embora coexistia ainda um discurso que caracterizava os chineses com boas qualidades, e podemos perceber a tentativa de alguns interessados na mão de obra amarela, mesmo que como trabalhadores “transitórios” (Dezem, 2005, pp.61-73)

Também é interessante ressaltar que o tratamento ao povo asiático não era dos melhores, chegando-se a compará-los com animais, fato evidenciado através do relato que, durante uma fuga de dois chineses, o filho de Dom João os teria caçado com cavalos e cães, além de severa desconfiança por parte de segredos utilizados nas plantações de chá do Rio de Janeiro (Rugendas, 1979, pp.122-3).

Seguiremos Maria José Elias em seu estudo sobre a entrada de imigrantes chineses e seu trabalho em solo nacional. Segundo ela, a escravidão já estava decretada ao fracasso, mas a ideia de contratar um trabalhador também não agradava aos proprietários rurais. A experiência com os imigrantes europeus também não vinha agradando muito, mesmo que a entrada e reconstrução do país estivesse pautada na figura do homem branco.

Entretanto, foi o balanço econômico das plantações cafeeiras e a diminuição dos europeus como fonte de trabalho, que acabaram levando às primeiras importações de chineses. Já não tão esperançosos com o trabalho dos asiáticos devido à experiência ocorrida em 1810, com estes trabalhando com chá, sob as ordens de D. João, os 400 chineses que aqui chegaram acabaram deixando um certo desgosto e uma prévia reputação aos que viriam depois.

Em 1855, Manoel de Almeida Cardoso foi responsável pela entrada de 303 chineses a bordo do navio norte-americano de nome Elisa Annah, provenientes de Singapura, desembarcaram no porto de



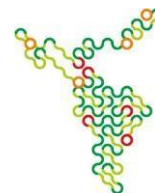
Sapucaia, no Rio de Janeiro (Leite, 1992, p.236), entretanto, estes chineses foram dados como insatisfatórios. Porém, no mesmo ano, outra tentativa ocorreu em um acordo com a casa americana Tompson e Tamppon trouxe apenas 368 asiáticos, em um trato que estipulava um número de 2.000 deles. Em solo brasileiro, os primeiros foram enviados para trabalhar no Arsenal da Marinha, através do Ministro da Marinha, Conselheiro Manoel Felizardo de Souza e Mello.

Os demais, seguiram destinos diferentes. Dr. Locaille, levou parte deles para trabalhar em sua fazenda, onde 34 deles, de acordo com José Roberto Teixeira Leite, se revoltaram contra as condições oferecidas por ele, já que o combinado teria sido um salário baixo e carne inclusa na alimentação, dois quesitos que não estavam sendo cumpridos. Um engenheiro chamado Rivière teria levado uma quantia deles, 16 deles teriam sido levados para o Jardim Botânico, bem como o fazendeiro José Manoel de Sá, onde recebiam castigos físicos que foram constatados por oficiais e recebiam um salário 50% menor que o estipulado. (Idem, p.237)

Infelizmente, pouco tempo depois, nenhum deles estava empregado e coube às ruas e reformatórios, virarem locais de sobrevivência (Elias, 1973, pp.697-715). Assim como alguns dos chineses que vieram para cuidar das plantações de chá por volta de 1810, o destino de muitos destes chineses que sublevaram-se nas últimas levas tratadas até aqui também não foi muito diferente, muitos acabaram encontrando outros ofícios, como mascates, vendedores de pasteis e pescados, porém, a grande maioria caiu na mendicância.

Maria Lucia Lamounier, em seu trabalho, *Entre a Escravidão e o Trabalho Livre. Escravos e Imigrantes nas Obras de Construção das Ferrovias no Brasil no Século XIX*, nos mostra também uma outra atmosfera sobre a imigração chinesa. Ao longo de seu trabalho, Maria Lucia Lamounier nos mostra que mesmo passando por um momento onde a transição do trabalho escravo para o livre, é o momento em que mais preocupa a economia, há outros setores em expansão e neste caso, as ferrovias são seu objeto de estudo, bem como quem e que tipo de mão de obra foram usadas em suas construções (Lamounier, 2008. p.219)

Ela dá prosseguimento ao fato de que as ferrovias acabaram desviando a pouca mão de obra existente para suas construções, mas que também foi essencial para o crescimento das lavouras cafeeiras. Entre os períodos de 1850 até 1870, as discussões e as entradas dos 3.000 chineses tornaram-se correntes e ainda sobre as condições estipuladas no contrato, deveriam constar os seguintes itens: sexo, idade, naturalidade, alimentação, cuidados médicos, salário, bem como sua espécie e tempo de pagamento. Este



contrato também estipulava a jornada de trabalho que seria de 12 horas diárias e ainda proibia qualquer reclamação por parte dos contratados em relação aos salários.

Apesar de já termos citado a presença de chineses antes de 1870, é nesse período que haverá uma maior motivação para que o chinês seja pensado como o imigrante que o Brasil precisava no momento. Surgiu, então a *Sociedade Importadora de Trabalhadores Asiáticos*, sob a direção de João Antônio de Miranda e Silva e Manoel José da Costa Lima, que tinha como objetivo buscar estes trabalhadores, que eram provenientes de regiões como Cantão, Macau e Hong Kong. Entretanto, como a Inglaterra se apropriou da ilha de Hong Kong em 1842, após a Guerra do Ópio, fazendo-a mais uma de suas colônias, através do tratado de Nanking, esta região não foi aberta às negociações com o governo imperial brasileiro, proibindo embarcações nos portos desta região (Spence, 1995, p.141).

Tampouco fez questão o governo de Portugal, responsável pela região de Macau e as tentativas fracassaram. Quando analisamos o documento de nome *Demonstração das conveniências e vantagens à lavoura no Brasil pela introdução de trabalhadores asiáticos (da China)*, lançada em 1877, podemos ver logo em seu início, a peleja em que a *Sociedade* se encontrava para conseguir trazer estes imigrantes e também lidar com os comentários que circulavam no país.

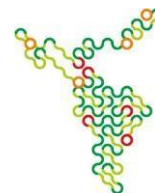
[Os trabalhadores] de procedência chinesa vêm ocupar, em uma epocha de transição, um lugar que, a não ser devida e convenientemente preenchido, arrastará a industria agrícola Brasileira á um enorme e estrondoso descalabro, irreparável por largo tempo, e de que as Antilhas inglezas e francezas, na epocha da emancipação dos escravos, não poderião dar idéa.

O argumento, por alguns exhibido, deduzido da physionomia pouco agradável da população de raça* mongolica, não tem valor perante um espirito culto e sisudo. A população deste paiz, como de outros da America é composta de tantas raças, na mór parte, de belleza problemática, que é admirável a estranheza que se apparenta por causa da esthetica, que, pela immigração dos trabalhadores asiáticos, se julga arriscada á supportar um grande sacrificio. [...]

O Chinez, Senhor, pelo que conhece a Supplicante, e nota-se em toda a parte para onde tem sido convidado e attrahido, constitue uma população letrada, comedida, obediente e laboriosa, e sobre laboriosa paciente e mui soffredora.⁷

Diante do trecho exposto, vemos claramente que trazer chineses no lugar de europeus parecia algo contaminador. Os estigmas que davam aos povos da China não eram dos melhores e mesmo assim a *Sociedade Importadora de Trabalhadores Asiáticos* procurava mostrar vantagens em trazer este povo,

⁷ Sociedade Importadora de Trabalhadores Asiáticos de Procedência Chinesa. *Demonstração das conveniências e vantagens á lavoura no Brasil pela introdução dos trabalhadores asiaticos da China*. Rio de Janeiro: Typographia de P. Braga & C, 1877, pp.VII-IX.



principalmente por sua mão de obra barata, o que poderia ser usado para convencer a muitos durante o Congresso Agrícola de 1878, principal razão para que esta obra fosse realizada um ano antes.

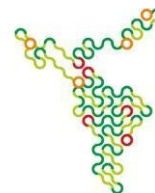
É também neste momento que analisaremos um pouco sobre Nicolau Moreira, médico de destaque do período, tinha afeições por determinismos biológicos e discursou também pela entrada dos imigrantes amarelos. Acreditava na plena diferenciação das raças humanas e dentro desta perspectiva, a pedido de Sinimbu, teria de argumentar em favor da imigração de chineses, o que rechaçou com veemência. (Lima, 2005, p.58)

Porém, mesmo que houvesse os apoiadores da causa, como João Antônio de Sampaio Vianna, advogado baiano, que foi responsável pela escrita da obra *Ensaio sobre a utilidade da importação dos chinas para a colonização do Brasil*, em 1835 e nela versou sobre adaptação ao clima e fácil assimilação. Também tentou comparar o chinês ao indígena, por sua aparência e suas habilidades de cultivo, na busca de uma aproximação entre características semelhantes, tentando expor um padrão já conhecido pelos brasileiros. Embora pensasse que uma cultura diferente e a agilidade com o manuseio de elementos naturais, seriam extremamente importantes para um país agrícola (Vianna, 1837, pp.79-80), foi em vão.

Essa e outras ideias favoráveis a entrada do imigrante chinês, não foram suficientes para que esta aceitabilidade trouxesse um grande número deles. Com caráter transitório, o *chinês* chegou ao Brasil, como um elemento que daria prosseguimento ao que poderia ser considerado como uma nova forma de escravidão, com abusos sofridos e enganados pelos contratos que prometiam coisas que jamais receberam, trabalhando com jornadas extenuantes por salários baixíssimos. Em busca de uma vida melhor, embarcaram para cá, mas o que conseguiram foram um triste fim para a grande parte dos quase três mil que por aqui apartaram.

Fontes:

Decreto n.4547 de 09 de julho de 1870. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4547-9-julho-1870-552988-publicacaooriginal-70618-pe.html>. Acesso em 19/05/2018.



Sociedade Importadora de Trabalhadores Asiáticos de Procedência Chinesa. *Demonstração das conveniências e vantagens á lavoura no Brasil pela introdução dos trabalhadores asiaticos da China*. Rio de Janeiro: Typographia de P. Braga & C, 1877, pp.VII-IX.

VIANNA, João Antônio de Sampaio. *Ensaio sobre a utilidade da importação de chinas para a colonização do Brasil*. Bahia: Typographia do Correio Mercantil. 1837.

Referências:

BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos para o Brasil*. Tradução de Vera Nunes Neves Pedroso. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4ª. Ed. Revista e Ampliada. Brasília: Ed. UnB, 2011.

CONRAD, Robert. **The planter class and the debate over chinese immigration to Brazil, 1850-1893**. *International Migration Review*. Nova York, v. IX, n. 1, 1975.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 3ª ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

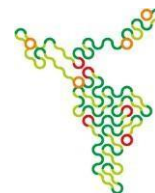
DAVIS, Mike. *Holocaustos Coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DEZEM, Rogério. *Matizes do “amarelo”: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

EBREY, Patricia Buckley. *The Cambridge illustrated history of China*. Cambridge University Press, 2010.

ELIAS, Maria José. **Introdução ao estudo da imigração chinesa**. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 1970, p.55-100.

LAMOUNIER, Maria Lúcia et al. **Entre a escravidão e o trabalho livre. Escravos e imigrantes nas obras de construção das ferrovias no Brasil no século XIX**. *Revista EconomiA*, v. 9, n. 4, p. 215-245, 2008.



Universidade do Extremo Sul Catarinense

Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e

Educação

Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América

LEITE, José Roberto Teixeira. *A China no Brasil: influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na sociedade e arte brasileiras*. Tese de Doutorado. São Paulo: UNICAMP, 1992

LESSER, Jeff. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. Livraria UNESP, 2001.

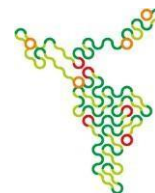
LIMA, Silvio Cezar de Souza. *Determinismo biológico e imigração chinesa em Nicolau Moreira (1870- 1890)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005.

LÓPEZ, Kathleen. *Chinese Cubans: a transnational history*. UNC Press Books, 2013.

RODRIGUES, Jaime. R. *O infame comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2000.

RUGENDAS, Johann Moritz et al. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Itatiaia, 1979.

SPENCE, Jonathan D. *Em busca da China moderna: quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.



O USO DA VITAMINA D EM DOENÇAS AUTOIMUNES: REVISÃO SOBRE O POTENCIAL TERAPÊUTICO

**The use of vitamin D in autoimmune diseases: a review of the therapeutic
potential**

O USO DA VITAMINA D EM DOENÇAS AUTOIMUNES

The use of vitamin D in autoimmune diseases

Franciele Cardozo Coan¹, Rafael Mariano de Bitencourt^{1,2}

¹ Programa de Pós-graduação em Farmacologia Clínica, Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, Brasil.

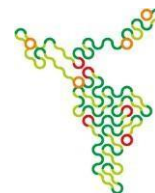
² Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, Brasil.

Endereço para correspondência:

Rafael Mariano de Bitencourt

Av. José Acácio Moreira, 787, Bairro Dehon, PPGCS – UNISUL, Tubarão – SC, CEP 88704-900

Telefone: (48) 3621-3363 Email: bitencourtrm@gmail.com



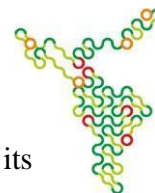
Resumo

O hormônio esteróide calcitriol é popularmente conhecido como vitamina D e tem importante papel no corpo humano, principalmente na absorção de cálcio e no metabolismo ósseo. Além do papel na homeostase do cálcio, acredita-se que a forma ativa da vitamina D apresente efeitos imunomoduladores. Estudos têm relacionado a insuficiência de vitamina D a várias doenças autoimunes, de modo que o uso desta vitamina é considerado como tratamento farmacológico para tais condições. Desta forma, o presente estudo buscou analisar o uso da vitamina D e suas funções, enfatizando sua ação em doenças autoimunes. O estudo teve como procedimento metodológico o delineamento de uma pesquisa bibliográfica em materiais disponibilizados principalmente na base de dados *Scielo* (*Scientific Electronic Library on Line*), *Pubmed* e outras fontes, como livros, teses, dissertações, etc. Conclui-se haver importantes lacunas no conhecimento sobre a ação da vitamina D em relação à prevenção e ao tratamento das doenças autoimunes, que demandam ensaios clínicos para uma melhor compreensão da influência dessa vitamina na fisiopatologia das doenças autoimunes. Acredita-se ser de suma importância a elaboração de ações de educação alimentar e nutricional, com a finalidade de informar e alertar a população sobre riscos e benefícios trazidos pela vitamina D, e da sua incorporação na prática do dia a dia.

Palavras-chave: Vitamina D; Doenças Autoimunes; Tratamento Farmacológico .

Abstract

The steroid hormone calcitriol is popularly known as vitamin D and has important role in the human body, mainly in the absorption of calcium and in the bone metabolism. In addition to the role in calcium homeostasis, it is believed that the active form of vitamin D has immunomodulatory effects. Studies have linked vitamin D insufficiency to various autoimmune diseases, so the use of this vitamin is considered as pharmacological treatment for such conditions. In this way, the present



was sought to analyze the use of vitamin D and its functions, emphasizing its action in autoimmune diseases. The study had as methodological procedure the delineation of a bibliographical research in materials available mainly in the database of Scielo (Scientific Electronic Library on Line), Pubmed and other sources, such as books, theses, dissertations, etc. It is concluded that there are important gaps in the knowledge about the action of vitamin D in relation to the prevention and treatment of autoimmune diseases, which require clinical trials for a better understanding of the influence of this vitamin on the pathophysiology of autoimmune diseases. It is believed to be of utmost importance the elaboration of actions of food and nutritional education, with the purpose of informing and alerting the population about the risks and benefits brought about by vitamin D, and its incorporation into daily practice.

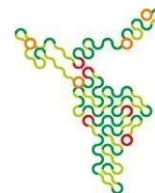
Keywords: Vitamin D; Autoimmune Diseases; Pharmacological Therapy.

INTRODUÇÃO

Considerado hormônio essencial para o corpo humano, a vitamina D tem como principal função a manutenção da saúde óssea, embora ainda exerça diversas outras funções diferentes no organismo. Estudos epidemiológicos têm demonstrado, por exemplo, efeitos benéficos da vitamina D na prevenção de doenças autoimunes, além de reduzir os sintomas de outras doenças existentes¹. Consideram-se doenças autoimunes as doenças causadas pelo sistema imunológico, que passa a funcionar de forma irregular produzindo anticorpos para atacar células, tecidos, e órgãos do próprio organismo².

Tornam-se então importantes a realização tanto de novas pesquisas como de revisões, que possam reforçar o uso de suplementação de vitamina D como aliada na prevenção de doenças e promoção de saúde, e especificamente, relacionadas às doenças autoimunes.

A necessidade da realização de novas pesquisas e revisões vem reforçar o tema e as novas descobertas, para que se possa estabelecer o uso de suplementação de vitamina D como aliada na prevenção de doenças e promoção de saúde. Diante desse contexto, o presente estudo teve por objetivo determinar a utilização da vitamina D em doenças autoimunes.



O presente estudo envolveu o delineamento de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil³, é desenvolvido com base em material já elaborado, constituída principalmente de livros, artigos científicos, teses e dissertações. A principal vantagem deste tipo de pesquisa reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia ser pesquisada diretamente.

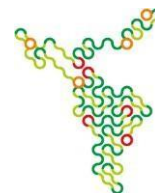
Para a realização deste trabalho, foram utilizados como fontes: livros, periódicos e artigos científicos, como os oriundos da base de dados da *Scielo* (*Scientific Electronic Library on Line*), com resumos disponíveis e acessados na íntegra pelo meio *on-line* nos idiomas português, inglês. Os descritores utilizados foram: vitamina D, doenças autoimunes, e potencial terapêutico.

VITAMINA D: IMPORTÂNCIA, EFEITOS E FUNÇÃO

De acordo com Arnson, Amital e Shoenfeld⁴, a vitamina D é um hormônio esteroide cujas principais funções consistem na regulação da homeostase do cálcio, na formação e na reabsorção óssea, por meio de sua interação com as paratireóides, os rins e os intestinos. Segundo esses autores, sua principal fonte é representada pela formação endógena nos tecidos cutâneos após exposição à radiação ultravioleta B (UVB), e exerce seu efeito biológico por meio do seu receptor (RVD), que é amplamente distribuído no organismo, inclusive em células do sistema imune.

Atualmente, é bastante reconhecida a importância desse hormônio conhecido como vitamina D, tanto no metabolismo do cálcio como na manutenção da massa óssea. De acordo com Premaor e Furlanetto⁵, a deficiência de vitamina D é uma doença que sempre deve ser levada em consideração nos diagnósticos, principalmente em pacientes com fatores de risco para hipovitaminose D. Seu diagnóstico diferencial se torna importante, pois, apesar de apresentar grande morbidade, sua correção é fácil e de baixo custo.

O padrão-ouro para o diagnóstico de hipovitaminose D é a dosagem de 25-hidroxivitamina D no soro, e valores abaixo de 50 nmol/L seriam suficientes para causar aumento na concentração sérica do hormônio da paratireóide e perda



Fatores de risco para esta doença incluem: pouca exposição à luz solar, envelhecimento da pele e doenças que alteram o metabolismo da vitamina D. Seu tratamento é feito através da reposição oral de vitamina D, o que o torna fácil e barato⁵.

A exposição aos raios ultravioletas solares é considerada essencial para a formação da Vitamina D, sendo a sua falta reconhecida como um dos principais fatores de risco para hipovitaminose D. Segundo Lips et al.⁶, a variação sazonal na manutenção de níveis adequados de vitamina D atestam a importância do sol, sendo o inverno considerado, por si só, um importante fator de risco para hipovitaminose D.

Conforme nos informam Silva et al.⁷:

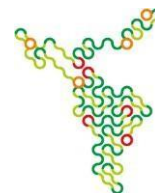
[...] A vitamina D3 ou colecalciferol é sintetizada na pele humana pela ação da radiação UV-B a partir do 7- dehidrocolesterol, além de ser encontrada em certos alimentos, como óleo de peixe e gema de ovo. A vitamina D2 ou ergocalciferol é formada a partir de um esteróidefúngico, o ergosterol, sendo pouco disponível naturalmente nos alimentos, mas usada como suplemento alimentar. Uma vez ingerida ou sintetizada na pele, a VD é transportada até o fígado, onde sofre a primeira hidroxilação no carbono 25, convertendo-se a 25- hidroxivitamina D (25(OH)VD) (p. 483).

Há um consenso de que a 25(OH)D(calcidiol) é o metabólito mais abundante e o melhor indicador para a avaliação do *status* de vitamina D, classificando os indivíduos como: deficientes, insuficientes ou suficientes em vitamina D^{8,9,10,11}. Em contrapartida, não há um consenso quanto ao valor de corte para a definição de suficiência em vitamina D^{9,12,13}.

Segundo Kauppinen-Makelin¹⁴, em estudos da prevalência da hipovitaminose D, um pacientes internados em um hospital geral na Finlândia, foram encontrados níveis de 37 nmol ou menos em 70% das mulheres e 61% dos homens internados.

Nesse estudo, a hipovitaminose D aparece também em 44% das mulheres e 37% dos homens atendidos no ambulatório de medicina interna.

De acordo com Fragoso et al.¹⁵, a vitamina D exerce seu efeito biológico por meio do seu receptor (RVD), que é amplamente distribuído no organismo, inclusive em células do sistema imune. A vasta distribuição e expressão



maioria das células imunes, incluindo monócitos, macrófagos, células dendríticas, células natural *killer* e linfócitos T e B, além das ações na proliferação e na diferenciação celular, tornam a vitamina D uma candidata em potencial na regulação do sistema imunológico.

Conforme Marques et al.¹, nos últimos anos o papel fisiológico da vitamina D tem sido muito estudado mostrando a sua função no metabolismo do cálcio e da formação óssea, bem como, da sua interação com o sistema imunológico. Abrange também uma variedade de tecidos corporais como cérebro, coração, pele, intestino, próstata, mamas e células imunológicas, além de ossos, rins e paratireóides. Para os mesmos autores, a vitamina D tornou-se muito interessante no papel que desempenha, tanto na saúde, como em várias doenças autoimunes, incluindo diabetes mellitus insulínica, esclerose múltipla, doença inflamatória intestinal, lúpus eritematoso sistêmico e artrite reumatóide.

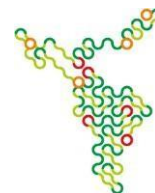
Segundo Bouillon¹⁶, a vitamina D é conhecida pela sua função no desenvolvimento e na manutenção do tecido ósseo e homeostase do cálcio e do fósforo. Contudo, evidências recentes apontam o envolvimento da vitamina em diversos processos celulares vitais, como: diferenciação e proliferação celular, secreção hormonal (insulina), assim como no sistema imune e em diversas doenças crônicas não transmissíveis.

Concordando com Marques et al.¹, a vitamina D é, assim, um fator importante responsável por aumentar a prevalência de certas doenças autoimunes, apontariam para isto, pequenos estudos não controlados em humanos, que demonstram efeitos benéficos da suplementação da vitamina D na prevenção do desenvolvimento de doenças autoimunes, bem como na redução da gravidade da doença preexistente.

O correto diagnóstico da deficiência de vitamina D e a identificação de fatores que melhoram ou pioram tal condição podem contribuir para a elaboração de estratégias mais eficazes para o tratamento das populações de risco¹⁷.

Hipovitaminose D

Conforme Bandeira et al.¹⁸, a deficiência da vitamina D, ou



hipocalcemia leve, hiperparatireoidismo reacional, gerando assim perda de osso trabecular e estreitamento de osso cortical. De acordo com esses autores, os fatores de risco para a hipovitaminose D são a pouca exposição à luz solar, o envelhecimento da pele e doenças que alterem o metabolismo da vitamina D.

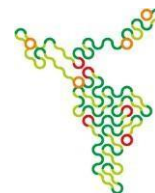
Para Czepielewski e Bueno¹⁹, (2008), vários fatores podem levar à hipovitaminose D, como o envelhecimento, a redução da absorção de gorduras (a vitamina precisa do colesterol para ser sintetizada), o uso de medicamentos (glicocorticóides, em especial a prednisona, e os bloqueadores da absorção de gordura), além de exposição insuficiente ao sol.

Brustad et al.²⁰ atestam que as estações do ano e latitudes também são fatores importantes na fisiologia da vitamina D, pois influenciam diretamente na incidência de radiação solar. Assim, a hipovitaminose D seria mais prevalente durante o outono e o inverno, meses de menor incidência de raios solares.

Segundo a Sociedade Americana de Endocrinologistas, os níveis de vitamina D devem ser examinados apenas em grupos de risco (uso crônico de medicamentos

[anticonvulsivantes, corticosteróides, antirretrovirais e antifúngicos], gestantes e lactentes, afro-americanos e hispânicos, obesos e idosos com história de quedas e fraturas não traumáticas, osteoporose, má absorção e doenças granulomatosas, além de dosagem para casos de raquitismo, doença renal crônica e hepatopatia.¹⁰ De acordo com a Força-Tarefa do Serviço Preventivo dos Estados Unidos (*US Preventive Services Task Force*, USPSTF), considerada um dos principais assessores de promoção da saúde, a suplementação ajudaria a prevenir quedas em idosos, e isso deveria ser feito indiscriminadamente, sem medições séricas²¹.

Segundo Cantorna e Mahon²², o papel na regulação do sistema imunitário em relação à autotolerância e a autoimunidade começa com uma compreensão do impacto da vitamina D sobre os genes humanos. Sabe-se que muitos dos sítios de ligação no genoma da Vitamina D estão concentrados em torno de genes ligados a doenças autoimunes. Além disso, a vitamina D suprime a patologia da doença autoimune por regulação da



diferenciação e da atividade das células do sistema imune, as células T, favorecendo que essas células sejam menos autorreativas e inibindo a autoimunidade.

DOENÇAS AUTOIMUNES E A VITAMINA D

Considerando em um único grupo como um todo, as doenças autoimunes são reconhecidamente a terceira principal causa de morbidade e mortalidade no mundo industrializado. Estão atrás apenas das doenças cardiovasculares e do câncer²³.

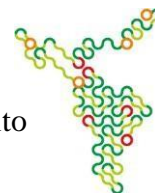
De acordo com Wastowski et al.²⁴, doenças autoimunes são causadas por uma perda persistente dos mecanismos de controle responsáveis pela manutenção da tolerância aos antígenos próprios. Para esses autores, uma das características do sistema imune é a sua capacidade de discriminar os antígenos próprios dos não-próprios. Essa característica é realizada por linfócitos, capazes de reconhecer e responder contra os antígenos estranhos e não responder contra auto- antígenos. Assim, a não expansividade das células do sistema imune contra os antígenos próprios tem sido designada como tolerância imunológica e a perda do controle dos mecanismos que mantêm a tolerância têm sido referidas como autoimunidade.

Segundo o mesmo Wastowski et al.²⁴, as doenças autoimunes são classificadas em sistêmicas ou órgão específicas. Dessa forma, as respostas imunes contra antígenos ou células de vários tecidos produzem doenças sistêmicas, ao passo que a resposta autoimune, contra antígenos de distribuição restrita a tecidos ou grupos celulares, produz doenças órgão específicas.

Sugere-se, segundo Marques et al.¹:

[...] que a vitamina D e seus análogos não só previnam o desenvolvimento de doenças autoimunes como também poderiam ser utilizados no seu tratamento. A suplementação de vitamina D tem-se mostrado terapeuticamente efetiva em vários modelos animais experimentais, como encefalomielite alérgica, artrite induzida por colágeno, diabetes melito tipo 1, doença inflamatória intestinal, tireoidite autoimune e LES” (p. 69).

De maneira geral, a presença da vitamina D no sistema imunológico se traduz em aumento da imunidade inata associado a uma regulação multifacetada da imunidade adquirida²⁵. Tem sido demonstrada uma relação entre a deficiência de



vitamina D e a prevalência de algumas doenças autoimunes como diabetes melito insulínica dependente (DMID), esclerose múltipla (EM), artrite reumatoide (AR), lúpus eritematoso sistêmico (LES) e doença inflamatória intestinal (DII)^{22,26}.

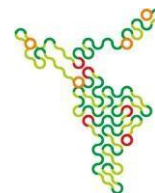
Artrite reumatoide (AR)

A AR é uma doença imunomediada, com fisiopatologia bastante complexa, provavelmente ocorre a ativação de células T dependente de antígenos, desencadeando uma resposta imunológica. A deficiência de vitamina D está associada à resposta imunológica. Nos últimos anos, a participação da vitamina D na atividade e tratamento da artrite reumatóide tem sido estudada com base nos resultados e nas observações de estudos clínicos e experimentais¹.

Segundo Canção, Bae e Lee²⁷, em sua meta-análise de três estudos com coorte que incluíram 215757 participantes revelou uma associação significativa entre o consumo de vitamina D e a incidência de AR. Verificou-se que os indivíduos no grupo de elevado consumo de vitamina D tinham um risco inferior em 24,2% de desenvolver AR, comparativamente ao grupo de baixo consumo de vitamina D. No mesmo estudo, também foi avaliada a associação entre os níveis de vitamina D e a atividade da AR, verificando-se em sete dos oito estudos incluídos uma relação inversa entre os níveis de vitamina D e a atividade da AR.

Conforme Laurindo et al.²⁸, o tratamento deve ser constantemente reavaliado, as decisões quanto ao planejamento terapêutico devem ser sempre compartilhadas com o paciente. Pacientes em uso prolongado de glicocorticoides devem receber suplementação de cálcio (1.500mg/cálcio elementar/dia) e vitamina D (800UI/dia) ou sua forma ativada alfacaIcicliol ou calcitriol.

Dehghan et al.²⁹ estudaram a importância da vitamina D na prevenção dos flares da AR em doentes com doença controlada. Verificaram que a taxa de flares foi menor no grupo suplementado com vitamina D, mas sem significância estatística, sugerindo a importância do efeito imunomodelador da vitamina D, particularmente quando AR ativa. No entanto, atendendo à ligeira redução, ao baixo custo e ausência de prejuízo, os autores recomendam a suplementação oral como terapêutica adjuvante.

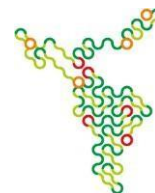


autoimune, multisistêmica, caracterizada por períodos de exacerbação. Estudos comprovam que as concentrações de vitamina D estão associadas diretamente com a atividade da doença. Entretanto, a vitamina D pode ser um fator ambiental importante para o sistema imune, tendo a necessidade da investigação do benefício da correção dessa deficiência.

De acordo com Petri^{31,32}, o LES constitui uma das doenças autoimunes reumatológicas mais frequentes na população. Tem como uma das principais características a presença de múltiplos autoanticorpos, e são alvos possíveis dessa doença os mais diversos órgãos e sistemas. Apresenta altos índices de morbidade, e até mesmo o desfecho fatal de alguns pacientes é uma possível consequência.

[...] Vários autores têm demonstrado maior prevalência da deficiência de vitamina D em pacientes com LES em comparação a indivíduos saudáveis ou com outras doenças reumatológicas. Pacientes com LES apresentam múltiplos fatores de risco de deficiência de 25(OH)D. A fotossensibilidade característica da doença e a recomendação quanto ao uso de protetor solar determinam menor exposição do indivíduo ao sol, diminuindo a produção cutânea de vitamina D. O uso regular de corticosteroides e hidroxicloroquina parece alterar o metabolismo da vitamina D, embora as evidências ainda não sejam claras. Além disso, comprometimento renal grave que pode ocorrer nesses pacientes, com a presença de nefrite lúpica, pode alterar a etapa de hidroxilação da 25(OH)D [...] (pág. 535)³⁰.

Em estudo de corte transversal, prospectivo, realizado no ambulatório de LES do Serviço de Reumatologia do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco, foram incluídos 78 pacientes portadores de LES e 64 voluntários (grupo de comparação) pareados por gênero e idade. Constatou-se insuficiência/deficiência de 25(OH)D em 45 (57,7%) pacientes com LES e em 25 (39%) indivíduos do grupo de comparação. Os níveis séricos médios de 25(OH)D foram 29,3 ng/mL (6,1-55,2 ng/mL) nos pacientes com LES e 33,12 ng/mL (15,9-63,8 ng/mL) no grupo de comparação; essa diferença é considerada estatisticamente significativa ($P = 0,041$)¹⁵.



Esclerose múltipla (EM)

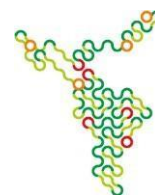
Segundo Marques et al.¹, EM é uma doença autoimune do sistema nervoso central, onde ocorre o reconhecimento inadequado em fibras nervosas mielinizadas por células imunológicas adaptativas, sendo assim gera uma resposta imunológica inflamatória por linfócitos e macrófagos resultando em áreas localizadas de inflamação.

Brum et al.³³ afirmam ser a EM uma doença inflamatória, autoimune, desmielinizante e degenerativa do sistema nervoso central. Acrescenta que estudos epidemiológicos têm identificado associações de hipovitaminose D com doenças autoimunes. Estudos epidemiológicos mostram que a EM está presente em todo o mundo, porém é na América do Norte e na Europa que estão os maiores números de casos, diferentemente do que acontece com a América do Sul onde a prevalência da doença é baixa^{34,35,36}.

Conforme Bertolini e Martins³⁷, diversos estudos realizados de forma experimental demonstram efeitos benéficos na reposição da vitamina D com ação no sistema imunológico responsável pelo processo inflamatório. Em humanos, com os poucos estudos realizados, pode ser verificado efeitos positivos na suplementação, quando relacionado à prevenção de doenças autoimunes e redução de sintomas quando preexistentes.

Revisão sobre a influência da suplementação com vitamina D e da exposição solar moderada no controle das doenças imunológicas, concluiu que baixos níveis séricos de vitamina D têm sido associados a um maior risco de progressão de EM e a um maior número de surtos³⁸. Em 2006, Munger et al.³⁹, verificaram uma redução do risco de desenvolvimento de EM pela suplementação de vitamina D nos seres humanos.

Não há dietoterapia específica para a doença, apenas são adotadas condutas nutricionais adaptadas a necessidades individuais, priorizando a qualidade alimentar, a fim de manter ou recuperar o estado nutricional dos pacientes e assim evitar o surgimento de outras doenças associadas. A importância da alimentação está mais voltada ao emprego de vitaminas, a exemplo das vitaminas A, C, E e D, por desempenharem papel importante no sistema imunológico^{34,38}.



A diabetes mellitus tipo 1 (DMT1) caracteriza-se por uma destruição autoimune das células β pancreáticas produtoras de insulina e vários fatores ambientais parecem contribuir para seu desenvolvimento. O fato de se terem verificado baixos níveis séricos de 25(OH)D no momento do diagnóstico de diabetes tipo 1, é sugestivo da existência de uma relação entre vitamina D e DMT1^{2,40}.

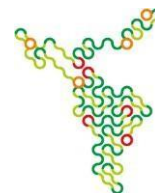
De acordo com Schuch, Garcia e Martini⁴¹, estudos sobre os efeitos da vitamina D no diabetes mellitus evidenciam que a deficiência de 25(OH)D altera a síntese e a secreção de insulina, tanto em modelos animais como em humanos. Além disso, a deficiência dessa vitamina parece acarretar intolerância à glicose e a secreção de insulina se torna prejudicada, contribuindo para o maior risco de diabetes mellitus tipo 2 (DMT2).

Machado⁴² afirma que a DMID tem cada vez mais se tornado um problema mundial, tendo seu diagnóstico e tratamento negligenciados na prática clínica. Segundo o autor, a estimativa mundial de sua prevalência foi de 171 milhões em 2000 e de 366 milhões em 2030. A alteração metabólica, que ocorre de uma redução da secreção de insulina pancreática associada ou não à resistência insulínica, tem complicações que levam ao aumento da mortalidade.

Os metabólitos da vitamina D podem aumentar a sensibilidade insulínica por diversas maneiras, como aumento da expressão de receptores de insulina, ativação da transcrição de fatores na homeostase glicêmica, ou de forma indireta via regulação do cálcio, sendo essencial para os processos intracelulares mediados pela insulina⁴².

Doença inflamatória intestinal (DII)

De acordo com Marques et al.¹, as doenças inflamatórias intestinais como: colite ulcerativa e doença de Crohn são doenças cuja fisiopatologia envolve também a participação de células Th1, com produção de IL-2, TNF- α e IFN- γ . Conforme os autores, estudo experimental utilizando ratos com IL-10 inativada (*knockout*), mostrou que a deficiência de vitamina D pode acelerar a doença, com aparecimento mais precoce de diarreia e caquexia, além de causar a morte. Pacientes com doença



Como a retocolite ulcerativa e a doença de Crohn (DC), estão sujeitos a alteração nos níveis da vitamina D⁴³. Conforme Oliveira, Emerick e Soares⁴⁴, a DII é crônica e cíclica com fases de exacerbação e remissão, os sintomas podem surgir de forma insidiosa ou abrupta.

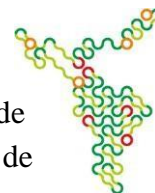
Nas DII, ocorre uma grande correlação da gravidade com a extensão das lesões. Os principais sintomas incluem aumento dos movimentos intestinais, perda de sangue, dor abdominal, náusea, vômitos e anorexia. O curso clínico e os sintomas podem variar; em alguns pacientes, ocorrem períodos de remissão e de exacerbação, mas, em outros, a doença segue fulminante⁴⁵.

Estudo de Souza et al.⁴⁶, verificou o nível de 25OHD em jovens com DII submetidos à avaliação clínica, dosagens bioquímicas rotineiras e medida da DMO de coluna lombar e fêmur, comparando-os com controles saudáveis. Como resultado, 39 pacientes com doença de Crohn (DC) ($p = 0,003$) e 37 com retocolite ulcerativa inespecífica (RCUI) ($p < 0,001$) apresentaram níveis mais baixos de 25OHD comparados aos controles, 48,5% dos pacientes com RCUI tinham deficiência de 25OHD. A DMO em coluna lombar foi mais baixa nos doentes (DC $p = 0,001$; RCUI $p = 0,008$). A 25OHD correlacionou-se significativamente com a DMO do fêmur total ($r = 0,391$; $p = 0,027$) e colo do fêmur ($r = 0,384$; $p = 0,03$) na DC. Como resultados da pesquisa foram encontrados níveis baixos de 25OHD e DMO em jovens com DII, sugerindo papel importante desta deficiência na patogênese da doença óssea desses pacientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após revisão de literatura atual é indiscutível a importância do hormônio conhecido como vitamina D, tanto no metabolismo do cálcio quanto na manutenção da massa óssea. Ademais, a reposição de vitamina D tem sido avaliada e testada revelando muitos benefícios, tanto para corrigir situações clínicas como para prevenir e promover saúde. No entanto, a hipovitaminose D ainda é subdiagnosticada por não ser uma prática incluída em todas as avaliações clínicas.

Evidências e informações nos estudos sugerem que a deficiência de vitamina D também pode ter um papel importante na regulação do sistema imunológico e, provavelmente, na prevenção das doenças imunomediadas. São



necessários outros estudos para determinar os riscos e benefícios da reposição de vitamina D, quando e em quais pacientes mensurar a mesma, os valores de referência para considerar a deficiência/insuficiência, as ações clínicas a serem tomadas e o real impacto dessa associação na prática clínica.

Acredita-se, assim, que outros ensaios clínicos sejam necessários para uma melhor compreensão da influência da vitamina D na fisiopatologia das doenças autoimunes. É importante não só definir a dose ótima de suplementação, bem como a duração e o tempo necessário de monitorização sérica, além de esclarecer as diferenças entre as várias formas de vitamina D (vitamina D2, vitamina D3 ou análogos da vitamina D) no que diz respeito à eficácia e efeitos colaterais.

Conclui-se, enfim, que além de serem necessários mais estudos sobre a hipovitaminose D, é de suma importância a elaboração de ações de educação alimentar e nutricional, com a finalidade de informar e alertar a população sobre riscos e benefícios trazidos pela vitamina D, como incorporá-la na dieta, importância do banho de sol e uso correto de protetor solar. Por fim, se faz necessária também a procura do profissional nutricionista para uma alimentação rica em vitamina D e suplementação, quando necessária.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Rafael Mariano de Bitencourt contribuiu com as análises e revisão do artigo.

Franciele Cardozo Coan participou de todas as etapas da produção do artigo.

REFERÊNCIAS

1. Marques CDL, Dantas AT, Fragoso TS, Duarte ÂLBP. A importância dos níveis de vitamina D nas doenças autoimunes. Rev Bras Reumatol. São Paulo, 2010 [acesso em 2018 mar 10]: 50(1):67-80. 50042010000100007&lng=en&nrm=iso
2. Prietl B, Treiber G, Pieber TR, Amrein Ket. Vitamina D e função imunológica. Nutrients [Internet]. 2013 [acesso em 2018 jun 03]; 5(7):2502–2521. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23857223>.
3. Gil AC. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
4. Arnson Y, Amital H, Shoenfeld Y. Vitamina D e autoimunidade: novas considerações etiológicas e terapêuticas. Ann Rheum Dis, 2007.

5. Premaor MO, Furlanetto TW. Hipovitaminose D em adultos: entendendo melhor a apresentação de uma velha doença. Arq Bras Endocrinol Metab [Internet]. São Paulo, 2006 [acesso em 2018 maio 27]; 50(1):25-37. Di

6. Lips P, Hackeng WH, Jongen MJ, Van Ginkel FC, Netelenbos JC. Variação sazonal nas concentrações séricas de hormônio paratireóide em idosos. J Clin Endocrinol Metab [Internet]. 1983 [acesso em 2018 maio 27]; 57(1):204-6. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/6853678>

7. Silva BCC, Camargos BM, Fujii JB, Dias EP, Soares MMS. Prevalência de deficiência e insuficiência de vitamina D e sua correlação com PTH, marcadores de remodelação óssea e densidade mineral óssea, em pacientes ambulatoriais. Arq Bras Endocrinol Metab São Paulo, 2008.

8. Holick MF. Vitamin D deficiency. N Engl J Med [Internet]. 2007 [acesso em 2018 maio 13]; 357(3):266-281.

9. Norman AW, Bouillon R. A política nutricional da vitamina D precisa de uma visão para o futuro. Exp Biol Med (Maywood) [Internet]. 2010 [acesso em 2018 maio 13]; 235(9):034-45. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20667908>

10. Holick MF, et al. Avaliação, tratamento e prevenção da deficiência de vitamina D: uma diretriz de prática clínica da Sociedade Endócrina. J Clin Endocrinol Metab [Internet]. 2011 [acesso em 2018 maio 13]; 96(7):1911-30. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21646368>

11. Heaney RP. O que é insuficiência de vitamina D? E isso importa? Calcif Tissue Int [Internet]. 2013 [acesso em 2018 maio 13]; 92(2):177-83. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22585187>

12. Heaney RP, Holick MF. Por que as recomendações do IOM para a vitamina D são deficientes? J Mineiro de Ossos Res [Internet]. 2011 [acesso em 2018 maio 13]; 26(3):455-7. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21337617>

13. Chapuy MC, et al. Prevalência de insuficiência de vitamina D em uma população adulta normal. Osteoporos Int [Internet]. 1997 [acesso em 2018 maio 13]; 7(5):439- 43. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9425501>.

14. Kauppinen-Makelin R, Tahtela R, Loyttyneimi E, Karkkainen J, Valimaki MJ.

Uma alta prevalência de hipovitaminose D em pacientes de procedência interna e externa da Finlândia. J Intern Med [Internet]. 2001 [acesso em 2018 maio 27]; 249:559-63. Disponível em: <https://europepmc.org/abstract/med/11422663>



15. Fragoso TS, et al. Níveis séricos de 25-hidroxivitamina D 3 e sua associação com parâmetros clínicos e laboratoriais em pacientes com lúpus eritematoso sistêmico Rev Bras Reumatol [Internet]. 2012 [acesso em 2018 mar 02]; 52(1):60-65. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0482-50042012000100007

16. Bouillon R. Vitamin D and human health: lessons from vitamin D receptor null mice. Endocr Rev, USA. 2008;29(6):726-776.

17. Maeda SS, et al. Recomendações da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM) para o diagnóstico e tratamento da hipovitaminose D. Arq Bras Endocrinol Metab, 2014; 58(5):411-433.

18. Bandeira F, Griz L, Dreyer P, Eufrázio C, Bandeira C, Freese E. Vitamin D deficiency: A global perspective. Arq Bras Endocrinol Metabol. 2006;50(4):640-6.

19. Czepielewski MA, Bueno AL. importância do consumo dietético de cálcio e vitamina D no crescimento. J Pediatr (Rio J.) [Internet]. Porto Alegre, 2008 [acesso em 2018 maio 27]; 84(5):386-394. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572008000600003&lng=en&nrm=iso

20. Brustad M, Alsaker E, Engelsen O, Aksnes L, Lund. Status de vitamina D em mulheres de meia-idade a 65-71 anos em relação à ingestão dietética e exposição à radiação ultravioleta. Pub Health Nutr [Internet]. 2003 [acesso em 2018 maio 27]; 7(2):327-35. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15564440>

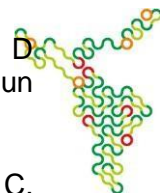
21. Lichtenstein A. Vitamin D: enough already? Rev Assoc Med Bras [Internet]. São Paulo, 2015 [acesso em 2018 abr 12]; 61(4):291-292.

Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302015000400291&lng=en&nrm=iso

22. Cantorna MT, Mahon BD. Evidência crescente para a vitamina D como um fator ambiental que afeta a prevalência da doença autoimune. Exp Biol Med (Maywood) [Internet]. 2004 [acesso em 2018 jun 03]; 229(11):1136-42. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15564440>

23. Harel M, Shoenfeld Y. Prevendo e prevenindo autoimunidade, mito ou realidade? Ann NY Acad Sci [Internet]. 2006 [acesso em 2018 maio 20]; 1069:322-45. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16855160>

24. Wastowski I, Donadi E. Patogenia das Doenças Auto-Imunes [Internet]. 2009 [acesso em 2018 mar 10]; 3:43-56. Disponível em:



25. Adorini L, Pedreira L. Vitamin D and the vitamin D endocrine system. *Nat Clin Pract Rheumatol* [Internet]. 2008 [acesso em 2018 jun 08]; 4(8):404-12. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18594491>.

26. Ruiz-Irastorza G, Egurbide MV, Olivares N, Martinez-Berriotxo A, Aguirre C. Deficiência de vitamina D no lúpus eritematoso sistêmico: prevalência, preditores e consequências clínicas. *Reumatologia (Oxford)* [Internet]. 2008 [acesso em 2018 jun 03]; 47(6):920-3. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18411213>

27. Canção GG, Bae SC, Lee YH. *Clin Rheumatol* [Internet]. 2012 [acesso em 2018 jun 03]; 31(12):1733-9. Associação entre a ingestão de vitamina D e o risco de artrite reumatóide: uma meta-análise.

28. Laurindo IMM, et al. Artrite reumatóide: diagnóstico e tratamento. *Rev Bras Reumatol* [Internet]. São Paulo, 2004 [acesso em 2018 mar 05]; 44(6):435-442. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0482-50042004000600007&lng=en&nrm=iso

29. Dehghan A. Papel da vitamina D no surto de artrite reumatóide. *Z Rheumatol* [Internet]. 2014 [acesso em 2018 maio 27]; 73(5):461-4. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24352479>

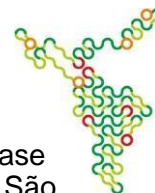
30. Teixeira TM, Costa CL. Papel da vitamina D no lúpus eritematoso sistêmico. *Rev Nutr* [Internet]. Campinas, 2012 [acesso em 2018 mar 13]; 25(4):531-538. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732012000400010&lng=en&nrm=iso

31. Petri M. Epidemiologia do lúpus eritematoso sistêmico. *Res Clin Rheumatol* [Internet]. 2002 [acesso em 2018 jun 10]; 16(5):847-58. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12473278>

32. Petri M. Systemic Lupus Erythematosus. In: Imboden J, Hellman D, Stone S. *Current Diagnosis & Treatment (Rheumatology)*. 2 ed. Lange Medical Books, 2004.

33. Brum DG, Comini-Frota ER, Vasconcelos CCF, Dias-Tosta E. Suplementação e uso terapêutico de vitamina D nos pacientes com esclerose múltipla: Consenso do Departamento Científico de Neuroimunologia da Academia Brasileira de Neurologia. *Arq Neuropsiquiatr* [Internet]. 2014 [acesso em 2018 jun 02]; 72(2):III-VII. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/anp/v72n2/pt_1678-4227-anp-72-02-00152.pdf

34. Grisante AI, Stanich P. Esclerose múltipla: aspectos nutricionais e o papel dos nutrientes específicos. *Conscientiae Saúde* [Internet]. 2006 [acesso em 2018 maio 13]; 5:67-74. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/929/92900509.pdf>



35. Fernandes AM, Lopes JS, Noal J, Finkelsztejn JM, Tilbery CP. Oropharyngeal dysphagia in patients with multiple sclerosis: do the disease classification scales reflect dysphagia severity? Braz j otorhinolaryngol [Internet]. São Paulo, 2013 [acesso em 2018 jun 04]; 79(4):460-465.

Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-86942013000400011&lng=en&nrm=iso

37. Finkelsztejn A, Lopes JS, Noal J, Finkelsztejn JM. The prevalence of multiple sclerosis in Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brazil. Arq Neuro-Psiquiatria.

38. [Internet]. São Paulo, 2014 [acesso em 2018 jun 04]; 72(2):104-106. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X2014000200104&lng=en&nrm=iso

39. Bertolini DL, Martins CT. Efeitos imunomoduladores da vitamina D. J Bras Nefrol J Clin Nutr [Internet]. vol 87, 2000 [acesso em 2018 fev 23]. Disponível em: www.jbn.org.br/export-pdf/572/22-03-04.pdf

40. Gomes FM, et al. Vitamina D: uma promessa na esclerose múltipla. Sinapse. 2013; 13(2):9-13.

41. Munger KL, Levin LI, Hollis BW, Howard NS, Ascherio A. Níveis séricos de 25- hidroxivitamina D e risco de esclerose múltipla. JAMA [Internet]. 2006 [acesso em 2018 maio 27]; 269:2832-2838. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17179460>.

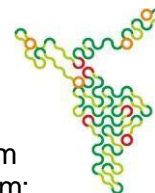
42. Hewison M. Vitamina D e o sistema imunológico: novas perspectivas sobre um tema antigo. Endocrinol Metab Clin North Am [Internet]. 2010 [acesso em 2018 jun 10]; 39 (2): 365-79. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20511058>

43. Schuch NJ, Garcia VC, Martini LA. Vitamina D e doenças endocrinometabólicas. Arq Bras Endocrinol Metab [Internet]. 2009 [acesso em 2018 maio 27]; 53(5). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/abem/v53n5/15.pdf>

44. Machado MRC, Gomes Junior SC, Marinheiro LPF. Vitamina D e diabetes mellitus, suas epidemias e o envelhecimento. O que há de novo? Reprod clim

45.

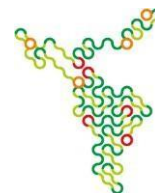
[Internet]. São Paulo, 2014 [acesso em 2018 fev 28]; 29(2):54-59. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciict/10016/2/1-s2.0-S1413208714000405-main.pdf>



48. Oliveira FM, Emerick APC, Soares EG. Aspectos epidemiológicos das doenças intestinais inflamatórias na macrorregião de saúde leste do Estado de Minas Gerais. Ciênc saúde coletiva [Internet]. Rio de Janeiro, 2010 [acesso em 2018 jun 04]; 15(supl 1):1031-1037.

49. Ortigosa L. Conceito atual e aspectos clínicos da doença de Crohn e da colite ulcerativa. Colombia Médica [Internet]. 2005 [acesso em 2018 maio 20]; 36(2, Supl. 1):16-24. Disponível em: <http://www.bioline.org.br/pdf/rc05024>

50. Souza HN, Lora FL, Kulak CAM, Mañas NCP, Amarante HMB, Borba VZC. Níveis baixos de 25-hidroxivitamina D (25OHD) em pacientes com doença inflamatória intestinal e sua correlação com a densidade mineral óssea. Arq Bras Endocrinol Metab [Internet]. São Paulo, 2008 [acesso em 2018 jun 03]; 52(4):684-691. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302008000400015&lng=en&nrm=iso



DEFENSA PÚBLICA PENAL, PAUTAS Y RECOMENDACIONES

Public criminal defense, guidelines and recommendations

Jorge Arturo Valle Haro¹

ABSTRACT

Every person accused of committing a crime and subject to any criminal proceedings has the right to be represented, advised and defended by a lawyer in all proceedings, since its detention until the execution of an eventual sentence. So, when the person accused lacks the ways to hire the services of a lawyer, born the State's duty to provide a free technical defense, which can make effective all criminal and processual guarantees attend to the accused.

Keywords: Criminal defense; public defense; selective criminalization; principle of continuity of defense.

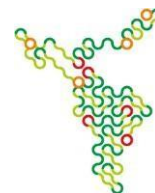
1. INTRODUCCIÓN

La defensa penal es el derecho humano que asiste a toda persona detenida, imputada, inculpada, procesada o sentenciada a comparecer -ya sea por sí sólo, por medio de abogado defensor o bien, a través de alguna persona de su confianza- inmediatamente en la instrucción y a lo largo de todo el proceso penal, incluso en la ejecución de sentencia, a fin de poder contestar con eficacia la imputación o acusación que existe en su contra, articulando con plena libertad e igualdad de armas los actos de prueba, de postulación e impugnación necesarios para hacer valer dentro del proceso penal el derecho a la libertad que asiste a toda persona que, por no haber sido condenada, se presume inocente (GIMENO SENDRA, 1997, p. 68).

Sin embargo, más que la oportunidad de presentar pruebas en contra, la defensa implica la vigilancia de la realización y respeto efectivo de la presunción de inocencia del imputado (MORALES BAND, 2008, p. 87) y del resto de las garantías penales que operan a su favor.

Doctrinariamente, la defensa penal se puede abordar desde dos distintas aristas: la defensa material y la defensa técnica. En cuando a la primera, la defensa material, Horvitz Lennon y López Masle la definen como el conjunto de derechos que tanto las constituciones, tratados internacionales y leyes secundarias, reconocen a favor de las personas imputadas durante el procedimiento penal.

¹ Licenciado en Derecho y Maestro en Derechos Humanos por la Universidad Autónoma de San Luis Potosí. Correo electrónico: jor.valleh@gmail.com



De manera genérica, ubican a los siguientes derechos procesales como componentes de ese conjunto llamado defensa material (HORVITZ LENNON; LÓPEZ MASLE, 2003, p. 227): Derecho a ser oído; a controvertir pruebas de cargo y a producir pruebas de descargo; a recurrir sentencias y a combatir actos procesales; a guardar silencio y a elegir libremente a un defensor.

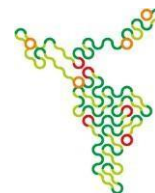
Como tal, la práctica de la defensa por parte de un profesional del derecho es la segunda de las acepciones en que doctrinariamente se puede entender a la defensa penal: la defensa técnica. En efecto, la exigencia de que la defensa sea ejercida por un abogado, obedece a la necesidad de enfrentar la acusación en igualdad de condiciones, lo que implica, no sólo la posibilidad de conocer todas las pruebas de la imputación, sino que además, la de contradecirlas (MORALES BAND, 2010, p. 69-72). Para ello, la defensa ejercida debe ser preparada y no improvisada, lo que significa que debe existir un estudio a profundidad del caso, una teoría del caso y una preparación significativa para cada una de las diligencias y actos procesales. Entonces, para que estas exigencias sean cumplidas, la defensa tendrá que ser ejercida por una persona que cuente con los conocimientos, habilidades y preparación necesaria para satisfacerlas, o sea, un abogado.

Sin embargo, ¿qué sucede cuando la persona imputada o procesada no cuenta con los medios económicos para pagar los gastos de un abogado?

En países como México, esta pregunta cobra mucha importancia, pues las personas económicamente vulnerables tienden a ser asociadas, por su condición, con la delincuencia². Básicamente, esta asociación negativa se traduce en la idea de que las personas pobres, por el hecho de ser pobres, son delincuentes.

Esta idea o manera de pensar no sólo permea en las policías y autoridades de Seguridad Pública, sino que también se encuentra profundamente arraigada en los legisladores y funcionarios judiciales, lo que trae como efecto directo que el poder punitivo del Estado enfoque sus esfuerzos en criminalizar a personas económicamente vulnerables por ese simple hecho. Esta situación, a su vez, trae como consecuencia que la mayor parte de detenciones, averiguaciones previas, procesos y condenas, se lleven a cabo en contra de personas en esta condición económica.

Por ejemplo, según la tercera encuesta realizada a la población en reclusión en el 2009 por el Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE) (AZALOA;



BERGMAN, 2009, p. 20-24), el robo, en cualquiera sus modalidades (con y sin violencia) representa el delito con mayor porcentaje de reclusiones de personas en el Distrito Federal y Estado de México (66% de las personas reclusas entre el año 2007 y 2009 son por el delito de robo en cualquiera de sus modalidades), es decir, en estos tres años, dos de cada tres personas internas

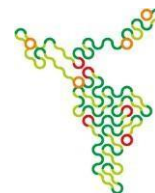
fueron reclusas por robo. También, según esta misma encuesta, de las personas ya sentenciadas en el Distrito Federal y Estado de México, el 55% cumplen condenas por el delito de robo.

Otro ejemplo de lo anterior se aprecia en el estudio titulado *La cárcel en México, ¿Para qué?*, en donde la organización México Evalúa, afirma que de las 169,398 personas reclusas en todo el País por delitos del fuero común (esta cifra se compone por personas internas procesadas en primera instancia, en segunda instancia y por personas internas sentenciadas), 72,700 personas lo están por el delito de robo en cualquiera de sus modalidades, es decir, el 42.9% de todas las reclusiones del fuero común en México son por el delito de robo (MÉXICO EVALÚA, 2013).

La presentación de estas cifras a modo de ejemplo, tiene como propósito evidenciar la alta efectividad del sistema de procuración e impartición de justicia en la persecución y sanción de los más pobres. Las posibilidades de ser procesado y sentenciado por robar mercancía de una tienda de autoservicio, por ejemplo, son exponencialmente más altas que por cometer delitos como el fraude, cohecho, peculado o cualquier otro de índole fiscal. Y no

es que con esto se demuestre que lo pobres cometen más delitos, sino más bien, que el Estado enfoca sus esfuerzos en la persecución y criminalización de los pobres. La operatividad selectiva del sistema penal y de seguridad pública se pone en evidencia con esta clase de estadísticas que demuestran que su poder y alcance los concentra en los robos, particularmente en los de cuantía menor, que son justamente, los cometidos por la población en estado de vulnerabilidad económica.

La situación expuesta en los párrafos que anteceden es una pequeña muestra de que en México el poder punitivo funciona de forma selectiva, pues enfoca sus recursos en aquellos delitos que generalmente son cometidos por personas en estado de vulnerabilidad, ya sea social, económica o ambas, enfocando su reacción, además, en personas con ciertas características, tanto en su aspecto físico como en su indumentaria. Al respecto, Eugenio



Zaffaroni dice:

El poder punitivo criminaliza seleccionando, en forma general, a las personas que encuadran en los estereotipos criminales y que por ellos son vulnerables, por ser sólo capaces de obras ilícitas toscas y por asumirlas como roles demandados según los valores negativos –o contravalores- asociados al estereotipo (criminalización conforme al estereotipo). [...] “El sistema penal opera, pues, en forma de filtro y termina seleccionando a estas personas. Cada una de ellas tiene un estado de vulnerabilidad al poder punitivo que depende de su correspondencia con un estereotipo criminal: es alto o bajo en relación directa con el grado de la misma. Pero nadie es alcanzado por el poder punitivo por ese estado sino por la situación de vulnerabilidad, que es la concreta posición de riesgo criminalizante en que la persona se coloca. (ZAFFARONI; ALAGIA; SLOKAR, 2002, p. 11-12).

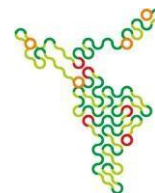
Así, según este mismo autor, por encontrarse en un estado de vulnerabilidad alto, basta con que aquella persona que encuadra en el estereotipo criminal realice un esfuerzo mínimo para que se coloque en una situación de riesgo criminalizante -que inclusive, muchas veces ese esfuerzo es encaminado, precisamente, a evitar el riesgo-; en cambio, quien no encuadra en el estereotipo criminal debe realizar un esfuerzo considerable para ponerse en esa situación, porque parte de un estado de vulnerabilidad bajo (ZAFFARONI; ALAGIA; SLOKAR, 2002, p. 11-12).

Entonces, sí en México el objetivo del sistema penal y de seguridad pública es la criminalización de personas en situación de vulnerabilidad económica y social, entonces surge de nuevo la pregunta: ¿Qué pasa con las personas carentes de recursos económicos después de que son detenidas para su procesamiento penal?

2 Defensa pública penal

Cuando la persona detenida, imputada o procesada no puede costear la contratación de un abogado particular que satisfaga su derecho a una defensa, nace la obligación del Estado a garantizar ese derecho, pues al Estado no sólo le corresponde velar por que las garantías de legalidad y seguridad jurídica se cumplan en todo momento procesal, sino también, hacer que se respete el principio de igualdad de todas las personas ante el *iuspunendi*, lo que implica desde luego, que aquellas personas económicamente vulnerables cuenten con las mismas posibilidades de una defensa de calidad que aquellas que sí tienen la capacidad de contratar un servicio particular.

Entonces, la defensa pública es la garantía que tiene toda persona detenida, imputada, inculpada, procesada o sentenciada penalmente, sin importar su nivel económico, condición social, raza, sexo, religión, nacionalidad o edad, de contar con un abogado cuyos honorarios



sean cubiertos íntegramente por el Estado, para que, a través de él, ejerza su derecho a una defensa técnica y de calidad, por medio de la cual, haga frente a la imputación, acusación o proceso, en igualdad de condiciones que la fiscalía acusadora, con la finalidad de repeler o atenuar la reacción penal del estado.

Desde la óptica del estado, la defensa pública se traduce en el cumplimiento de la obligación de garantizar y satisfacer una defensa adecuada a todas las personas imputadas, sin distinción alguna, a través de abogados subordinados o contratados, cuya actuación deberá constituir un verdadero desafío a la aplicación de la ley penal, legitimando así las penas y condenas impuestas.

Así, se pueden distinguir cinco razones que fundamentan a la Defensoría Pública Penal:

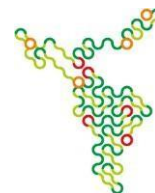
En primer lugar, funge como el principal contrapeso al poder del ministerio público, equilibrando las fuerzas procesales y garantizando así un juicio justo;

En segundo término, legitima la aplicación del poder punitivo del Estado que en su búsqueda por la verdad procesal como presupuesto de su ejercicio, depende de la puesta a prueba de las hipótesis acusatorias a través de sus argumentos respecto a la confrontación y a las contrapruebas producidas por una defensa capaz de ejercer poderes análogos a los de la acusación pública;

En tercer término, funciona como una garantía de garantías, pues más allá del derecho a la defensa, garantiza también el respeto y cumplimiento del resto de los derechos penales y procesales; En ese sentido, Ferrajoli expone que el derecho a la defensa constituye una *metagarantía*, pues su satisfacción es una condición necesaria para la efectividad de todas las otras garantías penales y procesales (FERRAJOLI, 2012, p. 76).

En cuarto lugar, al no dejar sin defensa a quienes económicamente les es imposible acceder a un defensor privado, la defensa pública propicia una igualdad de los ciudadanos ante el poder punitivo del Estado (FERRAJOLI, 2012, p. 76).

Por último, satisface el doble interés público: la condena justa del culpable, pero sobre todo, la absolución del inocente. Este es, seguramente, el fundamento más importante que encuentra el derecho a una defensa pública: la justicia.



3 Pautas o lineamientos para la defensa pública

La manera de procurar y satisfacer el derecho a la defensa pública dependerá de cada Estado; de sus condiciones, de sus posibilidades e inclusive de su tradición jurídica, sin embargo, el sistema de defensoría pública debe ser diseñado de tal forma que además de garantizar un abogado a toda persona sujeta a un procedimiento penal, asegure que el servicio que ha de brindar ese profesional sea de la mejor calidad posible.

En México, la experiencia negativa en la práctica de la defensa pública penal, sobre todo las deficiencias sistemáticas e institucionales en dicha práctica que impiden la plena satisfacción de tal derecho, sugiere algunas pautas o lineamientos para la implementación exitosa de un sistema de defensa pública que satisfaga íntegramente el derecho a una defensa adecuada:

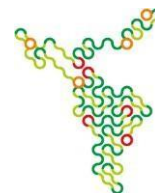
4 Dependencia institucional

La institución encargada de la defensa pública no debe estar subordinada directamente al mismo ente de gobierno del que depende aquella institución que se ocupe de la investigación y persecución de los delitos, ni tampoco al que dependan los tribunales y juzgados encargados de la impartición de justicia penal.

Tradicionalmente, los sistemas estatales en América Latina ubicaban a las Defensorías de oficio dentro del Poder Judicial. Esta situación no sólo traía consigo una reproducción de la organización y forma de trabajo de la función judicial, que supone un distanciamiento del objetivo y de la naturaleza de la Defensoría Pública, sino también, una percepción de desconfianza por parte de los asistidos, quienes solían ver a sus defensores como parte de ese mismo poder que los enjuicia y sentencia (LÓPEZ PULEIO, recuperado en 14 de julio de 2015, p. 7).

Aunado a lo anterior, esta relación de dependencia contribuía a alimentar la tan nociva idea de que antes de deberse a los intereses de sus defendido, los defensores públicos eran auxiliares de la justicia y que por consiguiente, su función principal era la de facilitarle al Juez los elementos para sentenciar al procesado (sobre este particular se ahondará en líneas más adelante).

Afortunadamente, cada vez son menos los sistemas jurídicos que incluyen a sus organismos de defensoría pública dentro del Poder Judicial (LÓPEZ PULEIO, recuperado en



14 de julio de 2015, p. 7). México, por ejemplo, es uno de los países en donde, aún hoy, el organismo encargado de la defensa pública en el ámbito federal, denominado Instituto Federal de la Defensoría Pública, pertenece directamente al Poder Judicial de la Federación (Instituto Federal de la Defensoría Pública, recuperado en 15 de julio de 2015).

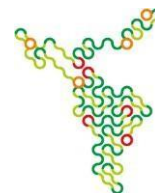
Por otro lado, la subordinación a un mismo ente estatal de dos instituciones con objetivos antagónicos entre sí, como la fiscalía y la defensa pública, ambas al poder ejecutivo, o incluso como la defensa y el juez, impedirá que alguna de las dos funciones se cumpla satisfactoriamente. Y la función no concretada será, con toda seguridad, la que menor beneficio político produzca al gobernante (LÓPEZ PULEIO, recuperado en 14 de julio de 2015, p. 8).

Entonces, para evitar un conflicto de intereses en dónde seguramente saldrá derrotado el de garantizar una defensa de calidad a todas las personas, la institución encargada de la defensa pública debe gozar de autonomía, cuando menos, jerárquica y operativamente, por lo que se recomienda que esta institución sea descentralizada (COMISIÓN ANDINA DE JURISTAS, 1998, p. 84). Si bien la descentralización no significa autonomía, pues el poder ejecutivo conservaría ciertas facultades de superioridad respecto a la defensoría (LINARES, 2007, p. 221), su sometimiento sería en un menor grado que en el de una relación jerárquica, lo que consecuentemente se materializa en una facultad de auto-administración (MARIENHOFF, 1982, p. 622). Así, sin injerencias políticas, administrativas o de cualquier otra índole, aunado a la dotación de personalidad jurídica y patrimonio propio que la descentralización trae consigo, facilitaría la satisfactoria prestación de sus servicios.

5 Recursos para la Defensa Pública

Los recursos humanos, materiales y económicos que habrán de ser desinados a la defensa penal pública deberán ser suficientes, no sólo para garantizarle un abogado defensor a todas las personas imputadas en una causa penal, sino también para que la defensa brindada por dicho abogado sea de la mejor calidad, y para ello, es necesario que la carga de trabajo de cada abogado no sobrepase sus capacidades físicas y psicológicas, sino que sea la justa como para poder hacer frente eficazmente a la acusación en todos los casos que le son asignados.

En aras de mantener la condición de igualdad de armas, el Estado debe equilibrar la cantidad de recursos destinados a la investigación y persecución penal con los designados a la defensa pública. *Todo aumento en la capacidad de persecución penal, en especial la que afecta a los*



sectores de menores recursos, debe ser equilibrado (lo que no quiere decir, obviamente, equivalencia aritmética) con los aportes a la defensa penal pública de un modo sistémico y permanente (BINDER et al, 2005, p. 25).

Así, por mencionar algunas de las necesidades más indispensables, la defensoría deberá contar con personal que auxilie a los abogados en sus labores que no constituyen propiamente trabajo de defensa ante fiscalías y tribunales; también deberá tener su propio padrón de peritos en todas las áreas técnicas y científicas que se requieran, y desde luego, un recinto en donde, además de proporcionar un espacio físico adecuado a cada abogado para que desempeñe su trabajo, también sirva para la atención de los usuarios y de sus familiares. Por último, la remuneración que por sus servicios obtengan los abogados defensores deberá ser igual, por lo menos, a las percepciones de los agentes de ministerio público.

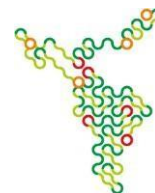
6 Marco Legal

La organización de la defensoría pública deberá ser de tal modo que el servicio brindado por ella iguale en calidad y eficiencia a la defensa que un abogado de confianza pueda brindar. Desde luego, una ley orgánica propia deberá marcar las pautas para la organización de esta institución, no obstante, los lineamientos en dicha ley deberán de ser lo suficientemente flexibles como para permitir a la institución hacer frente a los obstáculos que se presenten en la práctica diaria, así como una pronta adaptación a reformas legales y cambios estructurales. En otras palabras, una legislación que permita adoptar el modo de organización más eficiente para contrarrestar la gran demanda de defensa penal.

Así mismo, la legislación no sólo debe prever la estructura de este organismo, sino también la forma en que el servicio ha de ser impartido, es decir, algunos lineamientos que toda defensa debe seguir; las obligaciones de los funcionarios que lo conforman, en especial las correspondientes a los abogados defensores, por último, también debe contemplar una forma eficiente de fiscalización y vigilancia del trabajo que ahí se realiza, así como de evaluación de la calidad del servicio que se brinda.

7 Modelo de organización

Existen dos modelos de defensa pública penal cuya reproducción se recomienda evitar. El primer de ellos es el fundado en el servicio obligatorio por parte de todos aquellos abogados

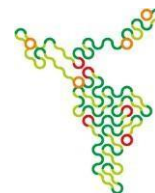


que cuenten con licencia para postular en la materia penal. La falta de organización y de control tanto administrativo como de calidad, hacen de esta práctica un modelo anacrónico que deberá ser superado, puesto que en ella se transfiere por completo la obligación de defensa pública a la buena voluntad de los abogados privados, quienes en gran número: 1) darán prioridad a los asuntos por cuyo trabajo obtengan alguna remuneración sobre aquellos que les sean asignados por la defensa pública para realizar de manera obligatoria; 2) no cuentan con las habilidades, sensibilidad o experiencia necesarias para el desempeño de una adecuada y eficaz defensa penal; 3) ante la falta de supervisión y vigilancia, dejarían de cumplir con su labor diligente y eficientemente, lo que por consecuencia se traduciría en un menoscabo para los intereses de sus defendidos.

El segundo modelo que hay que dejar atrás es aquel en el que se carece de una institución administrativa que conduzca y controle su actuación, en donde cada defensor público, adscrito a un juzgado o tribunal, brinda sus servicios de defensa con una considerable subordinación hacia jueces o fiscales. Esta clase de subordinación, como ya se vio, causa un conflicto de intereses en menoscabo a los derechos de los usuarios de la defensoría pública, por lo tanto se debe evitar a toda costa. Además, la ausencia de una organización común de los defensores provoca que cada uno de ellos trabaje de modo aislado, evitando el intercambio de información, experiencias y conocimientos, lo que conlleva a una falta de una estandarización en la calidad y forma de trabajo.

— ~~Por último, independiente~~ Por último, independientemente del modelo que se adopte, se recomienda propender por la observancia del principio denominado *continuidad de la defensa técnica*³, el cual tiene por objeto evitar que la rotación de abogados en un mismo juicio limiten la prestación eficiente del servicio. Básicamente, este principio se traduce en que el defensor penal asignado a determinado caso deba ser el mismo desde la primera declaración o diligencia hasta la sentencia final, esto, con la finalidad de facilitar el desarrollo y continuidad de estrategias tempranas y efectivas para el juicio, y además, para evitar el desgaste de la relación de confianza entre defendido y defensor que acarrea el cambio de abogados en cada etapa (LÓPEZ PULEIO, recuperado en 14 de julio de 2015, p. 10).

Esta recomendación se hace sin soslayar el mayor provecho que se pudiera obtener de los modelos con organización del tipo *reflejo del poder judicial* (LÓPEZ PULEIO, recuperado en 14 de julio de 2015, p. 7), en donde se establecen defensores fijos por cada instancia judicial o



por cada etapa del proceso, mismo que consiste en el grado de experticia que pudiera significar la división funcional por etapas, no obstante, este beneficio queda mitigado por la falta de continuidad en las estrategias de defensa, así como por la pérdida de elementos probatorios generada en el cambio de abogados.

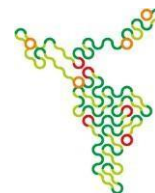
Efectivamente, mientras que el abogado encargado de la etapa de investigación encamina las actuaciones a su cargo hacia determinada táctica, su colega encargado de la etapa de pre-instrucción e instrucción (en el sistema inquisitivo) o encargado de la etapa intermedia y etapa de juicio (en el sistema penal adversarial) podría optar *—y con mucha frecuencia lo hace—* por un cambio abrupto en la dirección de la defensa, cambio que desde luego implica una amenaza para el desarrollo satisfactorio del derecho a una defensa de calidad.

8 Orientación del servicio

El usuario imputado representado como sujeto de derechos y no sustituido ni mucho menos visto como objeto de protección o de tutela. El modelo ideal supone que todo el trabajo que se realice en la defensoría sea orientado hacia los intereses del defendido, pues él, como sujeto titular de los derechos que la defensoría garantiza y protege, debe ser visto como el centro de la atención y del servicio. A propósito de esta idea, deberán ser abolidas las prácticas en donde impera la idea de que los intereses del estado están por encima de los del usuario y que por consiguiente, al primeramente mencionado es a quien se le deben satisfacer sus intereses, o que el usuario no puede quejarse ni exigir un mejor trato o mejor calidad en el servicio porque está recibiendo un servicio gratuito.

Tal y como lo afirma María Fernanda López Puleio, *la defensa pública en tanto es llamada a intervenir para representar a una persona, no actúa en modo alguno en defensa de los intereses generales de la sociedad, sino en defensa del interés de esa persona como cualquier abogado de ejercicio libre* (LÓPEZ PULEIO, recuperado en 14 de julio de 2015, p. 7).

Por ejemplo, el jurista Italiano Alessandro Stoppato proponía que *“de allí surge la noble figura del Defensor, quien debe ser considerado como un verdadero cooperador de la Justicia, como una luz de honesta verdad, un sostenedor del Derecho.”* (VÉLEZ MARICONDE, 1969, p. 98) Esta idea de ver a la defensa pública como auxiliar en la



procuración e impartición de justicia, es de las que más daño ha hecho a la defensa pública y por lo tanto, su superación constituye una imperiosa necesidad. En efecto, de ninguna manera la defensa pública deberá estar subordinada a la justicia, pues para ello, para su procuración y administración, el estado cuenta con funcionarios judiciales, como jueces y magistrados, que tienen como objetivo primordial, precisamente, la búsqueda de la justicia y su impartición.

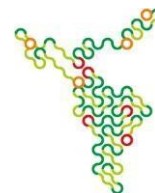
La percepción que se tiene del defensor público con lealtad debida a la verdad y a la justicia —y *no a su representado*—, y cuya labor es la de facilitar la administración de justicia, desde luego, a costa de los intereses de su defendido —*por ejemplo, facilitando confesiones, convalidando violaciones procesales, etc.*—, deberá ser modificada por una percepción del defensor público con una lealtad incondicional y exclusiva a su defendido, pues sin importar las circunstancias propias de este último o las de las acciones delictivas que se le imputan, el abogado únicamente debe velar por los intereses de su representado, inclusive y sobre todo, cuando los mismos sean contrarios a los intereses del Estado, pues sin importar que el defensor sea un funcionario público, su principal función es la de constituir un verdadero mecanismo contencioso frente al ministerio público y a la función judicial.

También la idea del defensor público como funcionario burocratizado, cuya labor institucional se limita a cumplir medianamente con las diligencias y tareas propias de su encargo, sin una verdadera intención de derrotar a su parte contraria, deberá ser reemplazada por la percepción del defensor público como abogado postulante con las mismas posibilidades que cualquier abogado privado, de hacer frente y constituir una verdadera oposición al ministerio público y al poder punitivo del estado.

9 No discriminación

Desde el punto de vista de su función institucional, en la defensa pública son intrascendentes las diferencias del tipo políticas, de condición física, ocupación, género, edad, raza, religión, nacionalidad, etc.; La función principal de esta institución es la defensa del imputado, cualquiera que haya sido la acción que se le imputa y las condiciones sociales o históricas de su realización, por consiguiente, no es aceptable ninguna clase de discriminación, en especial hacia los usuarios.

El servicio de defensa deberá ser prestado en los mismos términos, es decir, con el estándar de



calidad más alto, a cualquier persona sin hacer distinción alguna, o sea, sin que importen sus condiciones particulares y personales, pues estas aquí resultan irrelevantes, al igual que también resultan irrelevantes las creencias y convicciones morales y personales de los defensores, pues su deber sobre cualquier otro es precisamente el de proveer una defensa adecuada bajo cualquier circunstancia en todos los casos que le son asignados.

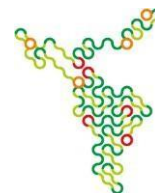
De igual forma, queda prohibida la discriminación en razón del delito cometido o imputado. Aún y cuando los delitos por los que se acusan sean considerados como aberrantes, o inclusive cuando el usuario confiesa haber perpetrado el crimen más atroz, al defensor no se le releva de su obligación de proveer una defensa de la mejor calidad, pues no es aceptable que los defensores planteen excusas de índole moral para evitar hacerse cargo de cierto tipo de casos.

A diferencia de un abogado particular con toda la libertad de escoger a sus clientes, el defensor público, como funcionario, no puede hacer distinción alguna de entre las personas necesitadas de su servicio, y por el contrario, debe cumplir con su mandato de asumir y proporcionarla mejor defensa en cualquier caso que le es asignado, dejando de lado sus principios o valores cuando estos le impidan ejecutar diligentemente su trabajo, pues cuando no le sea posible, cuando no pueda ignorar sus ideales, siempre tendrá la posibilidad de renunciar a su cargo.

También es inadmisibles la discriminación hacia los defensores públicos por motivo de los asuntos que tienen o han tenido bajo su cargo. Impedir este tipo de discriminación, sobre todo del tipo institucional, es necesario para evitar que cierta clase de delitos o de imputados se quede sin un servicio de defensa. Por ejemplo, políticas de seguridad que fomentan la exclusión de cargos públicos por motivo de la defensa de casos de narcotráfico.

10 Calidad en la defensa

Con el servicio que se brinde en la Defensoría pública, no sólo se debe intentar emular la calidad de una defensa privada, que no necesariamente equivale a una defensa de calidad, sino además, se debe buscar la garantía de la defensa de mejor calidad posible bajo cualquier circunstancia, inclusive, superando los estándares de calidad de la defensa privada. Para ello, no es suficiente contar con los abogados con las cualidades y habilidades necesarias para ello, pues además, existen otros factores que deberán tenerse presentes para velar por la calidad del



servicio.

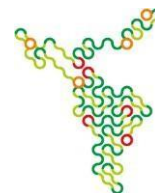
Aunado a los aspectos abordados en el presente apartado, en aras de garantizar la calidad de la defensa se deberán observar factores como: a) cargas de trabajo razonables para los abogados; b) incentivos por desempeño eficiente en el trabajo; c) apoyos administrativos, materiales, periciales, de investigación o de cualquier otra índole que faciliten la labor del abogado; d) estandarización y consagración de buenas prácticas procesales y de defensa; e) establecimiento de mecanismos de control y evaluación del trabajo de defensa.

En sistemas penales adversariales, tal y como el que está entrando en vigor en México,⁴ el desempeño del defensor dejará de quedarse escondido en un expediente secreto e impersonal, y saldrá expuesto en las diferentes audiencias públicas por medio de las cuales se sustanciarán las diversas etapas del proceso penal. Si bien el presente trabajo no tiene como objetivo el análisis del sistema penal adversarial, ni mucho menos su implementación, no se puede soslayar que el cambio de un sistema inquisitivo por uno acusatorio trae consigo una exigencia considerablemente mayor en la calidad profesional de la defensa.

En efecto, la transición de un sistema que solapa actuaciones mediocres tras un expediente que esconde los errores y la falta de dedicación de los abogados, por uno que da publicidad a las actuaciones procesales, y que exhibe el trabajo y la preparación de los abogados, pero sobre todo, sus errores y descuidos, trae consigo una mayor exigencia en la preparación profesional de los abogados, en especial, de los defensores.

En el ámbito de la preparación profesional, el defensor público debe cumplir con un perfil de experto en la materia penal, estar actualizado en los cambios de legislación, criterios jurisprudenciales y tratados internacionales, tener una experiencia considerable en el ejercicio de la profesión en el ámbito penal, así como contar con las habilidades necesarias para expresarse en público elocuente y convincentemente, y para formular argumentos sólidos en el momento en que se requieran.

⁴A partir de la reforma constitucional en materia de seguridad y Justicia llevada a cabo el pasado mes de junio del año 2008, se estableció la implementación del sistema acusatorio de justicia penal en todo el País. Para llevar a cabo la transición de sistema inquisitivo al sistema acusatorio, el Congreso de la Unión estableció un plazo de 8 años, por lo que la fecha límite para la implementación del nuevo sistema es el mes de junio del 2016.



11 Conclusiones

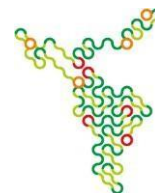
La defensa penal es el conjunto de derechos que le asisten a todas las personas para hacer frente a la acusación que existe en su contra para poner en evidencia la falta de fundamento de esta, o bien, para demostrar cualquier circunstancia que la excluya o la atenúe.

Este derecho cobra vigencia desde la propia detención del inculcado hasta incluso la etapa de ejecución de la pena, lo que implica que la autoridad no puede llevar a cabo ningún acto procesal o de ejecución a lo largo del procedimiento penal sino es en presencia del abogado a cuyo cargo se encuentra la defensa de la persona.

La defensa pública penal funge como garantía de defensa de todas aquellas personas que no pueden contratar los servicios profesionales de un abogado. En América Latina, y en particular en México, la defensa pública tiene un papel de relevancia significativa, dado que el sistema punitivo del Estado trabaja de forma selectiva, orientando su fuerza hacia los sectores poblacionales más desprotegidos, situación que trae como consecuencia que la mayoría de las personas procesadas penalmente no cuenten con los medios para procurarse una defensa privada, y que por consiguiente, precisen de la defensa gratuita que proporciona el propio Estado.

Pero también, desde un punto de vista crítico se puede afirmar que la defensa pública juega un rol muy importante en el mecanismo punitivo y de seguridad del Estado, ya que al proporcionar un abogado a todas las personas acusadas, cumple con su obligación constitucional y convencional en ese sentido, pero sobre todo, legitima los actos de molestia (detenciones, retenciones y prisión preventiva) y los privativos de derechos (sentencias condenatorias) que él mismo dicta a través del poder judicial.

Aunado a lo anterior, la importancia de la defensa pública radica en los siguientes factores: en primer lugar, propicia la igualdad entre personas ante el Estado, pues el económicamente desprotegido se enfrenta en igualdad de condiciones con el poder punitivo que aquel que posee los medios económicos para procurarse una defensa privada; en segundo término, porque representa el único contrapeso al enorme poder del Ministerio Público; y por último, porque funge como la única protección del débil y vulnerable ante el apabullante poder punitivo del Estado, procurando a la vez condenas justas a las personas penalmente responsables, pero sobre todo, la absolución de aquellas inocentes. En este mismo sentido,



porque funciona como una garantía de control procesal, o sea, porque garantiza el respeto de las demás garantías y derechos procesales en el procedimiento penal.

Son muchos los retos que enfrentan los Estados a la hora de implementar un sistema de defensa pública penal que sea lo suficientemente sólido y eficaz como para poder hacer frente a las acusaciones que pesan sobre todas aquellas personas que no pueden costear los costos de una defensa privada, sin embargo, la experiencia sugiere algunas prácticas y lineamientos cuyo cumplimiento propicia notoriamente la satisfacción del derecho a la defensa de las personas.

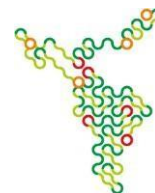
Para empezar, la institución encargada de la defensa pública no puede depender directamente del mismo poder del que dependen otras instituciones públicas con funciones antagónicas, pues esta situación supone un claro conflicto de intereses. Por ello, preferiblemente la defensoría deberá gozar de independencia institucional y autonomía en la toma de decisiones.

También, un equilibrio entre los recursos destinados para la persecución del delito y para la seguridad pública y aquellos destinados para solventar la defensa de las personas, garantizará que la defensa pública constituya una verdadera oposición jurídica a la acusación de la fiscalía.

Si bien es cierto que el éxito o fracaso de una institución pública, cualquiera que esta sea, no depende por completo en la legislación que la regula, sino más bien, en una serie de factores humanos y condiciones sociales que muchas veces escapan del ámbito de lo legible, también es cierto que un marco legal claro, sólido y congruente con la finalidad de la institución contribuye notablemente al buen funcionamiento y concreción de sus objetivos. Por ello, un marco normativo sólido que establezca claramente las funciones y obligaciones de la defensoría pública y de sus integrantes va a ayudar significativamente en la satisfacción del derecho de las personas.

Del mismo modo, una organización del tipo institucional en la forma de trabajo de la defensoría, así como el respeto al principio de continuidad de la defensa, propenden hacia la satisfacción del derecho a una defensa adecuada de las personas.

Por último, atendiendo a la naturaleza de la defensoría pública, bajo ninguna circunstancia es aceptable la discriminación de cualquier tipo hacia sus usuarios, mucho menos, una discriminación referente al delito que se imputa, pues la tarea primordial del



defensor público es defender cualquier causa sin importar las circunstancias en torno a la misma.

Por lo tanto, el perfil del defensor público no sólo deberá cubrir los aspectos técnicos necesarios para la función, tales como las habilidades, conocimientos y capacidades requeridas para hacer frente a la acusación de la forma más adecuada posible, sino además, también el defensor deberá contar con la sensibilidad suficiente para cumplir con la responsabilidad tan grande que se le encomienda: la libertad de las personas.

REFERENCIAS

Libros y revistas

AZALOA, E.; BERGMAN, M, Delincuencia, marginalidad y desempeño institucional. Resultados de la Tercera Encuesta a Población en Reclusión en el Distrito Federal y el Estado de México, Centro de Investigación y Docencia Económicas, México, 2009.

BINDER, A. et. al., Manual de defensa pública para América Latina y el Caribe, Centro de estudios de justicia para las Américas, Santiago, 2005.

BIRGIN, H. (coord.) et al, La Garantía de la justicia: aportes empíricos y conceptuales, 2da Edición, Ed. Fontamara, México D.F., 2012.

COMISIÓN ANDINA DE JURISTAS, Los sistemas de Defensa Pública en Bolivia, Colombia y Perú: Un análisis comparado, 6ta Edición, Lima, 1998.

GIMENO SENDRA, J. V., Derecho procesal penal, Colex, Madrid, 1997.

HORVITZ LENNON, M. I.; LÓPEZ MASLE, J., Derecho Procesal Penal Chileno, Editorial Jurídica de Chile, Santiago, Tomo I, 2003.

LINARES, J.F., Derecho Administrativo, 2da reimpressão, Buenos Aires, Aestrea, 2007.

MARIENHOFF, M. S., Tratado de Derecho Administrativo, Abeledo Perrot, T.I, Buenos Aires, 1982.

MORALES BRAND, J. L. E., Sistema de justicia penal acusatorio en México, UASLP CENEJUS, San Luis Potosí, 2010.

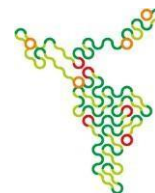
_____, Reforma al sistema de justicia penal en México. 2da Edición, Ed. Epiqueia, San Luis Potosí, 2008.

PAVARINI, M., Control y dominación. Teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemónico, Siglo Veintiuno, octava edición, México, 2003.

VÉLEZ MARICONDE, A., Derecho Procesal Penal, Ediciones Lerner, Córdoba, 1969.

ZAFFARONI, E, et al., Derecho Penal, parte general, 2da edición, Ediar, Buenos Aires, 2002.

Fuentes electrónicas



Instituto Federal de la Defensoría Pública, en: www.ifdp.cjf.gob.mx, recuperado el 15 de julio de 2015.

LÓPEZ PULEIO, M. F., Asistencia legal y Defensa Pública, Centro de Estudios de Justicia de las Américas, en www.cejamericas.org, recuperado el 14 de julio de 2015.

MÉXICO EVALÚA, C. A. P. P., La Cárcel en México, ¿Para qué?, Agosto 2013, en: http://www.mexicoevalua.org/wp-content/uploads/2013/08/MEX-EVA_INDIX-CARCEL-MEXICO-VF.pdf, recuperado el 5 de octubre de 2015.